

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Juliani Menezes dos Reis

E-books, bibliotecas e editoras: um diálogo necessário

Porto Alegre
2013

Juliani Menezes dos Reis

E-books, bibliotecas e editoras: um diálogo necessário

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em Biblioteconomia, pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professora Orientadora Dr^a Helen Beatriz Frota Rozados.

Porto Alegre

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretor: Ana Maria Mielniczuk de Moura

Vice-Diretor: André Iribure Rodrigues

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Chefe-Sustituto: Valdir José Morigi

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Coordenadora: Samile Andréa de Souza Vanz

Vice-Coordenadora: Gloria Isabel Sattamini Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R375e

Reis, Juliani Menezes dos

E-books, bibliotecas e editoras: um diálogo necessário / Juliani Menezes dos Reis - 2013.

139 f.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Helen Beatriz Frota Rozados

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, 2013.

1. E-book. 2. Biblioteca Jurídica. 3. Mercado Editorial I. Rozados, Helen Beatriz Frota Rozados. II. Título.

CDU 002-028.27(816)

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705

Bairro Santana - Porto Alegre/RS

CEP: 90035-007

Telefone: (051) 3316-5067

E-mail: fabico@ufrgs.br

JULIANI MENEZES DOS REIS

E-books, bibliotecas e editoras: um diálogo necessário

Monografia de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em Biblioteconomia, pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada pela banca examinadora em: _____ de _____ de 2013.
Conceito atribuído: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Helen Beatriz Frota Rozados
Faculdade de Biblioteconomia e Documentação
(Orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Sônia Elisa Caregnato
Faculdade de Biblioteconomia e Documentação
(Examinadora)

Marcelo de Souza Silva
CRB 10/1091
Biblioteca João Bonumá – Procuradoria Geral da Justiça do Rio Grande do Sul
(Examinador)

Aos anjos da minha vida, Alex e Sofia, que tornaram esta caminhada mais agradável a cada sorriso que me deram.

AGRADECIMENTOS

Este é um dos momentos mais fáceis da vida acadêmica, no qual direcionamos nossos pensamentos e palavras apenas para agradecer a todos que contribuíram para a realização deste sonho, que significa também o início de uma nova etapa - possível graças a contribuição destas pessoas.

Ao Alex, meu amado esposo e amigo, que sempre apoiou e incentivou meus planos e sonhos, além de ter feito cafés maravilhosos para mim enquanto eu escrevia o TCC.

A Sofia, meu anjinho, que torna a vida tão simples com seu olhar doce e sua meiguice e faz qualquer preocupação de adulto ser insignificante.

Ao meu estimado pai, por todos os sacrifícios que fez para me dar uma educação de qualidade, por todas as comidinhas deliciosas que fez para me esperar e por toda ajuda que me deu facilitando a minha rotina para que eu concluísse o curso.

A minha mãe que, mesmo estando distante, sempre me apoiou.

Aos velhos amigos que entenderam minha ausência durante esta fase.

A todos os novos amigos que ganhei na Fabico, principalmente, a Maína, Karina, Dinara e Suelen que fizeram esses quatro anos passarem mais rápido.

Aos amigos que ganhei nas bibliotecas em que trabalhei e que ficarão para toda a vida, especialmente a querida Janaína.

Aos amigos bibliotecários que me deram oportunidade de aprendizado abrindo as portas da biblioteca para mim: Michel, Ana Lúcia Coelho, Adriana, Marcelo, Magda, Graça e Rosalia.

A minha querida orientadora, prof^a. Helen, pela parceria, amizade, confiança e pela solicitude de sempre.

Aos bibliotecários que cederam seu tempo para participar da pesquisa.

A todos meus sinceros agradecimentos!!!

Com o livro eletrônico, enfim, parece estar ao alcance de nossos olhos e de nossas mãos um sonho muito antigo da humanidade, que se poderia resumir em duas palavras, universalidade e interatividade.

Roger Chartier

RESUMO

Discorre sobre o livro digital no contexto da sociedade da informação. Resgata, através do levantamento de literatura, a história do *e-book* apresentando suas possíveis definições, vantagens e desvantagens. Apresenta os aparelhos leitores existentes, aplicativos de leitura e formatos de arquivos. Discute o direito autoral na Era Digital e as novas formas de proteção como Creative Commons, Copyleft e Digital Right Management (DRM). Investiga o preço do livro digital no Brasil em comparação com outros países e a inserção das editoras brasileiras neste mercado. Conceitua biblioteca digital, biblioteca híbrida e bibliotecas jurídicas a fim de clarificar suas diferenças. Descreve as formas de empréstimo e aquisição de *e-books* para bibliotecas. Define o problema de pesquisa, objetivos, justificativa, limitações da pesquisa, sujeitos da pesquisa e metodologia utilizadas. Apresenta como objetivo geral: Investigar o panorama de bibliotecas jurídicas no estado do Rio Grande do Sul, no que diz respeito à aquisição, ao empréstimo e à disseminação de *e-books*, bem como a relação destas bibliotecas com as editoras que fornecem estes *e-books*. Adota como metodologia a pesquisa quali-quantitativa quanto à forma, exploratória quanto aos objetivos, básica quanto à natureza e levantamento como método de procedimento. Utiliza como instrumento de coleta de dados um questionário *on-line* contendo perguntas abertas (resposta livre) e fechadas (alternativas estruturadas de múltipla escolha). Abrange como sujeitos da pesquisa 32 bibliotecas jurídicas vinculadas a órgãos governamentais e a Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio Grande do Sul. Apresenta os dados e analisa os resultados da pesquisa respondida por 15 bibliotecas, correspondendo a 46,87% dos sujeitos da pesquisa. Conclui que as bibliotecas estão incorporando livros digitais de forma lenta e que as dificuldades de sua incorporação ocorrem devido ao desconhecimento dos profissionais, falta de recursos financeiros e de pessoal capacitado, dificuldades de aquisição e as restrições impostas por editoras.

Palavras-chave: Livro Digital. *E-book*. Biblioteca Digital. Editoras. Biblioteca Jurídica.

ABSTRACT

It discourses about digital books in the context of information society. It traces the history of e-books through the survey of literature, presenting their possible definitions, vantages and disadvantages. It presents the existent e-book readers, reading applications and file formats. It discusses copyright on Digital Age and new forms of protection such as Creative Commons, Copyleft and Digital Right Management (DRM). It investigates the price of digital book in Brazil compared to other countries and the insertion of publishers in this market. It conceptualizes digital library, hybrid library and law libraries, in order to show their differences. It describes the forms of loans and acquisition of e-books to libraries. It defines the research problem, objectives, justification, research limitations, research subjects and methodology. It presents as general objective: to investigate the situation of law libraries in the state of Rio Grande do Sul, in relation to acquisition, loan and dissemination of e-books, as well as the relationship of these libraries with publishers that provide e-books. It takes as a method, concerning the form, qualitative and quantitative research; concerning to objectives, exploratory research; concerning to nature, basic research and survey as proceeding method. It uses on-line questionnaire as instrument of data collection, containing open questions (free response) and closed (multiple choice structured alternatives). It covers, as research subjects, 32 law libraries subordinate to government offices and Higher Education Institutions of the State of Rio Grande do Sul. It presents the data and analyzes the results of the survey answered by 15 libraries, corresponding to 46.87% of the subjects. It concludes that libraries are incorporating digital books slowly and that the difficulties of incorporation occur due to unfamiliarity of the professionals, lack of financial resources and trained personnel, acquisition difficulties and restrictions imposed by publishers.

Keywords: Digital book. E-book. Digital Library. Publishers. Law Library.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Perfil do leitor brasileiro	22
Figura 2 -	Vantagens do <i>E-book</i>	32
Figura 3 -	Desvantagens do <i>E-book</i>	36
Figura 4 -	Protótipo do Memex	38
Figura 5 -	Dynabook	40
Figura 6 -	BookMan Sony	41
Figura 7 -	Rocket eBook	42
Figura 8 -	SoftBook	42
Figura 9 -	Sony Reader	42
Figura 10 -	Kindle	43
Figura 11 -	Nook	43
Figura 12 -	iPad	44
Figura 13 -	Galaxy Tab	44
Figura 14 -	Evolução do <i>e-book</i>	44
Figura 15 -	<i>E-paper</i>	50
Figura 16 -	<i>E-readers</i>	53
Figura 17 -	Lojas no Brasil	54
Figura 18 -	Crescimento dos catálogos digitais	55
Figura 19 -	<i>E-books</i> em português	56
Figura 20 -	Preços nas livrarias nacionais	58
Figura 21 -	Exemplos de Livros	59
Figura 22 -	Vantagens e desvantagens da Biblioteca Digital	74
Figura 23 -	Ciclo documentário do livro digital	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Questão 6	98
Gráfico 2 - Questão 16	101
Gráfico 3 - Questão 20	102
Gráfico 4 - Questão 21	103
Gráfico 5 - Questão 33	105
Gráfico 6 - Questão 22	108
Gráfico 7 - Questão 26	111
Gráfico 8 - Questão 34	112
Gráfico 9 - Questão 47	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - <i>Softwares</i> de Leitura	46
Quadro 2 - Formatos	48
Quadro 3 - Licenças do Creative Commons	66
Quadro 4 - Bibliotecas jurídicas e universitárias	90
Quadro 5 - Objetivos específicos e questões relacionadas	91
Quadro 6 - Questão 7	96

LISTA DE ABREVIações

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AJURIS	Escola Superior da Magistratura
ALA	Associação de Bibliotecas da América
ALRS	Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
CC	Creative Commons
CC	Casa Civil do Gabinete do Governador
CETIC.BR	Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação
CMPA	Câmara Municipal de Porto Alegre
DLF	Digital Library Federation
DRM	Digital Right Management
E-BOOK	Eletronic book
EUA	Estados Unidos da América
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FMP	Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul
FURG	Fundação Universidade de Rio Grande
IES	Instituições de Ensino Superior
IFLA	Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias
JFRS	Justiça Federal de 1º grau no Estado do Rio Grande do Sul
LDA	Lei de Direito Autoral
OAB	Ordem dos advogados do Brasil no Rio Grande do Sul
PGE	Procuradoria-Geral do Estado
PGJ	Procuradoria-Geral de Justiça
PGMPOA	Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre
PRR4	Procuradoria Regional da República da 4ª Região
PRRS	Procuradoria da República no Rio Grande do Sul
PRT4	Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região
PRU4	Procuradoria Regional da União da 4ª Região
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
TCE	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
TJM	Tribunal de Justiça Militar do Estado do RS
TJ-RJ	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
TJRS	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
TRE-RS	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
TRF4	Tribunal Regional Federal da 4ª Região
TRT4	Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNILASALLE	Centro Universitário La Salle
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UNIRITTER	Centro Universitário Ritter dos Reis
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.2	JUSTIFICATIVA	18
1.3	OBJETIVOS	19
1.3.1	Objetivo Geral	19
1.3.2	Objetivos Específicos	19
2	CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	20
2.1	A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	20
2.1.1	Novos Serviços	22
2.1.1.1	<i>Portal Domínio Público</i>	24
2.1.1.2	<i>Google Books</i>	25
2.1.2	Alfabetização Digital	25
3	E-BOOK: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO	28
3.1	VANTAGENS	31
3.2	DESVANTAGENS	35
3.3	HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DO LIVRO DIGITAL	36
3.3.1	Aparelhos leitores	40
3.3.2	Aplicativos de Leitura	45
3.3.3	Formatos	47
3.3.4	Novas tecnologias para o livro digital	49
4	MERCADO EDITORIAL	51
4.1	O MERCADO BRASILEIRO DE <i>E-BOOKS</i> E <i>E-READERS</i>	53
4.2	A QUESTÃO DO PREÇO	57
5	DIREITO AUTORAL NA ERA DIGITAL	60
5.1	<i>COPYLEFT</i>	63
5.2	<i>CREATIVE COMMONS</i>	64
5.3	<i>DIGITAL RIGHT MANAGEMENT</i>	67
6	BIBLIOTECAS	70
6.1	BIBLIOTECAS JURÍDICAS	70

6.2	BIBLIOTECAS SEM PAREDES	71
6.2.1	Biblioteca Digital	72
6.2.2	Biblioteca Híbrida	75
6.2.3	Biblioteca Eletrônica	76
6.2.4	Biblioteca Virtual	76
6.3	BIBLIOTECAS E EDITORAS: A COMERCIALIZAÇÃO DE <i>E-BOOKS</i>	77
6.4	<i>E-BOOK</i> NA BIBLIOTECA	79
6.4.1	Desenvolvimento de Coleções do Livro Digital	80
6.4.1.1	<i>Seleção</i>	82
6.4.1.2	<i>Aquisição</i>	83
6.4.1.3	<i>Descarte</i>	86
6.4.2	Empréstimo de <i>e-books</i>	86
7	METODOLOGIA	89
7.1	SUJEITOS DA PESQUISA	89
7.2	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	90
7.3	ANÁLISE E CRÍTICA DOS DADOS	92
7.4	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	92
8	ANÁLISE E CRÍTICA DOS DADOS	94
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
	REFERÊNCIAS	121
	APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA CONVITE À PESQUISA	131
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA	132

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre o livro impresso e o digital não é recente. Enquanto alguns acreditam que o livro digital irá substituir o livro impresso, outros prevêem que o livro tradicional perdurará ao longo dos tempos. Carrière e Eco (2010) destacam que o mundo já passou por outras mudanças. Algumas não alteraram tanto o cotidiano das pessoas. Por exemplo, a mudança da televisão – TV analógica para a digital trouxe melhorias na imagem e na transmissão do sinal, mas a TV continua com os mesmos fins. Contudo, seria possível pensar da mesma forma em relação ao livro digital ou no futuro a leitura se dará somente através de aparelhos de leitura?

Independente das conjecturas e dúvidas a esse respeito observa-se que existem alguns personagens, neste enredo, que têm poder e autonomia para decidir o futuro dos livros, são eles: as editoras, as bibliotecas, as autoridades e os usuários. As editoras possuem controle sobre as obras publicadas; as bibliotecas tratam, organizam e disponibilizam as informações; as autoridades podem impor novas regras em relação aos preços dos *e-books*; e, os usuários podem desestabilizar o mercado editorial ao requerer somente um formato ou outro de livro ou alavancar as vendas desses produtos.

A vida moderna exige cada vez mais que as tarefas sejam feitas com rapidez e agilidade. Por esse motivo muitas vezes os usuários não têm muito tempo para a pesquisa minuciosa e, neste sentido, o livro eletrônico pode ser muito útil, pois poupa o tempo do leitor com as buscas. É importante destacar que os *e-books* vão ao encontro da quarta Lei da Biblioteconomia, elaborada pelo bibliotecário indiano Shiyali Ranganathan (2009), que diz: “Poupe o tempo do leitor”. Com o livro digital e as bibliotecas digitais é possível colocá-la em prática de forma efetiva.

Além de poupar o tempo do leitor, as bibliotecas precisam de revitalização, atualização e, essencialmente, acompanhar as necessidades informacionais dos usuários. Para isso, é fundamental o estudo de usuários, bem como a incorporação de *e-books* ao acervo, a fim de cativar os usuários e, até mesmo, fidelizá-los. Pensando na biblioteca do futuro é necessário que hoje se tomem decisões adequadas para que a instituição biblioteca continue sendo depositária do saber.

Apesar das dúvidas e incertezas que pairam sobre o livro digital, neste estudo entende-se que, no momento atual, os dois formatos irão coexistir. Por enquanto

pode-se afirmar que o livro digital e o livro tradicional estão convivendo juntos. Como motivação desta pesquisa teve-se a curiosidade de investigar como se dá a relação entre as bibliotecas e editoras no que diz respeito aos *e-books* e, de que forma o livro digital está sendo incorporado ao acervo das bibliotecas jurídicas. Assim, pretende-se também contribuir para a tomada de decisões por parte dos gestores de bibliotecas em relação à necessidade de aquisição de *e-books* e suas formas de disponibilização.

Através da revisão de literatura, apresentam-se definições e conceitos que fornecem subsídio para esta pesquisa. Entre eles estão: a compreensão da Sociedade da Informação e as mudanças que ela vivencia por meio da tecnologia da informação. Neste contexto as Unidades de Informação (UI) precisam se adaptar a esta nova realidade do livro digital. O estudo voltou-se a trinta e duas (32) bibliotecas jurídicas, vinculadas a órgãos governamentais e Instituições de Ensino Superior localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, no âmbito federal, estadual e municipal (somente a cidade de Porto Alegre). Especificamente visou-se descobrir se os bibliotecários gestores dessas bibliotecas estão realizando a incorporação de *e-books* no acervo e como estão fazendo isso. Das 32 bibliotecas contatadas, 15 responderam ao questionário e, portanto, foram as que fundamentaram os resultados da pesquisa.

Apresenta-se, a seguir, o problema, os objetivos, a justificativa, as limitações da pesquisa, a delimitação dos sujeitos da pesquisa, o levantamento bibliográfico para embasamento da pesquisa e a metodologia utilizada para nortear a construção do Trabalho de Conclusão de Curso.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Este estudo partiu da seguinte problemática: De que forma os *e-books* estão sendo incorporados aos acervos das bibliotecas jurídicas governamentais e de instituições de ensino superior no Estado do Rio Grande do Sul, e como se dá a relação entre essas bibliotecas e as editoras que fornecem os *e-books*?

1.2 JUSTIFICATIVA

Inicialmente é necessário expor os motivos que incentivaram a elaboração desta pesquisa com o foco em livros digitais. O curso de Biblioteconomia oferece diversas disciplinas eletivas. Uma delas é a de Informação em Mídias Digitais, que contribuiu para ampliar a visão no que diz respeito às tecnologias da informação que interferem em aspectos relacionados com as bibliotecas. Com a realização de estágios em bibliotecas jurídicas e universitárias, a aluna pôde perceber que essas bibliotecas estão se empenhando na implantação do livro digital em seus acervos. Isso a motivou a realizar uma pesquisa sobre esta questão, focando nessas bibliotecas. O interesse foi descobrir de que forma os *e-books* estão sendo incorporados aos acervos das bibliotecas e disponibilizados à comunidade usuária e como se dá a relação e a negociação entre estas e as editoras que os comercializam.

A pesquisa justifica-se, principalmente, por três pontos fundamentais: a) a escassez de material informacional sobre o assunto, demonstrado pela pesquisa feita em ferramentas de busca como Google, Google Acadêmico e em bases de dados BRAPCI, SCIELO, E-LIS, dentre outras que apontou o baixo número de ocorrências de bibliografia sobre o assunto; b) a atualidade do tema, uma vez que este tipo de suporte é recente, ampliando-se e conquistando mercados nos últimos anos; c) a possibilidade dos resultados da investigação auxiliar os bibliotecários gestores na tomada de decisões em relação ao desenvolvimento de coleções, com a incorporação de livros digitais ao acervo. Este último item remete para o problema constante da necessidade de espaço para livros impressos. A disponibilização de livros digitais irá permitir o crescimento do acervo sem essa preocupação. Como a competência informacional do bibliotecário será fundamental na seleção e aquisição do livro digital, já que esse requer conhecimento nos requisitos e especificações próprios deste suporte, imagina-se que esta pesquisa poderá dar subsídios para que esse profissional possa desenvolver ou aprimorar esta competência.

Em buscas realizadas em diversas bases de dados e repositórios não se encontrou no Brasil pesquisa que mostre a situação das bibliotecas jurídicas em relação aos *e-books*. Justamente por isto, este estudo é pertinente e se torna pioneiro. Também se acredita que este trabalho pode tornar-se relevante pela

literatura levantada e comentada na contextualização teórica, sendo uma forma de nortear outros estudos e interesses pelo tema, além de favorecer o desenvolvimento de novos projetos, pois ainda existe muito a ser explorado, no que tange à relação Biblioteca – Editoras – *E-books*. Dessa forma, entende-se que a contribuição dessa pesquisa, para a área da Ciência da Informação, pode ser bastante extensa.

1.3 OBJETIVOS

Na elaboração de uma pesquisa é fundamental a definição dos objetivos como norteadores do processo de construção do trabalho. Assim, nesta etapa são elencados o objetivo geral e os objetivos específicos.

1.3.1 Objetivo Geral

Investigar o panorama de bibliotecas jurídicas no estado do Rio Grande do Sul, no que diz respeito à aquisição, ao empréstimo e à disseminação de *e-books*, bem como a relação destas bibliotecas com as editoras que fornecem estes *e-books*.

1.3.2 Objetivos Específicos

São objetivos específicos desta investigação:

- a) identificar as bibliotecas jurídicas que possuam *e-books* como parte de seu acervo;
- b) investigar a relação existente entre essas bibliotecas e as editoras que fornecem os *e-books*;
- c) averiguar como acontece a aquisição deste tipo de material;
- d) levantar as formas e os regulamentos de disponibilização deste material que viabilizem o empréstimo/ acesso aos usuários;
- e) compreender como o bibliotecário gestor posiciona-se frente à tecnologia do *e-book* como fonte complementar de informação na biblioteca.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Para compreender o foco da pesquisa, bem como os atores e o contexto em que estão inseridos é fundamental e pertinente realizar o aprofundamento teórico dos temas relacionados, de forma clara e abrangente. Para compor o referencial teórico, que fornece subsídio para esta pesquisa, realizou-se a revisão de literatura e foi necessário utilizar notícias veiculadas nos meios de comunicação que proporcionaram forte divulgação deste suporte.

2.1 A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A sociedade passou por diversas mudanças, no último século, devido ao desenvolvimento e ao avanço tecnológico. Para Werthein (2000, p. 71):

A expressão “sociedade da informação” passou a ser utilizada, nos últimos anos desse século, como substituto para o conceito complexo de “sociedade pós-industrial” e como forma de transmitir o conteúdo específico do “novo paradigma técnico-econômico”.

A sociedade caminha rumo à globalização e a Internet surgiu como um produto desta nova sociedade, que sofreu fortes alterações em relação a economia, o papel do Estado, as relações sociais, as estruturas organizacionais, causando o redimensionamento dos aspectos de tempo e espaço. Neste contexto, o *e-commerce* (comércio eletrônico) - possibilitado através da Internet - populariza novos produtos, serviços e informações, pois altera as dimensões espaço-tempo. Esta sociedade tem como característica a exigência de serviços rápidos e eficientes e de produtos que satisfaçam seus desejos, de maneira que o tempo seja bem aproveitado e, preferencialmente, não haja deslocamento entre os lugares.

Assim, o surgimento do livro digital e de aparelhos leitores ganha um papel importante, visto que a facilidade de compra através do *e-commerce* impulsiona os leitores rumo à leitura digital. Os leitores, por sua vez, como consequência das influências da sociedade, mudaram seus hábitos de leitura ao longo da História, buscando a otimização do tempo, de forma a se adaptar com a vida moderna.

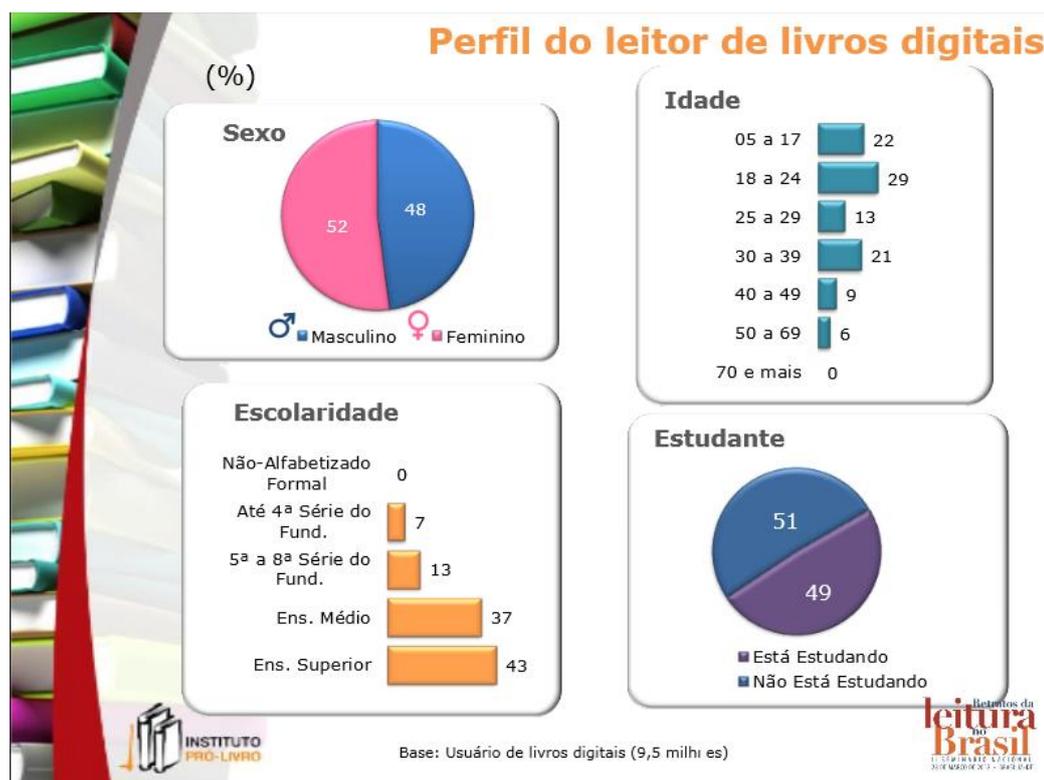
Em entrevista a Agência Brasil, em junho de 2012, Chartier (2012, documento eletrônico não paginado) destaca as mudanças ocorridas na sociedade ao relatar que

[...] quando há a entrada no mundo digital abre-se uma possibilidade de leitura mais importante que antes. Não posso comparar imediatamente, mas nos últimos anos houve um recuo do número de livros lidos, mas não necessariamente porque as pessoas estão lendo pouco. É mais uma transformação das práticas culturais. É gente que tinha o costume de comprar e ler muitos livros e agora talvez gaste o mesmo dinheiro com outras formas de diversão.

Os hábitos de leitura do brasileiro também estão mudando influenciados pela revolução tecnológica e digital. A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada no período de 11 de junho a 03 de julho de 2011, com amostra de 5.012 entrevistas, aponta as mudanças do perfil dos leitores brasileiros. A 3ª edição da pesquisa incluiu os *e-books* como tema e apresenta os seguintes resultados: 30% dos pesquisados já ouviram falar sobre *e-books*. Desses, 17% já leram no computador, 1% leu no celular e 82% nunca leu. Geograficamente os leitores se dividem nas seguintes regiões do Brasil: 12% Região Sul, 47% Região Sudeste, 19% Região Norte e Centro-Oeste e 22% Região Nordeste. Observa-se ainda que 53% dos pesquisados pertenciam a classe A/B, 42% a classe C e 5% da classe D/E. A pesquisa teve como base 9,5 milhões de leitores de livros digitais (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2012).

A aceitação e o interesse dos leitores pelos *e-books* têm ultrapassado barreiras relacionadas a gênero, condições financeiras e idade, conforme aponta a figura a seguir (Figura 1).

Figura 1: Perfil do leitor brasileiro



Fonte: Instituto Pró-Livro (2012, p. 136).

Apesar dos resultados serem modestos, constata-se que o perfil dos leitores está sendo modificado através da popularização do *e-book*. O aumento do interesse de leitores por esse suporte permite inferir que a oferta de livros digitais nas bibliotecas contribuiria para o aumento considerável do número de leitores. Para atender as necessidades da sociedade atual as bibliotecas precisam se adaptar oferecendo aos usuários serviços e produtos de seu interesse. É necessário que a incorporação do livro digital seja realidade em cada biblioteca do País, pois, neste contexto, a biblioteca aliada às tecnologias informacionais emerge como a propulsora da universalização e democratização da leitura.

2.1.1 Novos Serviços

A Internet possibilita que novos serviços sejam ofertados. Observa-se que ao longo do tempo surgiram muitos projetos importantes pelo mundo, como Internet Archive, Projeto Gutenberg, Google Books, Biblioteca nas Nuvens entre outros. Algumas bibliotecas públicas de países desenvolvidos estão digitalizando seus

acervos como uma forma de se manterem como depositárias do conhecimento acumulado da humanidade e, neste caso, do patrimônio histórico de seus países possibilitando o acesso a obras raras.

No Brasil destacam-se o Portal Domínio Público, Livro Aberto do IBICT, Portal da Capes, Scielo Livros e a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), que a passos curtos realiza um projeto de digitalização de obras raras. Através da Biblioteca Nacional Digital do Brasil é possível acessar diversos projetos com textos e imagens no próprio portal. Um desses projetos é a Rede da Memória Virtual Brasileira que tem por objetivo

[...] apoiar a automação e disponibilização, em meio eletrônico, dos acervos de bibliotecas participantes, inventariando e disseminando a memória brasileira armazenada nas diversas coleções espalhadas pelo país. A criação e geração de conteúdos digitais inéditos de relevância para a cultura regional e nacional e a sua difusão através do Portal da Rede Memória Virtual Brasileira, permitirá a universalização do acesso à diversidade cultural brasileira. (REDE DA MEMÓRIA VIRTUAL BRASILEIRA, 20--?, documento eletrônico não paginado).

Existe também a *Cloud computing* (Computação nas nuvens) que “[...] é a transferência dos recursos computacionais que estão inseridos na infraestrutura física da pessoa ou empresa para ambientes virtuais – chamadas nuvens.” (AREAS, 2011, p. 268). A computação nas nuvens influencia as relações humanas causando também mudanças sociais e econômicas na sociedade, que busca agilidade e praticidade nas tarefas do cotidiano.

O termo biblioteca nas nuvens diz respeito a repositórios virtuais e portais de livros digitais. Este tipo de biblioteca, geralmente, não está vinculado e não se origina de bibliotecas tradicionais, pelo contrário, os proprietários dessas bibliotecas são empresas que em parceria com editoras disponibilizam livros digitais para empréstimo a um custo pré-determinado ou gratuitamente.

As Universidades estão exercendo papel fundamental na evolução, armazenamento e disponibilização do *e-book*, como exemplo pode-se citar a Biblioteca Digital de Obras Raras e Especiais da Universidade de São Paulo (USP). As universidades brasileiras possuem Repositório Institucional sendo possível acessar documentos digitais gerados dentro da instituição através dos portais de acesso que visam a preservação e divulgação.

No Brasil, algumas lojas e livrarias vendem livros eletrônicos em seus *sites* na Internet, dentre elas estão a Livraria Cultura, Livraria Saraiva, Gato Sabido e Ponto Frio, entre outras. Percebe-se que o rumo que o livro digital está tomando é em direção à universalização e democratização. Destaca-se a seguir dois projetos importantes que oferecem livros digitais gratuitamente, no todo ou parcialmente, bem como outros materiais. São eles o Portal Domínio Público e o Google Books.

2.1.1.1 Portal Domínio Público

O Portal Domínio Público é uma iniciativa do Ministério da Educação lançado em 2004 a fim de disponibilizar obras que estão em domínio público ou que possuem licença por parte dos titulares dos direitos autorais. O portal permite pesquisa e acesso gratuito a diversos tipos de materiais: livros digitais de diversos assuntos, teses e dissertações, música, vídeos, legislação educacional de 2003 a 2010 (HADDAD, 200-?).

As obras em domínio público são aquelas para as quais o prazo de proteção dos direitos autorais já expirou, conforme as determinações legislativas de cada país. Passado o tempo de proteção, essas obras podem ser livremente utilizadas por qualquer pessoa, podem ser copiadas, alteradas, editadas, traduzidas e adaptadas, podendo se fazer uso comercial, sem que seja necessário pagamento ou autorização de terceiros. Lisboa (2012, p. 515) aponta que a obra submetida ao domínio público é

[...] toda criação estética (artística, literária, científica) exteriorizada e fixada em um corpo mecânico, cuja titularidade é da sociedade. A obra caída em domínio público é considerada patrimônio cultural, fazendo-se sua tutela imprescindível, para conservação dos seus aspectos morais, por todos os séculos.

O livro em domínio público, quando em formato impresso, gera alto custo de produção, devido aos materiais nele empregados. Já o *e-book*, por ser disponibilizado virtualmente, pode ser adquirido gratuitamente, tendo em vista que, neste caso, os custos podem ser menores, pois dizem respeito a editoração e armazenamento.

2.1.1.2 Google Books

Google Books é um serviço da empresa americana Google em parceria com universidades, editoras e bibliotecas, que digitaliza e disponibiliza partes de livros (mediante autorização dos autores e editoras) e livros na íntegra (domínio público). Se o livro estiver em domínio público é possível fazer o *download* em pdf e se estiver protegido por direitos autorais é possível ver resumos ou algumas páginas e capítulos do livro e às vezes o texto inteiro. Os autores e editores autorizam a publicação na íntegra ou em partes dos textos para leitura gratuita.

A pesquisa de livros funciona da mesma forma da *web*, basta colocar o título do livro ou nome do autor que os resultados são listados. Os resultados das pesquisas realizadas apresentam um resumo do livro e existe a possibilidade de comprá-lo em uma editora e, em alguns casos, de buscar em uma biblioteca próxima. No Brasil o sistema de busca em bibliotecas ainda não funciona.

Em 2011, o Google havia digitalizado, aproximadamente, 13 milhões de livros através de parcerias com mais de 40 bibliotecas do mundo todo (PRODHAN, 2011). A empresa também realiza projetos de digitalização de documentos históricos, uma iniciativa que visa preservar documentos importantes para a humanidade. O Google também mantém um sistema de publicação de livros, o Google Editions, onde publica e comercializa livros.

Nos últimos anos o Google tem sofrido diversos processos judiciais relacionados a ilegalidades na digitalização de obras e violação das leis de direitos autorais, pois digitalizou milhões de livros sem autorização dos autores. Novos acordos estão sendo realizados para que sejam incluídas obras cujos detentores dos direitos autorais estejam de acordo com as condições impostas pela empresa e pelos magistrados (BLOG VIDA DIGITAL, 2011).

2.1.2 Alfabetização Digital

A exclusão digital é um dos maiores empecilhos à disseminação do livro digital. Não se pode pensar que existe democracia eletrônica, pelo contrário, há muita desigualdade no que diz respeito ao acesso às tecnologias de informação e comunicação. No Brasil, uma pesquisa realizada entre 2011 e 2012, pelo Centro de

Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.BR), mostrou que, aproximadamente, 45% da população utiliza a Internet ou utilizou no período (CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO, 2012). Mais da metade da população brasileira não tem acesso porque não existe oferta de serviço de conexão à Internet na região, ou seja, pode-se inferir que estão excluídos digitalmente. Sobre isso, Tammaro e Salarelli entendem que

Não se deveria jamais esquecer, ao nos referirmos à ‘aldeia global’, que neste pequeno planeta continuam existindo tremendas disparidades no que tange à possibilidade de acesso aos meios de telecomunicações, principalmente os digitais. Por causa disso, qualquer apreciação sobre o desenvolvimento das tecnologias da informação deverá sempre ser cotejada com uma situação mundial que se mostra bastante heterogênea, com regiões muito desenvolvidas, outras profundamente atrasadas e algumas em rápido desenvolvimento, devido também a maior facilidade e rapidez na instalação de sistemas telemáticos acoplados a tecnologias de comunicação, como, por exemplo, a telefonia celular. (2008, p. 60).

Chartier (2012, documento eletrônico não paginado) destaca que “O conceito de analfabetismo pode ser o radical, o funcional ou o digital.”. Para o autor a escola tem papel importante na educação em meios digitais e deve assumir a função de ensinar a ler e escrever também nas novas mídias. Nas palavras de Chartier:

Evidente há muitos obstáculos e fronteiras para entrar nesse mundo. Começando pela própria compra dos instrumentos e terminando com a capacidade de fazer um bom uso dessas novas técnicas. Essa é uma outra tarefa dada à escola de permitir a aprendizagem dessa nova técnica, mas não somente de aprender a ler e escrever, mas como fazer isso na tela do computador. (2012, documento eletrônico não paginado).

O leitor precisa ter e saber usar a tecnologia para poder se satisfazer e desfrutar do livro eletrônico. Neste contexto, saber usar a tecnologia vincula-se à competência tecnológica do leitor, que pode ser entendida como um “[...] conjunto de competências elementares a qualquer tecnologia da informação e comunicação, especialmente aquelas relacionadas com o uso de computadores, redes e serviços de internet [...]” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 10). Pode-se considerar que o analfabetismo está para o livro assim como o analfabetismo tecnológico está para o

e-book. Sendo assim, o conhecimento do leitor no uso de aparelhos e *softwares* é fundamental para a leitura do livro eletrônico.

Para os adeptos e usuários fiéis de bibliotecas, em nosso país, ainda não existem bibliotecas públicas realizando empréstimos de *e-books*, conforme aponta Marluce da Silva Viegas (2012), em sua monografia intitulada “Ebook e a biblioteca pública: um desafio a favor do usuário”. Viegas discorre sobre as dificuldades e necessidade de implantação dos *e-books* nas bibliotecas públicas brasileiras. A pesquisa conclui que existem alguns obstáculos a serem superados para se alcançar a inserção dos *e-books* nas bibliotecas públicas, dentre eles estão a alfabetização digital, necessidade de parceria entre bibliotecas escolares e bibliotecas públicas, capacitação e habilidades do profissional da biblioteconomia, ausência de políticas públicas e projetos para compra de acervos digitais (VIEGAS, 2012).

A inclusão de *e-books* nas bibliotecas brasileiras contribuirá para a popularização e democratização da leitura. Neste sentido, o papel dos bibliotecários é estarem preparados para as mudanças que estão acontecendo na sociedade, de forma que possam atender as necessidades de informação dos usuários. Para isso, é fundamental que as bibliotecas deem o suporte necessário para que este produto - livro digital – seja oferecido.

3 E-BOOK: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO

O livro evoluiu. Do papiro ao *e-book* reinventou-se algumas vezes e percorreu um longo caminho chegando à era digital. Acompanhando a evolução do homem e, conseqüentemente, o surgimento de novas tecnologias, o processo de produção do livro mudou, culminando nas publicações digitais e exigiu adaptações aos novos formatos atrelados a ele. O livro eletrônico proporciona diversas possibilidades e recursos digitais intrínsecos ao seu formato e, pode ser considerado um meio promissor de disseminação e circulação de informações intelectuais e culturais. No mundo de *bits* o livro não perdeu suas características originais, pelo contrário, com ele é possível acreditar na possibilidade de democratização da leitura. A questão não é mais o livro e sim o conteúdo, a informação contida nele, independente de seu formato.

A respeito das discussões sobre a possível extinção dos livros impressos, Tonnac pontua que

[...] se o livro eletrônico terminar por se impor em detrimento do livro impresso, há poucas razões para que seja capaz de tirá-lo de nossas casas e de nossos hábitos. Portanto, o *e-book* não matará o livro – como Gutenberg e sua genial invenção não suprimiram de um dia para o outro o uso dos códices, nem este, o comércio dos rolos de papiros ou *volumina*. (2010, p. 8).

Assim, convém dizer que à primeira vista, pode parecer fácil definir o *e-book* ou livro eletrônico, já que, aparentemente, é apenas um livro em formato digital. “No entanto, um simples arquivo eletrônico com texto pode ser considerado um eBook?” (PROCÓPIO, 2010, p. 135). Para essa pergunta ainda não existe uma resposta, pois não há uma definição oficial de autoridades ou instituições reconhecidas sobre o assunto. Por esse motivo, elencam-se alguns conceitos de forma a facilitar a compreensão a respeito do tema.

Ao buscar entender o que é um *e-book* é importante estabelecer e delimitar os termos e a nomenclatura que serão utilizados neste trabalho, a fim de proporcionar uma leitura com clareza. Os termos *e-book*, e-livro, livro eletrônico e livro digital serão usados como sinônimos. Para identificar o livro eletrônico, será utilizado o termo *e-book*, forma que o Dicionário Aulete Digital e o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia utilizam, e a grafia em itálico será adotada por se

tratar de uma palavra estrangeira (AULETE; VALENTE, 20--?; CUNHA; CAVALCANTI, 2008).

Tammaro e Salarelli (2008, p. 181-182) compreendem que o *e-book* pode ser classificado em dois tipos: “[...] livros eletrônicos fora de linha (*off-line*), normalmente em cederrom ou que exigem equipamentos e programas especiais para que possam ser lidos, e outros que podem ser usados em linha.”. Paiva (2010, p. 84) vai além ao explicar a etimologia do termo, “[...] *e-book*, abreviação inglesa de *eletronic book*, é um livro em formato digital, que pode ser lido em equipamentos eletrônicos tais como computadores, PDAs ou até mesmo em celulares que suportam esse recurso.”. Pinheiro (2011, p. 14) complementa:

[...] designa uma publicação em formato digital que, para além de texto, pode incluir também imagens, vídeo e áudio. Outras designações são livro digital ou livro digitalizado. Muitas vezes utiliza-se, erradamente, o termo ebook para designar um *e-reader*.

Mello Junior (2006, p. 15) define as características técnicas relacionadas ao formato do *e-book*. O autor sugere que o livro eletrônico é uma edição não periódica, composta de no mínimo 1000 caracteres por página, possui página correspondente ao formato de página impressa de tamanho 14x21cm, mancha composta por 30 linhas de 70 caracteres sem espaço, contém índice e paginação e, deve conter elemento obrigatório que caracterize o texto eletrônico como livro.

Conde e Mesquita (2008, p. 3) acrescentam que “E-books ou electronic books são publicações digitais ou livros eletrônicos e estão disponíveis na web em vários formatos que podem ser descarregados para o computador através de downloads.”. Procópio (2010) destaca que é importante entender que o *e-book* pode ser dividido em três partes: o *software reader*, o dispositivo de leitura portátil e o livro em si. Já Gama Ramírez¹ compreende que

O livro eletrônico se refere a uma publicação digital não periódica, quer dizer, que se completa em um único volume ou em um número predeterminado de volumes e que pode conter textos, gráficos, imagens estáticas e em movimento, assim como sons. Também se

¹ GAMA RAMÍREZ, M. *El Libro Electrónico en la Universidad: testimonios y reflexiones*. México: Colégio Nacional de Bibliotecários; Buenos Aires: Alfagrama, 2006. p. 63-98. *Apud* AMORIM NETO; MENEZES, 2011, p. 4.

nota que é uma obra expressa em várias mídias armazenadas em um sistema de computação. Em suma, o livro eletrônico se explica como uma coleção estruturada de bits que pode ser transportada e visualizada em diferentes dispositivos de computação. (2006, p. 12 apud AMORIM NETO; MENEZES, 2011, p. 4).

As definições apresentadas complementam-se, mas não podem ser consideradas suficientes, visto que não existe consenso sobre a definição do livro eletrônico, embora os autores citados entendam que o *e-book* é um livro em formato digital, existem outros pontos não mencionados. A complexidade da definição se dá, em parte, pela ausência de normalização sobre o tema, pois, o livro eletrônico pode ser criado, produzido e comercializado exclusivamente em meio eletrônico, ou pode ser digitalizado, visando sua preservação, como no caso dos livros raros.

É importante que as instituições competentes – Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) – padronizem os parâmetros necessários para que um documento seja considerado livro eletrônico, a fim de elucidar as dúvidas a cerca da definição do *e-book*. Alguns pontos fundamentais devem ser delimitados, por exemplo, em relação ao número de páginas, formatação, padronização.

Diante de tal conjuntura, vê-se a necessidade de, a partir das definições elencadas, arriscar-se uma definição: o *e-book*, e-livro, livro eletrônico, digital ou virtual é um livro exclusivamente em formato digital, não periódico, que necessita de um aparelho leitor e de um *software* para decodificação que viabilize sua leitura. Pode conter texto, imagem, áudio e vídeo, permite a navegação, inclusão de comentários pelo leitor, marcação de trechos, bem como o controle e o ajuste de brilho, cor e tamanho da fonte. Em geral, a estrutura e a organização do livro digital se assemelha a do livro impresso, ou seja, contém capa, folha de rosto, sumário, capítulos, índices, glossário etc. Contudo, alguns elementos pré-textuais, como sumário e folha de rosto, e pós-textuais, como índices, podem ser ocultados, já que a possibilidade de pesquisar palavras dispensa esses elementos. No caso da folha de rosto, se a capa contiver as informações não é necessário tê-la.

Algumas dúvidas ainda pairam nesse emaranhado da era tecnológica e mostram que é fundamental o estabelecimento da padronização da definição do *e-book*. Contudo, independente das indefinições e das dúvidas existentes sobre este

novo formato que os livros estão adquirindo e que está alterando a leitura, os *e-books* apresentam vantagens e desvantagens para o leitor², conforme se busca mostrar a seguir.

3.1 VANTAGENS

Quantas vezes se lê algo interessante em um livro e, passado algum tempo, lembramo-nos do trecho, mas não sabemos sua localização dentro do mesmo? Então, passa-se a folheá-lo até encontrar a parte específica do texto procurado. Muitas vezes, essa busca é demorada, já que pode ser necessário reler o livro ou muitos capítulos para encontrar a citação procurada. Neste aspecto, uma das grandes vantagens do livro eletrônico é o mecanismo de busca inerente a ele, que possibilita pesquisar por palavras e em poucos segundos obter o resultado.

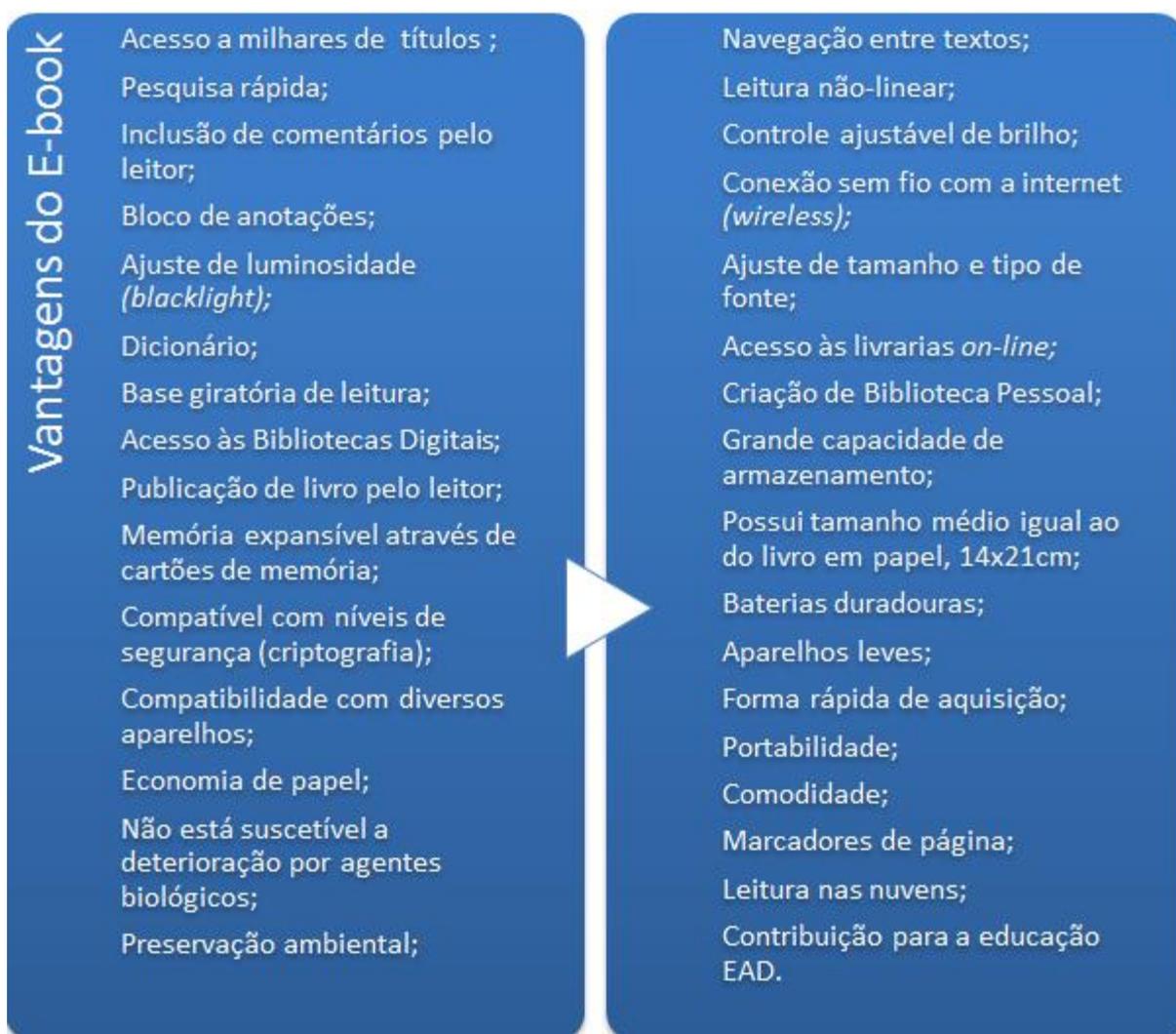
Além disto, “O novo suporte do texto permite usos, manuseios e intervenções do leitor infinitamente mais numerosos e mais livres do que qualquer uma das formas antigas do livro.” (CHARTIER, 1998, p. 88). Existem também livros digitais que possuem sistema de áudio que quando acionado o *software* lê o texto para o leitor. São denominados áudio-books ou livros falados, que podem ser utilizados por pessoas com necessidades especiais, como deficiência visual, por exemplo.

O livro eletrônico contribui também para a preservação ambiental em detrimento do livro impresso, pois, através de seu uso, economiza-se papel e o gasto de energia dos aparelhos leitores é mínimo, não impactando neste aspecto. Além disso, não necessita de espaço físico, já que em um único, e pequeno aparelho, o leitor pode carregar consigo todos os livros de sua biblioteca pessoal.

Mas as vantagens do *e-book* não param por aí. Além das citadas anteriormente, é possível observar outros benefícios. Complementando as ideias de Procópio (2010, p. 26-27), apontam-se os benefícios do livro digital e os recursos disponíveis (Figura 2).

² As vantagens e desvantagens relacionadas a incorporação de *e-books* em bibliotecas são apontadas no tópico 6.2.1 sobre Biblioteca Digital.

Figura 2: Vantagens do *E-book*



Fonte: Adaptado de Procópio (2010).

No que tange à educação, os *e-books* também podem ser utilizados nas escolas e nas universidades, no ensino e na aprendizagem à distância, na educação de crianças, adolescentes e adultos. A utilização de livros digitais didáticos tornará o ensino mais agradável aos estudantes, que não precisarão carregar livros pesados e evitarão problemas de coluna, devido ao peso de suas mochilas. A criação de bibliotecas digitais pode contribuir para a disseminação dos livros eletrônicos no meio estudantil. Procópio (2010, p. 42) explana a respeito dos benefícios do livro eletrônico no meio acadêmico:

[...] há a comodidade do uso acadêmico dos e-readers, em que enciclopédias e livros de referência podem ser facilmente

armazenados num único suporte eletrônico, incluindo aí a leitura de periódicos técnicos ou mesmo de interesse geral, como jornais e revistas [...].

Nas palavras de Chartier (1998, p. 134, grifos do autor), “*Com o texto eletrônico, enfim, parece estar ao alcance de nossos olhos e de nossas mãos um sonho antigo da humanidade, que se poderia resumir em duas palavras, universalidade e interatividade.*”. A tecnologia do livro eletrônico possibilita que os limites sejam a imaginação de seus editores ao criá-lo. Com o livro eletrônico o leitor é muito mais livre para decidir como irá realizar sua leitura, podendo escolher tamanho das letras, cores, *layout* e a não linearidade da leitura, uma vez que o livro eletrônico é uma hipermídia. “O texto se expande, contrai-se, dá voltas. As palavras pulsam, esticam-se e encolhem, desafiando a analogia do teclado com a máquina de escrever [...]” (BEIGUELMAN, 2003, p. 39).

Os aspectos intrínsecos ao livro eletrônico, possíveis por intermédio dos avanços tecnológicos, como formato, ampla e rápida difusão do conteúdo e fácil distribuição podem viabilizar a universalização do livro e, até mesmo, a possibilidade de existência real de uma biblioteca universal. A Internet pode ser uma grande aliada dos *e-books* neste processo, pois o leitor pode com poucos cliques adquirir um *e-book* em uma livraria virtual e lê-lo sem necessitar sair de casa, sem enfrentar filas e sem precisar procurar nas estantes de livrarias. O crescimento da digitalização de livros também poderá contribuir para a transposição do livro impresso para o livro digital e sua democratização. Para Procópio (2010, p. 25) “[...] a revolução dos eBooks possibilita democratizar o acesso à leitura a um nível ainda mais abrangente e de uma maneira extraordinária. Centenas de livros e documentos importantes, e muitas vezes dispersos, podem ser acessados com um simples clique.”.

Deixando de lado - por um momento - as questões relacionadas à universalização e a democratização desta nova forma que o livro vem obtendo e, voltando um pouco no tempo à Idade Média, observa-se que o livro não era um objeto exclusivo para leitura, mas também de admiração, elegância, apreciação e deleite. O livro era um objeto possuído por poucos, devido ao seu alto preço foi sinônimo de *status*, de posição social; continha capitulares, letras elegantes, ornamentos e joias. Com o passar do tempo – mais precisamente após a Revolução

Industrial –, o formato do livro impresso tornou-se mais simples, apenas com o próprio texto limitado por suas margens e, por vezes, algumas imagens.

Contudo, com o surgimento do *e-book* as cortinas de um novo mundo abriram-se. Surgem novas emoções e estímulos que entretêm o leitor, tirando-o da leitura comum e habitual. A beleza dos *e-books*, possibilitada pelos recursos tecnológicos, permite, até mesmo, a imitação da ornamentação dos livros da Idade Média. O livro eletrônico rompe com hábitos históricos de leitura e, ao trazer algo novo (música, interação, cores, multimídia), traz também dúvidas e o frenesi da ruptura de uma leitura que deixa de ser linear. Chartier pontua:

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. Segundo a bela imagem de Michel de Certeau, o leitor é um caçador que percorre terras alheias. Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum – ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores. Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que se desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura. Os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se extinguem. Do rolo antigo ao códex medieval, do livro impresso ao texto eletrônico, várias rupturas maiores dividem a longa história das maneiras de ler. Elas colocam em jogo a relação entre o corpo e o livro, os possíveis usos da escrita e as categorias intelectuais que asseguram sua compreensão. (1998, p. 77, grifos do autor).

Pode se supor que não há precedentes históricos para uma ruptura tão impactante na maneira de ler, já que as mudanças ocorridas no passado causaram impacto, em geral, apenas no formato e no suporte, do papiro ao pergaminho e, posteriormente, ao papel. A maior mudança ocorreu com a passagem do livro em rolo para o códex, mas nem por isso foi mais radical do que a que vivemos atualmente, embora possa ter sido tão impactante quanto. Certamente, seus usuários devem ter tido grandes dificuldades de adaptação. Essas mudanças na maneira de ler foram e são ocasionadas pela evolução da leitura e da escrita que, neste caso, foi potencializado pela revolução eletrônica, que nos impulsiona e desafia a nos adaptar a esses objetos novos, abrindo novas possibilidades de leitura, facilitando o acesso à informação e permitindo, com isto, novos pensamentos e aprendizagens.

3.2 DESVANTAGENS

Algumas desvantagens podem ser apontadas em relação ao *e-book*. Primeiramente, há que se considerar o ponto de vista do leitor, já que o uso do *e-book* está diretamente relacionado à sua preferência ou não por conhecer e utilizar esse formato. Muitos leitores preferem sentir a textura do papel, folhear o livro e senti-lo, não se interessando em acompanhar as mudanças que envolvem o livro.

Em relação às dificuldades técnicas, é fundamental a intermediação de um aparelho para a leitura, que pode ser um computador, *notebook*, *tablet*, *smartphone*, entre outros aparelhos capazes de lê-lo. Sendo que o *e-reader* (*electronic reader*) ou leitor eletrônico, é o aparelho de leitura específico para *e-books*. Os aparelhos de leitura precisam ter sua bateria carregada, diferentemente do livro impresso, além de ser necessário um *software* para a decodificação do arquivo, ou seja, um *reader*.

Também se pode supor que alguns usuários se satisfaçam com seus computadores de mesa ou outros dispositivos portáteis, devido ao custo-benefício, pois esses possuem outras funcionalidades, optando por não comprar aparelhos exclusivos para leitura. Neste caso, tendo em vista o crescimento do número de computadores pessoais nos diferentes segmentos econômicos da população, pelo barateamento sistemático que este tipo de equipamento vem sofrendo, pode-se entender que esta necessidade de intermediação para leitura de um *e-book* atualmente não restrinja tanto o acesso a este tipo de livro.

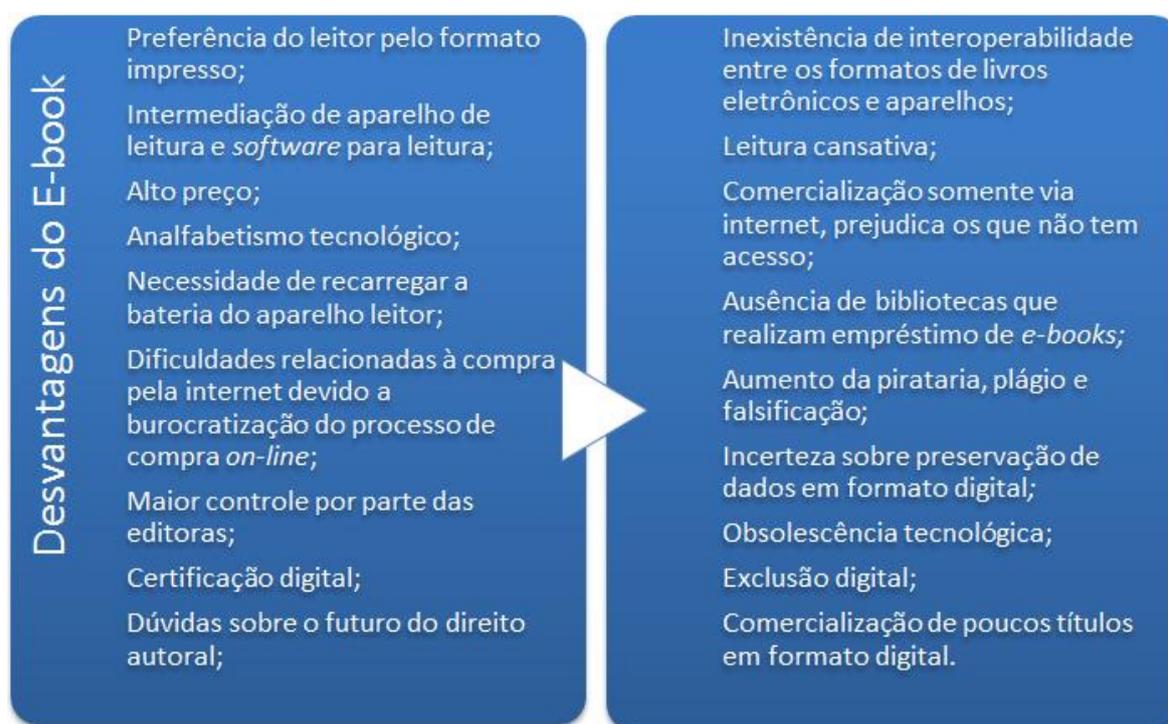
Há ainda as questões financeiras e econômicas que permeiam esse processo. Os custos do aparelho, do *software* e do próprio livro digital, como se mostrará a seguir, são altos. Para a grande maioria da população, isso acaba tornando o *e-book* impopular e até mesmo inviável. E, para aqueles que possuem interesse e recursos financeiros, há que se ponderar a quantidade de títulos disponíveis em formato eletrônico, pois ainda não é possível ao leitor optar pela versão impressa ou digital de qualquer livro que queira, mas somente daqueles que as editoras decidem comercializar.

O mercado editorial exerce controle muito maior sobre a comercialização de *e-books*. O processo de compra de livros digitais em livrarias virtuais pode ser considerado complexo, pois são necessárias muitas etapas para obtê-lo. Apesar de ser um processo rápido, exige competência tecnológica do leitor e paciência para

efetivar a compra. Além disso, a insegurança no meio digital pode se tornar um empecilho a sua difusão.

A seguir elencam-se as desvantagens relacionadas ao livro eletrônico, a fim de clarificar e permitir uma visão geral sobre o tema (Figura 3).

Figura 3: Desvantagens do *E-book*



Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

Apesar da lista de desvantagens ser grande, alguns fatores dependem do uso no decorrer do tempo, ou seja, o hábito de utilizar aparelhos de leitura ou ler livros digitais pode mudar esta realidade em alguns anos. Diante do exposto, viu-se a necessidade de realizar um levantamento histórico, a fim de entender as origens do livro digital. A seguir resgata-se a história a evolução do *e-book*.

3.3 HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DO LIVRO DIGITAL

O *e-book* ou livro eletrônico não é tão recente como se pode pensar. Pode se considerar que as ideias iniciais foram esboçadas em 1945, logo após a 2ª Guerra Mundial, pelo engenheiro e cientista americano Dr. Vannevar Bush (1890-1974), diretor do *Office of Scientific Research and Development*. Ele acreditava que o

crescimento do volume de pesquisas e, conseqüentemente, o acúmulo de conhecimento humano, deveria estar acessível, de forma que o tempo em pesquisas não fosse desperdiçado. Bush defendia a necessidade de mudanças e inovações no processo de registrar, armazenar e consultar as informações. Em seu entendimento, essas inovações deveriam ser feitas pelos cientistas e trariam melhorias na forma de utilizar de maneira eficaz as informações contidas nos registros científicos. Nas palavras de Bush (1945, documento eletrônico não paginado):

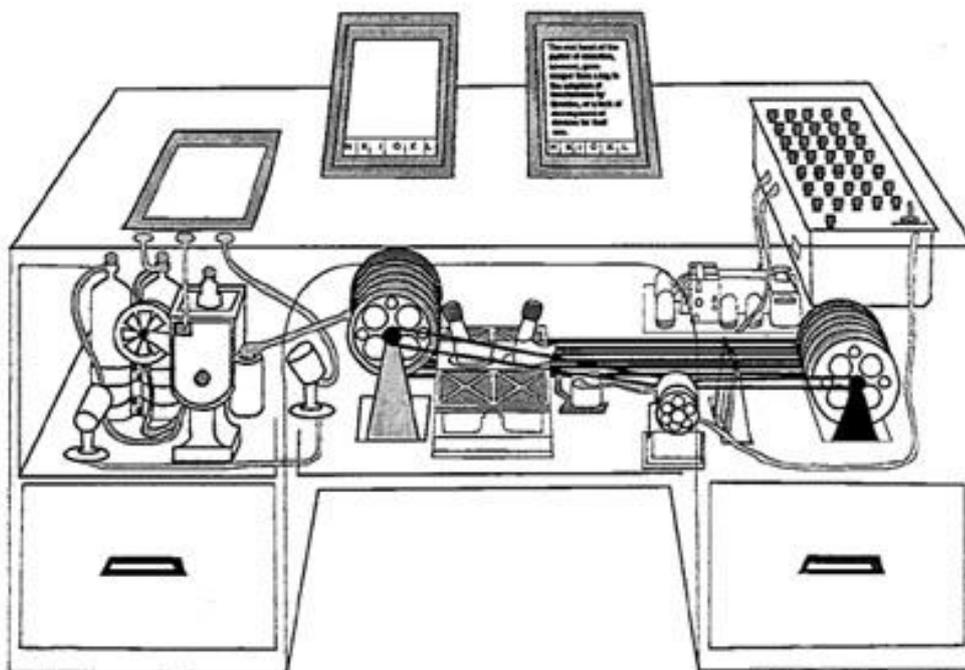
Se, desde a invenção dos tipos móveis, a raça humana produziu um acervo total, em forma de revistas, correspondências, livros, folhetos publicitários e jornais, equivalente a um bilhão de livros, tudo isto comprimido poderia ser carregado em uma caminhonete. A mera compressão, naturalmente, não é o bastante; necessitamos não somente registrar e armazenar, mas também consultá-lo [...].

Em julho de 1945, Bush publicou na revista *Atlantic Monthly* um artigo intitulado *As we may think* (Como podemos pensar), visando incentivar cientistas a desenvolverem formas de tornar o estoque de conhecimento humano disponível. Neste artigo, Bush descreve uma fabulosa máquina teórica – não chegou a ser construída - capaz de armazenar livros e documentos depositados em um tipo de microfilme. Ele expõe a ideia do Mémex (Memory Extension), que é

[...] um dispositivo que permitirá a uma pessoa armazenar todos os seus livros, arquivos, e comunicações, e que é mecanizado de tal forma que poderá se consultado com grande velocidade e flexibilidade. Na verdade, seria um suplemento ampliado e íntimo de sua memória. (BUSH, 1945, documento eletrônico não paginado).

No Memex, os documentos poderiam ser acessados através da colocação do microfilme em um compartimento, então o usuário abriria e visualizaria, rapidamente, a informação contida no microfilme, em um pequeno monitor. Os documentos apareceriam dispostos na tela do Memex, sendo possível editá-los, copiá-los e salvá-los. Os comentários poderiam ser acrescentados conforme a leitura do documento fosse realizada e seria possível fazer o que ele chamou de indexação associativa, atalhos associativos e *links* entre os documentos. Também seria possível a inclusão de documentos, livros, artigos, imagens, diários, etc. (BUSH, 1945). A Figura 4 mostra como seria a parte interna do Memex e seus mecanismos.

Figura 4: Protótipo do Memex



Fonte: Blue (2012, documento eletrônico não paginado).

Em seu artigo, Bush (1945) descreve o Memex como uma máquina capaz de permitir que o usuário folheasse as páginas, movendo-as para esquerda ou direita, em velocidade suficiente para viabilizar a leitura. O dispositivo de Bush se assemelha bastante aos computadores, aparelhos leitores e livros digitais atuais. Observando as similaridades do Memex com os dispositivos modernos, pode-se pensar que ele foi o precursor do *e-book*. Mas, a máquina em si também pode ser considerada como a precursora dos computadores de uso pessoal e Vannevar Bush o idealizador teórico do livro eletrônico.

Vannevar Bush era um visionário que acreditava na possibilidade de criar uma biblioteca universal para armazenar e recuperar o conhecimento produzido pela humanidade. Procópio (2010, p. 24) entende que “Tal máquina trazia consigo o conceito do acesso a uma teia com servidores de conteúdo informacional interligada, que claramente Bush considerava ser a biblioteca universal do futuro [e o que é hoje para nós a World Wide Web].”. Mello Júnior (2006, p. 321) postula que o Memex “[...] era uma espécie de prótese da memória humana, algo que nossos computadores pessoais já são [...]”.

Vannevar Bush entendia que seria necessário realizar inovações na forma de armazenamento e disponibilização da produção do conhecimento humano, ou seja,

naquela época ele falava da biblioteca do futuro. A respeito disso Tammaro e Salarelli expõem que:

O Memex de Vannevar Bush mostra a consciência de que as estantes de uma biblioteca não são mais adequadas para recolher e conservar um acervo, para uma pesquisa eficaz e para facilitar a criação de novos conhecimentos. O Memex é um instrumento para estudiosos, uma biblioteca pessoal. A primeira inovação do Memex está no conceito de 'depósito' como sistema organizado, para permitir a realização de determinadas funcionalidades. O depósito, que não se pode considerar um simples arquivo da memória, gerencia o acervo e o acesso a ele. (2008, p. 114).

Roberto Busa, bibliotecário, padre jesuíta e professor de Ontologia e Metodologia Científica, da Aloisianum - Faculdade de Filosofia de Gallarate, na Itália, também contribuiu para a evolução do *e-book*. Em 1946, ele começou a criar um índice - *Thomisticus Index* - contendo todas as palavras das obras de São Tomás de Aquino e autores relacionados, totalizando cerca de 11 milhões de palavras em latim medieval. Em 1949 recebeu financiamento da International Business Machines (IBM) e, através de um minucioso e longo trabalho em cartões perfurados, conseguiu produzir 56 volumes impressos do índice. O projeto durou 30 anos, sendo que em 1989 foi criada uma versão em CD-ROM. Busa é reconhecido como o pioneiro da linguística computacional, seu trabalho contribuiu para o desenvolvimento de inovações nas ferramentas de pesquisas em textos.

Em 1971, Michael Hart – considerado o criador do livro eletrônico – deu os primeiros passos para que a ideia do livro eletrônico se tornasse realidade. Ele digitou o primeiro documento da história da humanidade - uma cópia da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América (EUA) - tornando-o um documento eletrônico. Fundou o Projeto Gutenberg - biblioteca digital mais antiga do mundo, que digitaliza livros em domínio público, arquiva-os e disponibiliza-os gratuitamente. Atualmente, o projeto disponibiliza mais de 38.000 livros eletrônicos em 42 idiomas e em diversos formatos (PROJETO GUTENBERG, 2012).

Após o Projeto Gutenberg outros projetos surgiram, alguns tiveram continuidade e chegaram a ser comercializados, outros não causaram interesse na indústria tecnológica nem no mercado editorial e não passaram de protótipos. No entanto, esses projetos serviram para nortear os passos de seus sucessores no que

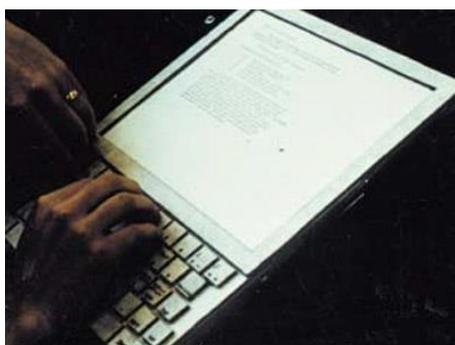
tange a padronização, flexibilidade, funcionalidades, interoperabilidade dos equipamentos de leitura.

3.3.1 Aparelhos leitores

Aparelhos leitores, dispositivos eletrônicos portáteis, *e-readers*, e-leitores, *e-book devices*, e *e-book reader* são termos que designam os leitores de livros eletrônicos. Esses equipamentos são próprios para a leitura do livro digital e sua história se confunde com a história e a evolução do próprio livro digital. A fim de ilustrar essa evolução estão elencados alguns dispositivos de leitura mais significativos devido à importância histórica e pioneirismo, conforme o surgimento.

1968: Sony lança o Dynabook (Figura 5), visando estudantes, o dispositivo portátil de leitura possuía teclado grande, tela em escala de cinza, pesava 2 kg e exibia documentos armazenados. Sua aparência influenciou o *layout* dos *notebooks*.

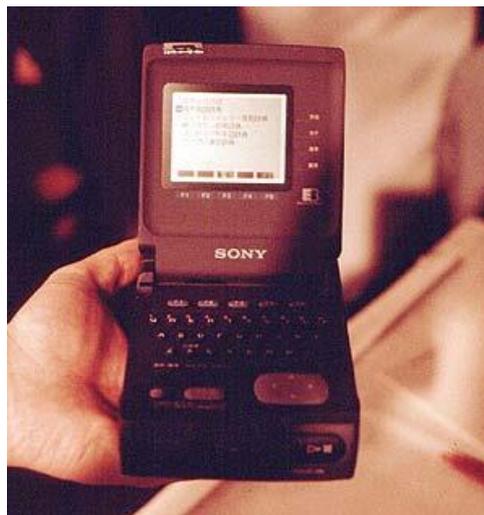
Figura 5: Dynabook



Fonte: Dalakov (2012, documento eletrônico não paginado).

1992: Lançamento do BookMan Sony (Figura 6) - pequeno dispositivo com uma unidade de CD-ROM, memória interna e teclado - destinado a comercialização e pode ser considerado precursor dos PDAs presentes do final dos anos 90 e início dos anos 2000. No entanto, não vendeu muito bem, pois o preço final ficou \$1.800,00 (ASSIS E SAMGREGUIO, 2011; DATABASE PUBLISHING CONSULTANTS, 2011).

Figura 6: BookMan Sony



Fonte: EKnihy (2011, documento eletrônico não paginado).

1993: Primeiro livro eletrônico é publicado, *Do assassinato*, de Thomas Quincey (VIEIRA, 2011).

1995: Amazon começa a vender livros digitais na Internet.

1996: USP cria a Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro.

1998: Criação do Rocket eBook, da NuvoMedia e do SoftBook Reader, da SoftBook Press, empresas com envolvimento na indústria editorial. Esses aparelhos foram os primeiros dispositivos semelhantes aos dispositivos de leitura atuais. O Rocket Ebook foi o primeiro *e-book* reader a ser criado, possuía um ecrã luminoso preto e branco e capacidade de 16MB (Figura 7). O SoftBook era um instrumento para negócios, pois convertia documentos, manuais e documentação técnica para visualização em campo, era sensível ao toque, tinha tela de LCD e capacidade para 5.000 páginas de livros (Figura 8) (EKNIHY, 2011; PROCÓPIO, 2010).

Figura 7: Rocket eBook

Fonte: Eknihy (2011, documento eletrônico não paginado).

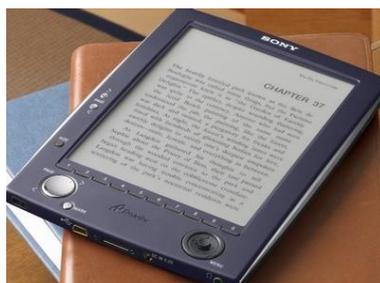
Figura 8: SoftBook

Fonte: Eknihy (2011, documento eletrônico não paginado).

1998-1999: Surgem *sites* especializados na venda de livros eletrônicos. Ex.: eReader.com e eReads.com.

2001: Stephen King lança livro unicamente em formato digital, *Riding the bullet*. Em apenas dois dias vendeu 500 000 exemplares, sendo inicialmente disponibilizado gratuitamente na Internet e depois passou a ser vendido por U\$ 2,50, com pagamento através de cartão de crédito.

2006: Sony Reader, da Sony foi o primeiro *e-reader* com tecnologia de tinta eletrônica, *E-ink* ou *ePaper*, que proporciona melhor conforto na leitura, pois não reflete a luz, além de ter bateria de longa duração. A partir deste aparelho a comercialização de *e-readers* e *e-books* se intensificou (Figura 9).

Figura 9: Sony Reader

Fonte: Mobility & Email Blog (2006, documento eletrônico não paginado).

2007: Kindle da Amazon foi o primeiro *e-reader* com conexão com a Internet. Seu sucesso pode ser atribuído à riqueza de títulos disponíveis na Amazon e a facilidade de compra via *web* (Figura 10).

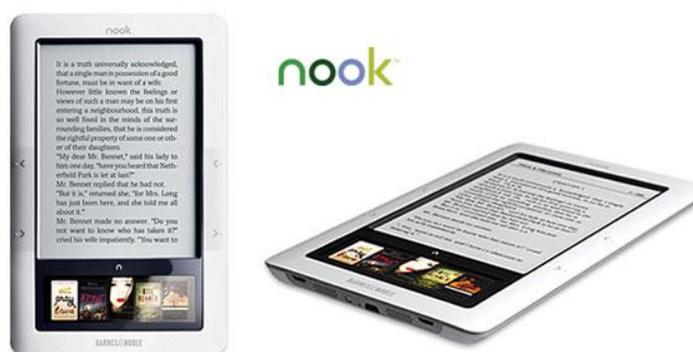
Figura 10: Kindle



Fonte: Rydlewski (2009, documento eletrônico não paginado).

2009: O *site* Bookboom.com alcança a marca de 10 milhões de *downloads* gratuitos por ano. No mesmo ano, surge o Nook da Livraria Barnes & Noble, contendo tecnologia *E-ink*, leitura de cartão SD, tela colorida, internet wi-fi e possibilidade de empréstimo de *e-books* entre usuários que possuam o mesmo aparelho (Figura 11).

Figura 11: Nook



Fonte: Kunze (2009, documento eletrônico não paginado).

2010: Lançamento do iPad da Apple, aparelho fino e leve com tela *touchscreen*, conexão *Bluetooth*, internet *wi-fi* e 3G, e *apps* exclusivos (Figura 12). A Samsung lança o Galaxy Tab, *tablet* com TV digital, tela widescreen, formato anatômico e mais capacidade de memória RAM (Figura 13).

Figura 12: iPad

Fonte: Padrini (2010, documento eletrônico não paginado).

Figura 13: Galaxy Tab

Fonte: Blog Guia das Tecnologias (2010, documento eletrônico não paginado).

Existem projetos e protótipos de aparelhos de leitura que influenciaram a evolução do *e-book*, pois contribuíram para que outros aparelhos surgissem e fossem aprimorados: Every Book Dedicated Reader, Sony Data Discman, Glass Book Reader, AlphaBook, Go Reader, Q-Reader, AONEPRO Reader, Librius - Millenium eBook, Xlibris, Cybook, eBookMan, HieBook, MyFriend, REB 1200, REB 1100. Nesta pesquisa foram levantados os aparelhos mais significativos para a evolução³ do livro digital, sem buscar esgotamento. A Figura 14 apresenta a linha do tempo dos acontecimentos que influenciaram a evolução do *e-book* até 2010.

Figura 14: Evolução do *e-book*

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

³ Ednei Procópio, em seu livro "O livro na Era Digital", apresenta uma descrição completa de aparelhos leitores (e-readers) e de protótipos de dispositivos eletrônicos dedicados à leitura de acordo com sua evolução.

Os *e-readers* estão cada vez mais modernos e possibilitando diversos recursos, incluindo bateria com duração de até dois meses. Após 2010, outros aparelhos foram lançados com muitas inovações tecnológicas, como o iPad da Apple que está na 5ª geração, apenas para citar um exemplo. Pode-se denominar de “guerra dos *e-books*” a concorrência entre grandes empresas como Amazon, Barnes & Noble e Apple, pela preferência do usuário. O consumidor só tem a ganhar, pois essa competição contribui para que o usuário seja beneficiado, já que tem a seu dispor diversas opções de aparelhos de acordo com seu “gosto e bolso”.

3.3.2 Aplicativos de Leitura

Readers, aplicativos ou *softwares* de leitura são fundamentais para a leitura de documentos digitais, pois decodificam o arquivo para viabilizar a leitura de jornais, revistas e livros digitais em aparelhos leitores ou computadores. Procópio (2010, p. 128) esclarece que *readers* são “[...] programas que podem ser instalados em computadores de mesa [PC, Linux ou MAC], laptops, notebooks, em HandHelds [computadores de mão, como os Pocket PCs e os Palm Tops] e até em smartphones [como Nokia e o iPhone].”.

Os *softwares* de leitura possibilitam os recursos disponíveis nos *e-books*, por exemplo, ajustar o tamanho de letra, trocar fonte, ajustar iluminação, pesquisar, marcar de texto, incluir anotações, entre outros. Procópio (2010, p. 128) aponta que os *readers* “[...] trazem dezenas de ferramentas que pretendem ou tentam mimetizar o livro padrão.”. Contudo, esses aplicativos são voláteis, pois sofrem modificações de acordo com os lançamentos das empresas de tecnologia, que os atualizam para se manterem no mercado.

Devido à rapidez com que surgem novos *softwares* de leitura, não se pretendeu fazer um levantamento exaustivo sobre o assunto, apenas destacar os aplicativos mais significativos no momento da pesquisa. O Quadro 1 apresenta alguns *readers* existentes.

Quadro 1: Softwares de Leitura

Readers	Empresa	Descrição
Adobe Digital Editions	Adobe Systems	Gerenciador de <i>e-books</i> gratuito disponível para Mac e Windows. Permite leitura de arquivos em ePub e pdf, e compartilhamento dos arquivos entre computadores e dispositivos de usuários cadastrados a partir do Adobe ID.
Adobe Reader	Adobe Systems	Aplicativo para leitura de arquivos digitais em formato pdf.
Aldiko Book Reader	Google	Aplicativo para Android. Permite leitura de arquivos em formato ePub.
Azardi		Permite leitura de arquivos em formato ePub.
Calibre eBook Management	Kovid Goyal	<i>Software</i> de leitura gratuito que possibilita o gerenciamento e organização de uma biblioteca digital. É possível catalogar <i>e-books</i> e convertê-los em formato para o formato ePub.
Epub Reader		Permite leitura em formato ePub no browser, sem necessidade de instalação de <i>software</i> adicional.
FBReader		<i>Software</i> OpenSource de leitura de ebooks para sistemas Windows/Linux. Funciona em Android.
Ibooks	Apple	Possui loja virtual integrada ao ambiente de leitura.
Imaginaria	Livraria da Vila e Agencia JWT	Permite ao usuário fazer check-in em lugares citados em livros, compartilhar o que está lendo e publicar comentários e opiniões a respeito. Conecta automaticamente os amigos do Facebook e Twitter que o utilizam, e possibilita troca de informações e experiências de leitura em rede.
Livraria Cultura eReader	Livraria Cultura	Permite leitura de livros digitais em formato pdf e ePub.
Kindle for PC ou Kindle Reader	Amazon	Lê arquivos em formato AZW.
Kobo Reader	Kobo	Disponível para iPad/iPhone/iPod Touch. Possui uma versão para PC, para leitura de livros em formato ePub. O leitor pode compartilhar suas leituras nas redes sociais.
MobiPocket Reader	Microsoft	Lê arquivos em formato PRC, utilizados em dispositivos Palm e compatível com diversos aparelhos de leitura como BlackBerry,
MS Reader	Microsoft	Aplicativo gratuito para leitura de <i>e-books</i> . Pode ser utilizado em computadores de mesa e portáteis com o sistema mobile do Windows.
Nook	Barnes & Noble	<i>Software</i> disponível para iPhone, iPad, BlackBerry e PCs. Possibilita que os usuários emprestem seus livros por 14 dias para outras pessoas.
Readers Hub	Samsung	Funciona no sistema operacional Android.
Saraiva Digital Reader	Saraiva e Siciliano S/A	Aplicativo compatível com iPhone, iPod touch e iPad para leitura de <i>e-books</i> em formato pdf e ePub.
Stanza		Disponível para Windows, iPad, iPod touch e iPhone, permite o <i>download</i> e partilha de milhares de livros.

Fonte: Adaptado de Pinheiro (201-?), Procópio (2010) e Tagiaroli (2010).

As empresas criam aplicativos de leitura específicos para seus aparelhos e às vezes não permitem compatibilidade com aparelhos de outras empresas. O objetivo é obter destaque entre os concorrentes, garantir segurança contra pirataria e chamar a atenção dos usuários com recursos diferentes. Dessa forma, acabam acirrando a competitividade, mas essa volatilidade contribui para que os *e-books* percam interoperabilidade, já que o livro só pode ser lido no *e-reader* específico e a partir de compra no *site* da empresa. Contudo, alguns aplicativos são mais flexíveis e possibilitam a leitura de arquivos em diversos formatos.

3.3.3 Formatos

Existem diversos formatos de arquivos para leitura de livros digitais, alguns são específicos para *e-readers*, outros são mais flexíveis e podem ser utilizados em *softwares* para computadores de mesa ou aparelhos portáteis. Os formatos de arquivos, juntamente com os *softwares*, podem ser divididos em dois tipos, de plataforma aberta (permitem leitura em diversos *softwares* e equipamentos) ou plataforma proprietária (uso exclusivo em aparelhos leitores com *softwares* específicos).

A plataforma proprietária ou padrão proprietário permite que os editores tenham o controle sobre a produção e distribuição dos *e-books*. Já os *softwares* de plataforma aberta ou padrão aberto apresentam vantagens aos usuários, pois “Os formatos de arquivos de livros digitais mais convergentes são quase sempre os de padrão aberto.” (PROCÓPIO, 2010, p. 146). Nesse sentido, deve-se destacar o formato ePub, já que é possível que esse formato cresça em número de aplicativos e hardwares que os absorva. Outra vantagem para os usuários é que ao “[...] utilizar formatos padrões abertos para deixar à disposição livros digitais garante que o leitor não precisa adquirir duas ou mais vezes o mesmo livro quando migrar para equipamentos de plataformas diferentes.” (PROCÓPIO, 2010, p. 147). O mesmo autor entende que deve ser considerado arquivo de livro eletrônico

[...] apenas aqueles passíveis de serem lidos em softwares especiais de leitura [os eBook Readers], com ferramentas como bookmarks, procura, dicionários relacionados, hiperlinks etc., cujos títulos possam ser levados em aparelhos portáteis [dedicados ou não]. (PROCÓPIO, 2010, p. 137).

É importante destacar que diversas livrarias oferecem *e-books* em mais de um formato, geralmente em pdf e epub. Normalmente, o próprio *site* que disponibiliza o título, indica o *software* necessário para leitura do arquivo e direciona para o *download*.

O Quadro 2 apresenta os formatos mais conhecidos e utilizados atualmente.

Quadro 2: Formatos

Formatos	Empresa	Descrição
AZW	Amazon	Formato proprietário utilizado para o Kindle. Os <i>e-books</i> da Amazon utilizam exclusivamente este formato.
EPub		Sigla de Electronic Publication (Publicação Eletrônica) é um formato padrão universal e aberto para leitura de livros eletrônicos, que foi definido pela <i>International Digital Publishing Forum</i> (IDPF). Não possui proteção de DRM (Gestão de Direitos Autorais). Apresenta conteúdo redimensionável, ou seja, a apresentação do texto pode ser otimizada para diferentes dispositivos.
LIT	Microsoft	Formato lido pelo programa Microsoft Reader.
KF8	Amazon	Utilizado a partir de 2011 pela Amazon.
MOBI	Amazon	Desenvolvido inicialmente para o Kindle, adapta-se a outros dispositivos que não possuem DRM.
PDF	Adobe	Sigla para <i>printable document format</i> (documento em formato portátil) utilizado para representar documentos da mesma forma, independente do software, hardware ou sistema operacional. É um formato de padrão aberto e um dos mais utilizados.
OBE		Formato aberto criado pela International Publishers Digital Forum (IPDF) a fim de impulsionar a indústria de <i>e-books</i> .
PRC/PDB		São formatos utilizados em dispositivos Palm.

Fonte: Adaptado de Tagliori (2010) e Viegas (2012).

Além dos formatos mencionados, existem outros que merecem ser destacados, como o PRC, PDB, eBook Pro, Xkml, NetLibrary Reader, GlassBook Reader, Xmdf entre outros. De acordo com uma pesquisa realizada por Procópio (2010) passam de 30 tipos de formatos existentes e é possível que surjam outros.

Para Procópio (2010, p. 135) “[...] um dos motivos de o livro eletrônico não ter se tornado mais popular em menos tempo que se havia previsto é a existência de dezenas de formatos de arquivos eletrônicos que podem conter textos.”. De fato, com a infinidade de opções de arquivos, o leitor pode ficar confuso em relação aos *softwares* e sua compatibilidade com os arquivos e o aparelho que possui. A padronização e normalização dos formatos de arquivos de livros eletrônicos

possibilitariam sua universalização e viabilizaria sua interoperabilidade, além de facilitar a vida dos leitores.

Contudo, será que para as empresas detentoras do controle do comércio de *e-books* seria interessante ter um único formato de arquivos? A resposta é não. Pois ao possibilitar a compatibilidade do aparelho leitor com apenas um *software* de leitura e somente com um formato de arquivo, as empresas evitam problemas relacionados à pirataria e, justamente por isso não teriam interesse em perder esse controle. Dessa forma, elas se protegem garantindo a segurança do *software*, do aparelho e do arquivo, além de assegurar os direitos autorais, pois elas controlam os sistemas de criptografia para evitar a pirataria. Mas, conseqüentemente, assim causam mais dificuldades aos leitores que precisam pesquisar e descobrir qual é a melhor opção disponível conforme sua pretensão de leituras.

3.3.4 Novas tecnologias para o livro digital

A evolução do livro digital é acelerada, a indústria tecnológica inova e lança diversos produtos no mercado de *e-books*. Neste contexto tecnológico surge o papel eletrônico, *e-paper* ou *E-Inc* - tecnologia desenvolvida em 2008 pela empresa E-Inc Corporation. Os aparelhos com essa tecnologia possuem uma tela muito fina e permitem funcionamento com pilhas. A *E-Inc* é usada em diversos produtos como celulares, agendas, jornais eletrônicos, livros eletrônicos, entre outros. Procópio (2010, p. 56) mostra que uma das vantagens do *E-Inc* é que

[...] em vez de utilizar diversas páginas de papel para imprimir a informação, o leitor utiliza apenas uma única página do papel eletrônico para imprimir todas as páginas de um determinado material, com um número máximo de páginas limitado apenas pelo poder de memória do sistema, que hoje em dia é quase infinito e com um custo extremamente baixo.

A tecnologia *E-Inc* representa o futuro do livro, um futuro não tão distante. O papel eletrônico é um dispositivo de leitura que armazena milhares de páginas de livros sem prejudicar a natureza e sem prejudicar os olhos dos leitores, pois não gera luz como as telas comuns, suavizando a leitura e evitando o cansaço visual. Em 2011, pesquisadores do Instituto em Pesquisa Industrial de Tóquio desenvolveram um papel eletrônico que pode ser utilizado até 260 vezes, emprega

calor para guardar as imagens, não tem retro iluminação e não consome eletricidade (VENTURA, 2011). A Figura 15 mostra a flexibilidade da tela com *E-paper*.

Figura 15: *E-paper*



Fonte: Ventura (2011, documento eletrônico não paginado).

Novas tecnologias surgem frequentemente no mundo digital e estão mudando nossa maneira de ver e usar os livros e, não apenas de ler. Dentre as novidades está a possibilidade de interação entre o leitor e autor, esse é o conceito de leitura social que ocorre através das redes sociais em tempo real (SARTI, 2012).

Num futuro próximo se prevê a comercialização em massa de aparelhos leitores movidos à energia solar. O Biblio Leaf, lançado em 2010 pela Toshiba, contém um painel solar na frente do aparelho que carrega a bateria para a leitura de, aproximadamente, 7500 páginas em uma única carga (PIRES, 2012). A evolução do livro eletrônico continua e, certamente, no futuro muitas novidades irão nos surpreender.

4 MERCADO EDITORIAL

Novas formas de publicação e comercialização surgem com o mundo digital. Chartier (1998, p. 16) destaca que “Correm o risco de serem pulverizadas as noções de autor, editor e distribuidor, que mal se puderam fixar, numa época bastante recente, que coincide com a industrialização do livro.”. A tecnologia impulsiona mudanças na edição de livros e a edição eletrônica mistura os papéis de editor, produtor de texto, autor e distribuidor - antes funções bem definidas e separadas, executadas por diversos indivíduos, e que agora podem ser realizadas por um só.

O livro eletrônico e as novas formas de produção do livro também facilitam a publicação *on demand* ou sob demanda, pois neste modelo de negócio o livro é impresso conforme solicitação do cliente/leitor. Conde e Mesquita (2008, p. 4) destacam a importância da impressão *on demand*:

Quanto à rentabilidade, a principal vantagem do e-book é a possibilidade de impressão de edições com tiragem reduzida, o sistema de impressão sob demanda. Só se imprime o que é encomendado. Dessa forma as editoras tornam-se mais livres para investir em outros autores, inclusive os novos, sem o risco de um prejuízo no caso de rejeição pelos leitores.

A auto-publicação é outro fator que contribui para a disseminação do livro digital, visto que neste modelo de publicação o autor procura uma editora *on-line*, edita e publica seu livro em formato digital. O conteúdo e edição são responsabilidades do autor e a editora é responsável pela divulgação do livro no *site* e pelo pagamento do autor conforme a venda de exemplares ocorre. Em geral, o valor pago aos autores é baixo.

Seguindo os passos de grandes empresas internacionais, em maio de 2013, a Livraria Saraiva entrou no negócio da auto-publicação de *e-books* com o serviço Publique-se (LIVRARIA SARAIVA, 2013). A editora informou que não exigirá exclusividade, o próprio autor pode optar por vender o livro com *Digital Right Management* (DRM) e o valor pago aos autores corresponderá a 35% do valor do livro (MELO, 2013).

Para os entusiastas, a publicação por autores independentes apresenta a vantagem de promover o baixo custo do livro digital e descaracterizar a necessidade

ou justificativa do preço alto do livro. Entretanto, a qualidade do livro é questionada, já que sem revisão e edição por parte da editora, a publicação pode conter falhas.

O mercado editorial exerce controle muito maior sobre os livros eletrônicos do que sobre livros impressos. Para citar um exemplo, em 2009, a Amazon apagou cópias do livro “1984”, de George Orwell, dos Kindles dos usuários que o haviam comprado. A explicação da empresa foi que a versão eletrônica havia sido comprada de uma editora que não tinha autorização do autor para vendê-lo. Os leitores foram reembolsados, mas ficaram sem o livro que haviam comprado. As editoras têm mais facilidade de gerência e domínio sobre os livros em formato eletrônico do que sobre os impressos. Dificilmente uma editora conseguiria que os compradores de um livro impresso o devolvessem, mas com os *e-books* elas têm autonomia para retirá-los dos aparelhos dos usuários (PROCÓPIO, 2010).

Como consequência da evolução tecnológica, os livros eletrônicos também são beneficiados pelo fenômeno conhecido como *Cauda Longa*. Termo cunhado por Chris Anderson em 2004, no artigo *The Long Tail*, publicado na revista *Wired*.

A teoria da Cauda Longa pode ser resumida nos seguintes termos: nossa cultura e nossa economia estão cada vez mais se afastando do foco em alguns hits relativamente pouco numerosos (produtos e mercados da tendência dominante), no topo da curva da demanda, e avançando em direção a uma grande quantidade de nichos na parte inferior ou na cauda da curva de demanda. Numa era sem as limitações do espaço físico nas prateleiras e de outros pontos de estrangulamento da distribuição, bens e serviços com alvos estreitos podem ser tão atraentes em termos econômicos quanto os destinados ao grande público. (ANDERSON, 2006, p. 37).

No mercado editorial, a *Cauda Longa* abrange os livros que não chegam a ser distribuídos pelas editoras por não serem *hits*, assim esses itens não recebem propagandas e continuam estocados. Contudo, os livros eletrônicos se beneficiam deste fenômeno, pois enquanto títulos impressos jamais seriam vendidos, as versões digitais podem ser comercializadas através da Internet. Apesar da venda ser em menor quantidade o lucro é significativo, pois são muitos produtos vendidos e os nichos chegam a atingir lucro similar e às vezes superior a dos *hits*.

4.1 O MERCADO BRASILEIRO DE *E-BOOKS* E *E-READERS*

A partir de 2009 o Brasil se inseriu na comercialização de *e-books* de forma mais intensa e, desde 2012, existem lojas físicas comercializando *e-readers*, antes a única forma de adquirir aparelhos de leitura seria importando de outros países. Algumas empresas estão expandindo seu modelo de negócios para o Brasil, é o caso da Kobo (fabricante de produtos eletrônicos) que em 2012 realizou uma parceria com a Livraria Cultura. O fruto dessa parceria foi o lançamento do primeiro *e-reader* com a marca da rede. Em entrevista ao Jornal Zero Hora (2012, documento eletrônico não paginado), Sergio Herz explica que:

A chegada dos aparelhos faz parte da nossa estratégia de movimentar o mercado nacional de e-Books e e-readers. A expectativa é tornar a cultura acessível em todas as plataformas, principalmente em um cenário no qual a vida digital ganha cada vez mais importância no dia a dia dos brasileiros – afirma Sergio Herz, CEO da Livraria Cultura.

A Amazon também investiu no Brasil. Em 2012 a Ponto Frio e a Livraria da Vila passaram a comercializar o Kindle por R\$ 299,00. “A entrada da Livraria da Vila como parceira da Amazon na venda de Kindles ocorre em oposição à Livraria Cultura, que vende o e-reader canadense Kobo Touch no Brasil.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2012, documento eletrônico não paginado). A Figura 16 destaca as principais diferenças entre os *e-readers* comercializados no Brasil atualmente.

Figura 16: *E-readers*



KOBO TOUCH
QUANTO R\$ 399
TELA Seis polegadas,
 16 níveis de cinza
NAVEGAÇÃO tela sensível
 ao toque
DIMENSÕES 16,5 cm x
 11,4 cm x 1 cm
PESO 185 gramas
FORMATOS EPUB, PDF, MO-
 BI, TXT, HTML, RTF, CBZ, CBR,
 JPEG, GIF, PNG, BMP, TIFF
ARMAZENAMENTO 2 Gbytes (ex-
 pansível com microSD)



KINDLE
QUANTO R\$ 299
TELA Seis polegadas, 16
 níveis de cinza, sem touch
NAVEGAÇÃO Botões no apa-
 relho
DIMENSÕES 16,5 cm x
 11,4 cm x 0,8 cm
PESO 170 gramas
FORMATOS AZW, TXT, PDF,
 MOBI, PRC, HTML, DOC,
 DOCX, JPEG, GIF, PNG, BMP
ARMAZENAMENTO 2 Gbytes
 (não é expansível)

Fonte: Adaptado de Folha de São Paulo (2012).

O Google Play e a Apple possuem somente lojas virtuais no Brasil. O Google Play, assim como a Amazon e Kobo, entrou no mercado brasileiro em dezembro de 2012 com aproximadamente 10 mil *e-books* em português. Os livros podem ser baixados em formato pdf ou ePub e ficam armazenados na conta digital do usuário na nuvem, ou seja, no ambiente virtual.

A Apple também aposta no mercado brasileiro, a empresa abriu sua loja virtual no Brasil em outubro de 2012. A Apple abriu sua iBookstore oferecendo serviço de degustação do livro, ou seja, *download* de partes antes de efetivar a compra. Além disso, seus *e-books* são compatíveis com outros aparelhos leitores e não somente os disponíveis pela marca.

Várias empresas e livrarias têm expandido seus negócios ao mercado brasileiro. Para ilustrar essa realidade, no que diz respeito às lojas que comercializam livros digitais e aparelhos leitores em 2012, a Figura 17 apresenta um resumo dos acontecimentos no mercado editorial brasileiro.

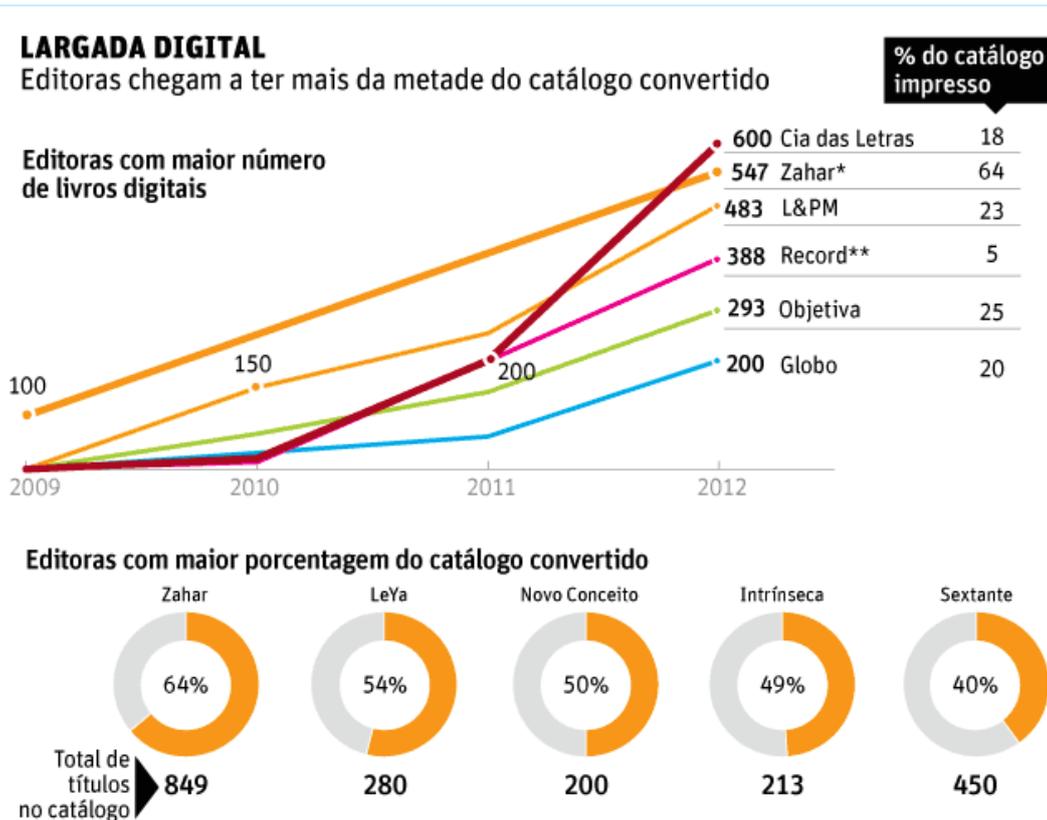
Figura 17: Lojas no Brasil



Fonte: Adaptado de Folha de São Paulo (2012).

O número de lojas, oferta de aparelhos leitores e oferta de livros em formato eletrônico ainda são incipientes. Contudo, em 2012, o catálogo de livros eletrônicos das editoras praticamente dobrou, pois algumas editoras converteram mais de 50% do catálogo. É o que mostra Cozer (2012) em pesquisa apresentada na Folha de São Paulo (Figura 18). Isso traz certo otimismo ao futuro dos *e-books*.

Figura 18: Crescimento dos catálogos digitais



Fonte: Adaptado de Cozer (2012).

A pesquisa realizada pela Simplíssimo, em abril de 2013, mostra o aumento da oferta de livros digitais em português nas livrarias, pois constata-se que o número de *e-books* já ultrapassa 50 mil títulos (Figura 19). Esse crescimento retrata maior interesse das livrarias nessa nova “fatia” do mercado editorial, e, por consequência, esse crescimento influencia e incentiva a compra dos livros digitais, pois com mais títulos disponíveis os *e-books* ficam em evidência para os leitores que passam a se arriscar nesta nova seara.

Figura 19: *E-books* em português



Fonte: Revolução eBook (2013, documento eletrônico não paginado).

As livrarias estão vendendo mais *e-books* em português em comparação aos anos anteriores. De acordo com pesquisa realizada pelo *site* Estadão:

A Companhia das Letras vendeu 400% mais e-books em dezembro de 2012 do que em dezembro de 2011. [...] Na Livraria Cultura, o crescimento também foi expressivo. Comparando dezembro de 2012 com o de 2011, a rede vendeu 250% mais e-books. Se o e-reader Kobo tivesse chegado um pouco antes, talvez os índices fossem ainda melhores. (2013, documento eletrônico não paginado).

O lucro obtido por essas empresas na venda de livros digitais motiva a disputa pela preferência do leitor e, para isso, utilizam estratégias diferentes visando fidelizá-los. A Livraria Cultura tem uma estratégia de venda diferenciada, pois nas lojas oferece aos clientes pequenos folders do tamanho de livros. Esse material promocional, como a livraria denomina, contém a capa do livro de um lado e no verso informações, como resumo, formatos disponíveis e formas de compra (no *site* ou no caixa). O folder simula um livro tradicional, porém, apresenta a propaganda do livro digital. A Amazon, por sua vez, disponibiliza aos usuários o “Look Inside” que é um serviço de pesquisa por palavras-chave dentro do livro digital, realizado com a intenção de que o leitor “deguste” o livro antes de comprá-lo.

O ingresso da Amazon, Apple, Google Play e Kobo no mercado brasileiro de *e-books* marca um grande avanço para a propagação de *e-books*, contribui para aceitação deste novo formato de livro pelos leitores e acirra a competição entre as editoras e livrarias no País. Para os leitores a concorrência entre livrarias em lojas físicas ou virtuais traz muitos benefícios e pode contribuir para o barateamento dos livros eletrônicos e dos *e-readers*.

4.2 A QUESTÃO DO PREÇO

Apesar da concorrência do mercado editorial, no Brasil, o custo do *e-book* ainda é muito similar ao do livro impresso e, às vezes, até mesmo mais caro. Isto acaba desmotivando a compra pelos leitores. Para Procópio (2010, p. 124) uma das causas para os altos preços cobrados ocorre porque “[...] a própria Lei de Moore obriga as empresas de tecnologia a reinventarem quase que diariamente os seus equipamentos para manterem-se com os seus preços também imediatamente nivelados.”. Os leitores são bombardeados com lançamentos e não chegam a perceber diminuição nos preços dos aparelhos leitores nem dos livros digitais.

As altas taxas tributárias cobradas no Brasil sobre o livro digital e o aparelho leitor, assim como o preço de capa estabelecido pelas editoras contribuem significativamente para a continuidade dos altos preços. Contudo, algumas alternativas buscam tornar os aparelhos leitores mais baratos, é o caso do projeto alemão Txtr Beagle, que conforme explica Cardoso (2013, documento eletrônico não paginado) “A idéia é um leitor subsidiado custando em torno de 10 Euros. Esse leitor seria vendido em lojas de conveniência, papelarias [...]”. O aparelho, que custaria, aproximadamente, R\$ 26,00, comporta livros protegidos por DRM, em formato ePub e o controle do equipamento, alimentação e transferência é feito via Bluetooth, através de um aplicativo (*app*) de *smartphones*, rodando em Android ou iOS. Projetos assim poderiam evitar ou amenizar a exclusão digital.

O Blog Revolução eBooks realizou, em abril de 2012, uma pesquisa comparativa entre os valores cobrados por livrarias nacionais para *e-books* e livros impressos utilizando como exemplo a Biografia de Steve Jobs (Figura 20).

Figura 20: Preços nas livrarias nacionais



Fonte: Blog Revolução Ebook (2012, documento eletrônico não paginado).

Os resultados mostram que há livrarias que comercializam a versão impressa e a digital, entretanto, algumas ainda não comercializam livros eletrônicos, como a Fnac, que também oferece o menor valor para o livro impresso em relação as demais. Essas diferenças de valores podem contribuir para que os leitores reflitam e comprem a versão impressa, já que, em alguns casos, a diferença de valores é pequena para motivar a compra do livro digital. A pesquisa aponta ainda que o livro eletrônico, no Brasil, é apenas 14% mais barato que a versão impressa.

Cozer (2012) apresenta os resultados de uma pesquisa, realizada para a Folha de São Paulo, que mostra as discrepâncias entre os valores de dois *best-sellers* de 2012 (Cinquenta tons de cinza e A guerra dos tronos) em cinco livrarias (Figura 21).

Figura 21: Exemplos de Livros



EXEMPLOS DE LIVROS

“CINQUENTA TONS DE CINZA” - E. L. JAMES
AMAZON BRASIL R\$ 22,41
AMAZON EUA (livro em inglês)
 US\$ 8,55 (R\$ 18,85**)
APPLE US\$ 12,99 (R\$ 28,64**) (livro em inglês)
 US\$ 11,99 (R\$ 26,43**) (livro em inglês)
GOOGLE PLAY R\$ 22,41
LIVRARIA CULTURA R\$ 22,41
SARAIVA R\$ 22,41

“A GUERRA DOS TRONOS” GEORGE R. R. MARTIN*
AMAZON BRASIL R\$ 27,31
AMAZON EUA (livro em inglês)
 US\$ 8,54 (R\$ 18,82**) (livro em inglês)
APPLE US\$ 16,99 (R\$ 37,45) (livro em inglês)
 US\$ 8,99 (R\$ 19,82**) (livro em inglês)
GOOGLE PLAY R\$ 27,96

* Disponível apenas nessas lojas ** Levando em conta câmbio a R\$ 2,08 e IOF (6%)

Fonte: Adaptado de Folha de São Paulo (2012).

Comparando os valores cobrados pelos *e-books* nos EUA e no Brasil, observa-se que os brasileiros são mais caros. Caldas entende que as editoras também são responsáveis pelos valores cobrados pelos livros digitais no Brasil:

O preço alto no Brasil é pressionado em grande parte pelas editoras, responsáveis por estipular o valor de capa no país. Nos Estados Unidos, a redução do preço veio graças à força de um outro personagem na história: o escritor, que, em certos casos, pode negociar a exposição de sua obra diretamente com as livrarias virtuais. (2013, documento eletrônico não paginado).

Em geral, conforme apontado, ainda é pequena a diferença entre os valores do livro impresso e do livro digital no Brasil e, certamente, a baixa dos preços incentivará o aumento nas vendas de *e-books* e, conseqüentemente, sua popularização. Os preços baixos motivariam até mesmo os mais entusiastas do livro impresso a acrescentar o formato digital em suas leituras.

5 DIREITO AUTORAL NA ERA DIGITAL

As mudanças no direito autoral passaram a surgir de acordo com as revoluções tecnológicas ocorridas ao longo do tempo – criação da imprensa, revolução industrial e a revolução digital. Sendo, que a que mais tem influenciado as mudanças no comportamento da sociedade tem sido a revolução proporcionada pela Internet, já que, muitas pessoas se escondem atrás do computador para cometer crimes. Frozin, Medeiros e Wachowicz destacam:

A era digital é marcada pela facilidade de cópia e distribuição em rede de toda espécie de material, inclusive obras protegidas por direito autoral. Estas tecnologias dificultam a proteção das obras pelo autor nas formas convencionais de propriedade intelectual e permitem que o usuário desfrute de bens intelectuais de forma mais ampla e compartilhada. (2011, p. 137-138).

Com a Internet, a pirataria e o plágio são facilitados devido a sua popularidade, abrangência e falta de controle. Em parte, isso ocorre porque a legislação existente não acompanha as inovações que essa mídia permite e as formas de fiscalização são menos efetivas. Portanto, torna-se mais fácil obter cópias não autorizadas pelos detentores dos direitos autorais. Chartier destaca:

Com a revolução eletrônica, as possibilidades de participação do leitor, mas também os riscos de interpolação, tornam-se tais que se embaça a idéia de texto, e também a idéia de autor. Como se o futuro fizesse ressurgir a incerteza que caracterizava a posição do autor durante a Antiguidade. (1998, p. 24, grifos do autor).

Através da agilidade, rapidez e facilidade de comunicação, a Internet contribui para a disseminação da informação, mas também torna acessíveis ilegalmente obras protegidas por direitos autorais incentivando o plágio e a pirataria. As obras podem ser facilmente copiadas, clonadas, manipuladas, alteradas, editadas e traduzidas pelo internauta para uso próprio ou até mesmo para fins comerciais, sem que haja controle rígido ou fiscalização. O anonimato e a impunidade, devido às dificuldades de se conseguir provas, incentivam esse comportamento.

Neste interim, é o autor quem detém os direitos econômicos e de personalidade sobre sua obra e, ao vender seus direitos econômicos a editora, permanece com os direitos de personalidade, ou seja, os direitos morais sobre a

obra serão sempre seus. Nesse contexto, o *copyright*, vigente nos Estados Unidos e Reino Unido é um sistema que

[...] sob o ponto de vista legislativo, nasceu como o resultado da hegemonia de interesses de uma classe, e de um grupo dentro de uma classe em particular, a classe burguesa. É o resultado, não de uma conquista dos autores, mas da consolidação de um direito econômico dos livreiros ou editores, ameaçados pela reprodução sem controle ou pela contrafação de livros. (FRAGOSO, 2012, p. 156).

O *copyright* não protege o autor, pois não reconhece o direito moral dos autores, mas sim o direito dos editores – proprietários econômicos - de reprodução da obra. Assim, “[...] faz restrições a determinados procedimentos criando um sistema proprietário, que impede o livre acesso do público.”. (JORENTE; SANTOS, 2008, p. 114). Nas palavras de Branco (2011, p. 117) o *copyright* é, portanto, “[...] um monopólio legal utilizado como incentivo econômico para os criadores. Ou seja, é um direito criado pela legislação por motivo de interesse público.”.

O Direito de Autor em vigor no Brasil originou-se do *Droit d'Auteur* que surgiu na França e, diferentemente do *copyright*, não permite a renúncia ou cessão dos direitos morais do autor. Existem dúvidas quanto a sua sobrevivência à Internet, pois, conforme explana Gandelman:

As violações de direitos autorais começam então a germinar violentamente, ocasionando assim um pessimismo generalizado sobre o desafio da Internet, uma nova fronteira de comunicação, que ainda não está regulada em legislação própria. O fato é que o ciberespaço modifica certos conceitos de propriedade, principalmente o da intelectual, atingindo também tradicionais princípios éticos e morais, o que vem dando origem a uma nova cultura baseada na “liberdade de informação”. (1997, p. 159).

No Brasil, os direitos autorais são previstos pela Constituição Federal de 1988, no art. 5º, parágrafos XXVII e XXVIII, e pela Lei 9.610/98 – Lei de Direito Autoral, que rege os direitos de autor garantindo a proteção dos direitos de autor e o aproveitamento econômico da obra criada. Os artigos 24, 25, 41 e 42 da Lei 9.610/98, diferenciam os direitos morais do autor dos direitos patrimoniais. (BRASIL. Constituição Federal, 1998, documento eletrônico não paginado). O direito autoral garante aos proprietários dos direitos econômicos da obra a proteção sobre os

direitos de reprodução de cópias, ou seja, o editor detém o controle sobre a reprografia e a lei garante sua proteção e o direito de cobrar pelas obras copiadas.

A LDA não abrange o direito autoral na Internet, sendo necessária uma revisão urgente. Alguns autores (CABRAL, 2009; KRETSCHMANN, 2011; LISBOA, 2012; MACHADO, 2013; MEYER; PIMENTA, 2011; SANTOS, 2009) defendem mudanças na LDA, pois a legislação precisa acompanhar a revolução tecnológica através de atualização, já que o livro digital continua sendo livro só que em um suporte diferente.

Os desafios do direito autoral aumentaram com o surgimento da Internet visando proteger os interesses coletivos dos autores existe uma crescente formação de entidades de classe - sindicatos e associações – regulamentadas pela LDA nos artigos 97 a 100. Os escritórios de arrecadação de créditos realizam a fiscalização e asseguram o direito de exclusividade dos direitos econômicos das obras (LISBOA, 2012).

Autores, livrarias, editoras e empresas do meio editorial estão se adaptando as mudanças da Era Digital com o intuito de se protegerem do uso ilegal das obras. Para isso estão criando novas formas de proteção, já que a legislação não abrange claramente obras criadas em meio eletrônico. Assim, possuem o objetivo de proteger seus interesses e amenizar as falhas na legislação. A respeito disso, Lemos explica que as licenças gerais públicas

[...] consistem em modelos de licenciamento padronizados que podem ser utilizadas para a gestão de direitos de propriedade intelectual. Sua vantagem é justamente sua padronização: elas criam termos jurídicos determinados e universais, que podem ser adotados por modelos de web 2.0 que estejam de acordo com eles. Em outras palavras, as licenças públicas gerais criam “regras do jogo” específicas, que podem ser incorporadas para a gestão de direitos da propriedade intelectual. (2007, documento eletrônico não paginado).

Estes mecanismos intencionam impedir a livre circulação da produção intelectual, uso não autorizado, garantir a segurança, proteção, autenticidade, creditação de autoria e promover o uso autorizado das obras na Internet. Dentre as novas formas de proteção - que vão desde permissões de acesso livre até formas de controle para limitar o acesso - estão o *Copyleft* (licença de uso), *Creative Commons*

(licença geral pública) e o *Digital Right Management* – DRM (gerenciamento de direitos autorais) que serão abordados a seguir de forma mais aprofundada.

5.1 COPYLEFT

O *Copyleft* é uma licença originada do movimento do *software* livre que por sua vez “[...] é baseado no princípio do compartilhamento de conhecimento e na solidariedade praticada pela inteligência coletiva conectada na rede mundial de computadores.” (SANTOS, 2009, p. 138). Na concepção de Cunha e Cavalcanti (2008, p. 109) o *copyleft* é “[...] a permissão para copiar livremente um programa de computador.”. Complementando, Santos enfatiza:

Enquanto o *copyright* é visto pelos mentores originais do *copyleft* como uma maneira de restringir o direito de fazer e distribuir cópias de determinado trabalho, uma licença de *copyleft* usa o sistema do *copyright* para garantir que todos que recebam sua versão da obra possam usar, modificar e distribuir tanto a obra original quanto as suas versões derivadas. (2009, p. 137).

As criações digitais amparadas pela licença *copyleft* requerem que as modificações ou extensões criadas a partir do original também sejam livres para que seja dada continuidade a liberdade de cópias e modificações. Ainda nas palavras de Santos (2009, p. 137):

Uma das razões mais fortes para que os autores e criadores apliquem *copyleft* aos seus trabalhos é porque desse modo esperam criar as condições mais favoráveis para que alargado número de pessoas se sintam livres para contribuir com melhoramentos e alterações a essa obra, num processo continuado.

O mesmo autor (2009, p. 138) entende que o *copyleft* “[...] consiste em um mecanismo jurídico que visa garantir aos titulares de direitos de propriedade intelectual que possam licenciar o uso de suas obras além dos limites da lei, ainda que amparados por ela.”. Dziekaniak (2010, p. 97) destaca que o *copyleft* é uma alternativa “[...] para extinguir problemas como a pirataria na reprodução das obras. Sua aplicação busca romper com grandes monopólios, favorecendo assim a disseminação da informação de forma gratuita e de amplo acesso.”.

Gonzáles Barahona e colaboradores (2012) aprofundaram este tema no livro “Copyleft: Manual de uso”. No capítulo 4, Natxo Rodriguez apresenta um mapeamento de licenças *Copyleft* relacionadas à arte, sendo possível observar também a existência de diversas licenças que dizem respeito ao livro digital, além de indicar outros autores que versam o tema.

5.2 CREATIVE COMMONS

É uma licença gratuita criada em 2001, por Lawrence Lessig – professor da Universidade de Stanfod (EUA) que possui caráter global. A organização sem fins lucrativos Creative Commons foi “[...] criada para garantir maior flexibilidade na utilização de obras protegidas por direitos autorais.” (SANTOS, 2009, p. 139). Para Procópio (2010, p. 66) é um dispositivo que ajuda na “[...] segurança do autor em relação ao conteúdo criado e distribuído na Internet, utilizando-se dos mesmos preceitos e filosofia do Código Aberto ou Software Livre.”.

O Creative Commons possui o objetivo de expandir a quantidade de obras disponíveis ao público, permitindo criar outras obras a partir delas e compartilhando-as. Esse compartilhamento é feito por meio da disponibilização de licenças públicas ou jurídicas, que permitem o acesso às obras pelo público, sob condições mais flexíveis que as habituais (SANTOS, 2009). Através das licenças é possível compartilhar a obra para cópia, distribuição e transmissão, além de criar obras derivadas ou remixar. Todos os tipos de obras intelectuais podem ser licenciados incluindo áudio, imagens, vídeo, texto e obras relacionadas à educação como apostilas e planos de aula. Branco (2011, p. 235) explica:

As licenças Creative Commons (assim como quaisquer outras licenças públicas gerais que tenham a mesma finalidade) resolvem um dos grandes problemas da nossa lei autoral: a impossibilidade de cópia integral da obra sem prévia e expressa autorização do autor. A depender da vontade do autor (que é quem determina a extensão da licença), outros direitos também podem ser conferidos aos usuários, como o direito de modificar a obra original e, inclusive (caso o autor assim deseje), o direito de explorar a obra economicamente.

Dessa forma,

[...] toda a licença do C.C. permite distribuir, mostrar, copiar e transmitir os trabalhos de participantes, desde que sejam mantidas algumas condições escolhidas, visando indivíduos que compreendem que inovação e novas idéias surgem de reconstruções sobre as já existentes. Oferecer o trabalho sob uma licença do *Creative Commons* (C.C.) não significa desistir do direito de autor [...] (JORENTE; SANTOS, 2008, p. 120).

As licenças CC podem ser utilizadas por qualquer pessoa ou entidade para disponibilização de trabalhos em formato de modelo aberto. O autor escolhe o tipo de licença pública que julgar mais adequada definindo o que os outros podem fazer com a obra. Dessa forma, o autor autoriza a disponibilização de sua obra para a sociedade permitindo o uso de acordo com os critérios e limites estabelecidos por ele e fixados na licença escolhida, conservando os direitos autorais.

Para utilizar as licenças Creative Commons o autor precisa responder duas perguntas no *site* que determinarão o escopo da licença que será utilizada. Depois, o autor usará o código html, imagens, textos em linguagem comum e em termos jurídicos, para informar as pessoas que irão compartilhar a obra sobre as permissões que possui (CREATIVE COMMONS BRASIL, 200-?). Por fim é necessário aceitar os termos e condições de uso antes para acessar o conteúdo.

Subdividem-se em quatro categorias as restrições e condições previstas no Creative Commons e dizem respeito à:

- citação do autor ou atribuição (*attribution*);
- utilização para fins não-comerciais (*non comercial*);
- limitação de reutilização para obras derivadas (*non derivative*);
- integração da obra numa ou várias obras coletivas (*share alike*). (TAMMARO; SALARELLI, 2008, p. 288).

Em relação às licenças de uso,

O Creative Commons oferece licenças que abrangem possibilidades entre a proibição total dos usos sobre uma obra (todos os direitos reservados) e o domínio público (nenhum direito reservado). Trata-se, pois, de um meio termo (alguns direitos reservados). (SANTOS, 2009, p. 140).

No total existem 11 licenças disponíveis no *site Creative Commons*, sendo seis principais. A seguir apresenta-se a lista de licenças com as permissões (Quadro 3).

Quadro 3: Licenças do Creative Commons

Licença	Características
Atribuição (by) 	Permite distribuir, remixar, adaptar ou criar obras derivadas, mesmo que para fins comerciais, contanto que seja dado crédito pela criação original. É a licença menos restritiva de todas as oferecidas, no que diz respeito aos termos de usos que outras pessoas podem fazer da obra.
Atribuição - Compartilhamento pela mesma Licença (by-sa) 	É permitido que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas ainda que para fins comerciais, contanto que o crédito seja atribuído ao autor e que as obras derivadas sejam licenciadas sob os mesmos termos. Geralmente esta licença é comparada a licenças de <i>software</i> livre.
Atribuição - Não a Obras Derivadas (by-nd) 	Permite redistribuição e uso para fins comerciais e não comerciais, desde que a obra seja redistribuída sem modificações e completa, e que os créditos sejam atribuídos ao autor.
Atribuição - Uso Não Comercial (by-nc) 	É possível remixar, adaptar e criar obras derivadas, sendo vedado o uso para fins comerciais. As novas obras devem conter menção ao autor nos créditos e não precisam ser licenciadas sob os mesmos termos desta licença.
Atribuição - Uso Não Comercial - Compartilhamento pela mesma Licença (by-nc-sa) 	Permite fazer <i>download</i> , redistribuir, traduzir, remixar, adaptar e criar obras a partir da original, desde que seja atribuído crédito ao autor e as obras derivadas não poderão ser usadas para fins comerciais e devem estar sob as mesmas licenças.
Atribuição - Uso Não Comercial - Não a Obras Derivadas (by-nc-nd) 	É a licença mais restritiva das licenças permitindo somente redistribuição. É chamada de “propaganda grátis”, pois permite fazer <i>download</i> e compartilhamento das obras licenciadas, contanto que mencionem o autor, mas sem poder modifica-la de nenhuma forma nem utilizá-la para fins comerciais.

Fonte: Adaptado de *Creative Commons* Brasil (201-?).

É importante destacar que o autor que transferiu os direitos patrimoniais da obra à editora não pode licenciar a mesma obra no *Creative Commons*, somente se a editora autorizar, pois os direitos patrimoniais pertencem a ela. “O *Creative Commons* é uma licença, pois o titular dos direitos autorais continua sendo o autor, e não-exclusiva porque o uso pode ser feito por qualquer pessoa.” (SANTOS, 2009, p. 142). O autor, portanto, pode permitir a circulação da obra e vetar o uso comercial. Dessa forma, licenças como essa trazem benefícios aos leitores que passam a ter mais títulos disponíveis gratuitamente.

5.3 DIGITAL RIGHT MANAGEMENT (DRM)

Em tempos de preocupação com a segurança, controle e proteção das obras em meio eletrônico devido ao grande avanço tecnológico, facilidade e rapidez de transmissão de informação e “Com os computadores pessoais e posteriormente os programas de compartilhamento se popularizando, as indústrias viram que era necessário criar um modo de impedir a proliferação de cópias ilegais de seus produtos.” (RAMOS JUNIOR, 2009, documento eletrônico não paginado). O livro eletrônico trouxe a tona novas discussões no mercado editorial a respeito da segurança e repasse dos direitos autorais.

Nesse contexto, surge o *Digital Right Management* (DRM) – Gestão de Direitos Digitais, que é um sistema administrador de proteção contra cópias ilegais, abrangendo músicas, filmes e livros em formato digital. É uma tecnologia usada, no caso dos *e-books*, pelas lojas e livrarias para controlar a forma como os livros digitais são usados e distribuídos visando coibir o empréstimo, cópia e impressão não autorizados. Este sistema tem o intuito de garantir o repasse de direitos autorais entre editores e autores e, principalmente, proteger as obras em meio digital. Assim, “[...] trata-se de um método avançado de gerenciamento de direitos autorais que trabalha a conscientização do leitor, em conjunto com tecnologias de criptografias para arquivos.” (PROCÓPIO, 2010, p. 31).

Para Rebêlo (2007, documento eletrônico não paginado) “O DRM nada mais é do que um conjunto de tecnologias implantadas em arquivos de computador para impedir que o usuário faça cópias do conteúdo.”. É “[...] um controle de acesso a conteúdos digitais que implementa restrições ao uso, cópia e manipulação do conteúdo em questão. O objetivo para o qual ele foi criado é para proteger os direitos autorais destes conteúdos.” (FERREIRA, 2013, documento eletrônico não paginado). Portanto,

Trata-se de um sistema projetado para controlar, vender e gerenciar qualquer conteúdo digital. Um publicador pode utilizar um sistema DRM para empacotar um eBook, de forma que este possa ser compartilhado na Web; mas cada leitor novo tem de pagar pela aquisição do livro. (PROCÓPIO, 2010, p. 218).

É uma medida técnica para intimidar a pirataria em acervos digitais através do controle dos acessos, ou seja, da Gestão dos Direitos Digitais. De acordo com Procópio,

O DRM é um padrão criado para proteger arquivos digitais. Serve para prevenir a cópia ilimitada, ilegal e indiscriminada, de um arquivo eletrônico, tais como imagens, vídeos, eBooks e música.

No caso dos livros, o objetivo é evitar a reprodução ilegal dos livros comercializados em versão digital. Assim o DRM restringe a cópia pirata de um eBook. (2013, documento eletrônico não paginado).

Depois de aplicado o DRM a um arquivo ele não pode ser removido pelo usuário. Funciona da seguinte forma, “A proteção fica codificada dentro do arquivo — ele consegue, por exemplo, reconhecer se foi copiado de um PC para outro, ou para um player digital, e a partir daí restringir o número de cópias.” (REBÊLO, 2007, documento eletrônico não paginado). Nas bibliotecas o DRM controla o período de empréstimo, acesso e a permissão para impressão. Sendo assim,

O DRM auxilia as e-Editoras a determinarem especificações de como os usuários poderão acessar os seus documentos virtuais. Se poderão apenas ler os documentos em tela ou se poderão imprimi-los, e quantas vezes poderão imprimi-los. Essas características, até mesmo a de não poder modificar um conteúdo, são travadas pelo aplicativo e criptografadas com o arquivo. (PROCÓPIO, 2010, p. 175).

Cabe aos autores e editores optar por usar ou não este tipo de proteção nos livros digitais, visto que, para eles, o DRM é sinônimo de segurança, enquanto para os consumidores/leitores significa limitação. O DRM impede que o livro digital seja aberto em qualquer aparelho leitor ou computador, além de impossibilitar a impressão, pois o DRM fica criptografado dentro do aplicativo de leitura da empresa. Por exemplo, um *e-book* da Amazon, que possui formato AZW, só pode ser lido nos aparelhos leitores da empresa.

As medidas restritivas impostas pelas empresas levantam questionamentos por parte dos consumidores. É natural que as lojas e livrarias protejam seu negócio e produtos garantindo o lucro, contudo, deve haver um “meio termo” para que os consumidores não sejam prejudicados. O usuário deve receber uma autorização para transferir o arquivo para seus outros equipamentos, para que seja assegurado

o direito de uso. É o que a Amazon tem feito, conforme explica Ferreira (2013, documento eletrônico não paginado):

Vale ressaltar que a Amazon permite o empréstimo de livros eletrônicos, mas por enquanto apenas para usuários americanos, e o livro só pode ser emprestado uma única vez. Ou seja, o que você pode fazer com o conteúdo não depende da sua vontade, mas sim da licença que você obtém para usá-lo.

Mudanças como essa são necessárias para a disseminação do livro digital, pois o excesso de restrições desanima os leitores que podem preferir continuar com seus livros tradicionais. A pirataria deve sim ser combatida, mas usuário honesto não pode ser penalizado.

Algumas empresas estão mudando sua postura em relação ao DRM. É o caso da livraria virtual e editora Tor Books UK, ligada à Macmillan, que declarou em março de 2012, ser possível vender livros digitais sem DRM, pois o número de livros pirateados é insignificante e o DRM não representa um empecilho à pirataria (FREITAS, 2013).

As discussões a respeito da funcionalidade e eficiência do DRM e outras formas de proteção contra a pirataria são polêmicas e controversas, há no meio editorial quem defenda e quem critique. Apesar das oposições sobre esse assunto o leitor deve ser priorizado e melhor compreendido, pois é ele quem poderá levar os *e-books* ao sucesso através do aumento do uso.

6 BIBLIOTECAS

A tipologia da biblioteca é definida de acordo com a instituição a que ela está vinculada, as funções que desempenha e o público que atende. Neste sentido, pode ser pública ou privada, especializada, comunitária, escolar, universitária ou pública, acrescenta-se a essas as bibliotecas digitais e as bibliotecas híbridas. Ribeiro (2008, p. 31) aborda os tipos de bibliotecas:

Quanto a sua evolução tecnológica podem ser tradicional, automatizada ou digital. Quanto à finalidade podem ser Nacional (guardiã da memória gráfica brasileira), escolar (atende estudantes e professores dos ensinos fundamental e médio), especializada (atende a diferentes instituições e/ou categorias profissionais), universitária (atende estudantes e profissionais do ensino superior), especial (atende pessoas com necessidades especiais), infantil (atende crianças), comunitária (criada para atender a comunidade sem a iniciativa e manutenção do poder público) ou pública.

Coexistem diversos conceitos de biblioteca, portanto, para clarificar as diferenças entre os tipos de bibliotecas, a seguir apresentam-se as definições de cada uma delas, conforme o foco do estudo: Biblioteca Jurídica, Biblioteca Digital, Biblioteca Virtual, Biblioteca Híbrida e Biblioteca nas nuvens.

6.1 BIBLIOTECAS JURÍDICAS

As bibliotecas jurídicas são vinculadas a instituições públicas e privadas que atendem prioritariamente a área do Direito. Para Batista e Avelar (2012, p. 2) "As bibliotecas voltadas para o setor jurídico são consideradas um tipo de biblioteca especializada. Podem ser encontradas nos diversos órgãos governamentais, nas faculdades especializadas nas áreas do Direito [...]". Moreira (2012, p. 10) acrescenta que "As bibliotecas jurídicas são especializadas na área do direito e estão em geral localizadas em universidades, órgãos públicos do poder judiciário, departamentos jurídicos de empresas, escritórios de advocacia e associações."

A função da biblioteca jurídica é oferecer produtos e serviços específicos da área do Direito e visando prestar serviços de qualidade buscam atualização constante através das tecnologias da informação. Gonçalves e Santos (2009, p. 7) destacam que

[...] as bibliotecas jurídicas, hoje, para atenderem bem o seu usuário, atentam e têm visão olística das possíveis direções para onde rumam ou podem ir suas instituições, as quais estão atreladas e fazem parte. Estes departamentos não mais se restringem ao conteúdo adquirido e mantido estático. Eles investem firmes e tenazmente, apoiados por vasto aparato da tecnologia da informação, no acompanhamento dos acontecimentos diariamente—tanto internos à empresa quanto os externos que o mercado lhes impõe—em velocidade vertiginosa e constante.

O público-alvo da biblioteca jurídica é muito específico e, geralmente, buscam informações pontuais na área do Direito. Silva e Rolim (2009, p. 27) destacam que os usuários geralmente são “[...] advogados, estagiários, magistrados, dentre outros profissionais.”. Passos e Barros (2009, p. 106) acrescentam que “Os usuários típicos dos serviços de uma biblioteca jurídica são advogados, juízes, juristas, legisladores, professores e alunos dos cursos de direito e o cidadão comum.”. Há ainda os funcionários da instituição e o público externo.

6.2 BIBLIOTECAS SEM PAREDES

O sonho de uma biblioteca universal, em que seria possível concentrar toda produção do conhecimento humano é muito antigo, como descreve Chartier:

Desde Alexandria, o sonho da biblioteca universal excita as imaginações ocidentais. Confrontadas com a ambição de uma biblioteca onde estivessem todos os textos e todos os livros, as coleções reunidas por príncipes ou por particulares são apenas uma imagem mutilada e decepcionante da ordem do saber. O contraste foi sentido como uma intensa frustração. Esta levou à constituição de acervos imensos à vontade das conquistas e confiscos, a paixões bibliófilas e à herança de porções consideráveis do patrimônio escrito. Ela inspirou igualmente, a compilação dessas “bibliotecas sem paredes” que são os catálogos, as coletâneas e coleções que se pretendem paliativos à impossibilidade da universalidade, oferecendo ao leitor inventários e antologias. Com o texto eletrônico, a biblioteca universal torna-se imaginável (senão possível) sem que, para isso, todos os livros estejam reunidos em um único lugar. Pela primeira vez, na história da humanidade, a contradição entre o mundo fechado das coleções e o universo infinito do escrito perde seu caráter inelutável. (1998, p. 117, grifos do autor).

Com a Era Digital podemos acreditar que é possível existir a biblioteca universal através das “Bibliotecas sem paredes”. Como bibliotecas sem paredes compreende-se todas aquelas unidades de informação que fornecem aos usuários

serviços ou produtos em ambiente virtual. De acordo com Benício e Silva (2005) as “bibliotecas sem paredes” podem ser classificadas em quatro categorias: Biblioteca eletrônica, digital, virtual e híbrida. Essas UI fornecem documentos em tempo real e contribuem para a disseminação da informação. A seguir apresenta-se através da literatura a definição de cada uma.

6.2.1 Biblioteca Digital

A biblioteca digital é consequência da evolução da biblioteca tradicional (que possui somente acervo impresso) em consonância com a evolução tecnológica. A denominação Biblioteca Digital foi cunhada em 1990 (TAMMARO; SALARELLI, 2008), mas ao longo dos anos diversos termos e expressões foram utilizados para denominar este tipo de biblioteca, sendo que os mais recorrentes são: biblioteca virtual, biblioteca digital, biblioteca eletrônica, biblioteca híbrida e biblioteca nas nuvens. Ao examinar esses termos percebe-se que, por vezes, são utilizados na literatura os termos biblioteca virtual e biblioteca eletrônica como sinônimos de biblioteca digital. Contudo, esses termos não são de fato sinônimos, sendo o termo mais adequado biblioteca digital, termo preferido neste trabalho por ser mais corrente na área.

Chartier (1998, p. 144) previu que no futuro “Na biblioteca, ler-se-á isoladamente. E poder-se-á ler sem sair de casa, porque os textos virão ao leitor enquanto, até então, o leitor devia ir ao livro quando não o possuísse.”. Para o autor, essa biblioteca “[...] sem muros é uma promessa do futuro, mas a biblioteca material, na sua função de preservação das formas sucessivas da cultura escrita, tem, ela também, um futuro necessário.” (CHATIER, 1998, p. 153).

Procópio descreve a biblioteca digital como um

Website que dispõe de uma coleção pública ou privada de livros, documentos eletrônicos ou congêneres, organizada para estudo, leitura e consulta. Organizada por estantes virtuais [em ordem de autor, gênero ou obra] que guardam e/ou ordenam arquivos de documentos eletrônicos, onde os leitores de todo o mundo acessam e fazem download a partir de um único servidor ou de vários servidores interligados. (2010, p. 216).

A Digital Library Federation⁴ (DLF) formulou uma definição muito relevante e bastante difundida no meio bibliotecário.

Bibliotecas digitais são organizações que fornecem os recursos, inclusive o pessoal especializado, para selecionar, estruturar, oferecer acesso intelectual, interpretar, distribuir, preservar a integridade e garantir a permanência no tempo de coleções de obras digitais, de modo que estejam acessíveis, pronta e economicamente, para serem usadas por uma comunidade determinada ou por um conjunto de comunidades. (1998 *apud* TAMMARO; SALARELLI, 2008, p. 120).

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 50) entendem que a biblioteca digital é uma “Biblioteca que armazena documentos e informações em forma digital em sistema automatizado, geralmente em rede, que pode ser consultado a partir de terminais remotos.”. Para Ciotti e Roncaglia⁵ (2002 *apud* TAMMARO; SALARELLI, 2008, p. 122) a biblioteca digital é uma

[...] coleção de documentos digitais estruturados sejam os produzidos mediante digitalização de materiais existentes sejam os preparados de modo digital na origem, dotada de uma organização total e coerente de natureza semântica e temática, que se manifesta por meio de um conjunto de relações interdocumentais e intradocumentais e de um adequado dispositivo meta-informacional. Neste sentido, podemos distinguir uma biblioteca digital de um conjunto não-organizado de informações absolutamente heterogêneas como acontece na World Wide Web, mas também de muitos arquivos textuais que atualmente estão disponíveis na internet e se apresentam muito mais como ‘depósitos de textos’ do que como verdadeiras bibliotecas.

A criação de bibliotecas digitais poderia contribuir para a defasagem de bibliotecas físicas. A partir das ideias Procópio (2010), Tammaro e Salarelli (2008) é possível apontar benefícios e vantagens da utilização da biblioteca digital, assim como desvantagens e empecilhos (Figura 22).

⁴ DIGITAL LIBRARY FEDERATION. *A Working Definition of Digital Library*. [S.l.]: DLF, 1998. *Apud* TAMMARO; SALARELLI, 2008, p. 120.

⁵ CIOTTI, F.; RONCAGLIA, G. *Il Mondo Digitale: introduzione ai nuovi media*. Roma-Bari: Laterza, 2002. *Apud* TAMMARO; SALARELLI, 2008, p. 122.

Figura 22: Vantagens e Desvantagens da Biblioteca Digital

Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> • Acesso 24 horas por dia, sete dias por semana, 365 dias por ano; • Permite os mesmos dispositivos de direitos de propriedade dos livros impressos [DRM]; • Permite adicionar mais títulos ao acervo já criado, sem a necessidade de investimentos em espaço físico, infraestrutura ou dispêndio operacional com funcionários; • Retiradas, devoluções e recolocações automáticas nas prateleiras digitais; • Proteção contra roubo ou danificação de documentos; • Permite atender mais usuários com menos títulos; • Fornece relatórios detalhados para analisar a utilização da biblioteca em níveis sem precedentes, melhorando a qualidade das decisões de aquisição de novos títulos; • O mecanismo de busca permite pesquisa de palavras em um livro ou em uma coleção inteira de livros; • Atendimento a alunos de cursos à distância, ou iniciativas de Inclusão Digital, que necessitam de acesso a uma biblioteca completa; • Suporte completo a todos os recursos de anotação e pesquisa; • Acesso a obras raras digitalizadas; • Não exige deslocamento até a biblioteca física. 	<ul style="list-style-type: none"> • Requer conhecimento do detentor dos direitos de propriedade intelectual do recurso digital e de qualquer <i>software</i> que faça parte integrante do serviço para o uso do recurso; • Exige condições contratuais das licenças de uso ligadas ao recurso digital ou ao equipamento e programas necessários para ter acesso ao recurso; • Compromete a proteção da privacidade do autor ou da instituição produtora do recurso; • Exige mais atenção no sentido de preservar a integridade do texto ou de toda obrigação legal relativa à autenticidade de determinados recursos; • Problemas econômicos; • Alto custo cobrado pelas editoras na venda de livros digitais para bibliotecas.

Fonte: Adaptado de Procópio (2010), Tammaro e Salarelli (2008).

Tammaro e Salarelli (2008, p. 120) sustentam que com a biblioteca digital “Existe agora a oportunidade de as bibliotecas usarem criticamente as tecnologias para ampliar sua função tradicional e prestar serviços mais eficazes, além de novos serviços, que tendem a ampliar a clientela habitual.”. É relevante mencionar que com o livro digital as redes e sistemas de bibliotecas podem evitar a aquisição de diversos exemplares, tão necessárias devido ao distanciamento entre os campus das universidades, por exemplo.

A biblioteca digital está inserida na biblioteca tradicional, primeiramente, existe a biblioteca física e a partir dela passa a existir a biblioteca digital, que por sua vez é o meio mais favorável a disponibilização de *e-books*. Contudo, já existem projetos de bibliotecas unicamente virtuais, é o caso do condado de Bexar, no Texas (EUA), que anunciou que em 2013 abrirá a primeira biblioteca pública sem livros impressos. O projeto é ousado e contará inicialmente com 10.000 títulos e equipe preparada para auxiliar os usuários com problemas técnicos. No espaço da biblioteca estarão à disposição do público 25 computadores, 25 *tablets*, 25 *notebooks*, 150 aparelhos leitores para uso na biblioteca e os usuários poderão fazer *download* em seus próprios aparelhos (BUSTILLO, 2013).

As vantagens do livro digital são comuns tanto a usuários individuais quanto a bibliotecas, contudo, para bibliotecas as desvantagens dizem respeito, principalmente, as dúvidas sobre formas de aquisição, empréstimo e direito autoral. Em contrapartida, outro aspecto a ser destacado é que na biblioteca digital o livro digital nunca será rasurado, riscado, extraviado, perdido, roubado, entregue em atraso, com manchas de café, anotações pessoais, faltando folhas etc., eventos comuns aos livros impressos nas bibliotecas tradicionais.

A seguir se apresentam brevemente as definições de Biblioteca Híbrida, Biblioteca Eletrônica e Biblioteca Virtual, com o intuito de diferenciá-las.

6.2.2 Biblioteca Híbrida

A Biblioteca Híbrida é a biblioteca moderna, que mesmo mantendo as características tradicionais oferece serviços informatizados e catálogo *on-line*. Tammaro e Salarelli (2008, p. 118) entendem que:

No *continuum* entre biblioteca tradicional e biblioteca digital coloca-se a *biblioteca híbrida (hybrid libriry)*, na qual são usadas tanto fontes de informação eletrônicas quanto em papel. O foco do conceito de biblioteca híbrida está nos serviços, que se adaptam ao novo contexto digital num esforço de transformação e reorganização da biblioteca tradicional.

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 51) expõem que a biblioteca híbrida “[...] designa uma biblioteca convencional que também oferece produtos e serviços informacionais eletrônicos ou de acesso em linha.”. Dessa forma, pode-se

compreender que as bibliotecas atuais que oferecem serviços pela Internet, incluindo a automatização do catálogo, mas sem necessariamente oferecer documentos digitais é uma biblioteca híbrida.

6.2.3 Biblioteca Eletrônica

A expressão biblioteca eletrônica é empregada há mais 20 anos para definir “[...] a biblioteca informatizada que emprega todos os tipos de equipamento eletrônico necessários ao seu funcionamento: grandes computadores, PCs, terminais.” (TAMMARO; SALARELLI, 2008, p. 116).

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia define a biblioteca eletrônica como uma “[...] biblioteca que provê acesso não somente ao seu próprio acervo, mas também, por meio de redes eletrônicas, a outras bibliotecas. É vista como uma biblioteca fisicamente identificável, mas que não possui material impresso e que, faz parte de uma biblioteca digital.” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 51).

A biblioteca eletrônica é “[...] caracterizada pela formação de bancos de dados eletrônicos, cujo acesso era realizado via rede de computadores de forma *on-line*.” (CASTRO; SANTOS, 2009, p. 437). Assim, as bibliotecas que possuem computadores, terminais de acesso e catálogo automatizado são consideradas bibliotecas eletrônicas, entretanto não podem ser consideradas bibliotecas digitais, visto que, possuir equipamentos eletrônicos não caracteriza oferta de documentos digitais aos usuários.

6.2.4 Biblioteca Virtual

O termo biblioteca virtual foi muito utilizado em lugar de biblioteca digital para definir o novo conceito de biblioteca. O termo cunhado por Tim Bernes-Lee, “[...] materializa a visão de uma biblioteca como uma coleção de documentos ligados em rede, constituídos por objetos digitais e páginas Web produzidos por milhares de autores.” (TAMMARO; SALARELLI, 2008, p. 117).

Pode-se observar ainda que “[...] a expressão ‘biblioteca virtual’ é mais antiga do que ‘biblioteca digital’, assim como sua afinidade com o conceito utópico de

biblioteca como acesso ao conhecimento universal. O adjetivo 'virtual' significa que a biblioteca não existe." (TAMMARO; SALARELLI, 2008, p. 117).

A expressão biblioteca virtual é utilizada para se referir a coleções selecionadas de vínculos com *sites* da Rede e para representar o espaço físico e lógico de coleções de documentos fora da biblioteca, de forma mais ampla que as definições de biblioteca eletrônica e digital (TAMMARO; SALARELLI, 2008).

6.3 BIBLIOTECAS E EDITORAS: A COMERCIALIZAÇÃO DE *E-BOOKS*

As editoras exercem um papel fundamental na intermediação do acesso da biblioteca ao livro em formato impresso ou digital. O modelo de negócios das editoras com as bibliotecas é diferente daquele com consumidores individuais e ocorre através de acordos, contratos por meio de licitações e pregões. Em alguns casos as distribuidoras intermediam a negociação entre a biblioteca e a editora, pois comercializam o livro e ficam encarregadas dos contratos. Há também os agregadores de conteúdo que trabalham com diversas editoras fornecendo o acesso ao livro digital às bibliotecas através de plataforma *on-line* (GRIGSON, 2011).

No Brasil algumas bibliotecas estão se revitalizando, pois oferecem aos seus usuários livros digitais e empréstimo domiciliar do aparelho leitor (BBC BRASIL, 2013). Contudo, observa-se que algumas editoras, por receio da forma de empréstimo do livro digital nas bibliotecas ou por causa da insegurança que envolve o direito autoral, têm mostrado resistência dificultando a comercialização. É o caso da Hachette que em outubro de 2012 aumentou os preços dos *e-books* para bibliotecas (PINHEIRO, 2012).

O relatório elaborado pela Associação de Bibliotecas da América (ALA) apontou que "O crescimento dos *e-books* estimulou a demanda, mas as bibliotecas têm acesso limitado a eles por causa de restrições das editoras.". (BBC BRASIL, 2013, documento eletrônico não paginado). O relatório também destaca que "[...] grandes editoras, como Macmillan, Simon and Schuster e Hachette, têm se recusado a fornecer livros digitais às bibliotecas."

Algumas editoras limitam a 26 acessos, ou seja, o livro só pode ser usado/emprestado 26 vezes, neste caso, ao esgotar-se esse número o livro não poderá mais ser acessado ou realizado *download*. Consequentemente, a biblioteca

terá que adquirir novamente o título para fornecer aos usuários. Essas editoras alegam que estão “[...] defendendo os direitos dos autores e argumentam que os limites de acesso levam em conta a vida útil que um livro em papel teria.” (BBC BRASIL, 2013, documento eletrônico não paginado).

As restrições de acesso e o elevado preço do livro digital para bibliotecas constituem-se em um obstáculo a aquisição e um duro golpe a disseminação da informação. É comum bibliotecas sofrerem reduções orçamentárias, que dificultam a aquisição de materiais bibliográficos e as restrições impostas pelas editoras complicam ainda mais essa situação.

No que diz respeito à negociação entre bibliotecas digitais e editoras, Tamaro e Salarelli (2008, p. 283) entendem que “As bibliotecas gostariam de ter uma só contraparte, uma agência que representasse todas as editoras [...]”. Isso já está acontecendo através do Portal Public Library Online que provê o serviço de empréstimo às bibliotecas (BBC BRASIL, 2013). Através de um contrato anual as bibliotecas tem acesso ao portal que oferece muitos títulos e realiza a negociação com as editoras. O bibliotecário gestor também pode optar por realizar um teste gratuito do serviço antes de assiná-lo. Por enquanto o serviço está disponível para os Estados Unidos, Canadá, Austrália, Reino Unido, Nova Zelândia, Dinamarca e Países Baixos (PUBLIC LIBRARY ONLINE, 201-?).

As bibliotecas e as editoras precisam adaptar-se a nova realidade da sociedade e das mudanças tecnológicas. É preciso encontrar uma maneira de continuar com suas funções, sem que o usuário seja privado de novos serviços que podem ser oferecidos pela biblioteca. De fato, seria muito interessante e conveniente para as bibliotecas a existência de uma entidade que intermediasse a negociação com as editoras, pois um novo modelo de negócios poderia ser parte da solução das polêmicas relacionadas ao empréstimo e distribuição.⁶

⁶ Para bibliotecas jurídicas o Portal Âmbito Jurídico apresenta uma lista com mais de 340 editoras e livrarias jurídicas nacionais e internacionais que podem ser utilizadas por bibliotecários para seleção de materiais bibliográficos e aquisição de *e-books*. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=lista_diretorios&id_categoriaDir=5

6.4 E-BOOK NA BIBLIOTECA

As mudanças na sociedade exigem que as bibliotecas se adaptem a essas novas condições. Os leitores sob a influência da sociedade da informação exigem que as bibliotecas ofereçam novos produtos e serviços, como o empréstimo de *e-books*, pois eles estão acostumados a buscar informação em diversas fontes, e para que haja interesse na biblioteca é necessário que ela esteja atualizada e presente nesta nova realidade.

A biblioteca precisa atender as necessidades informacionais dos usuários com seus serviços e produtos. Neste contexto, o *e-book* é um novo produto ofertado pela biblioteca que envolve diversos serviços que precisam se adaptar a esta nova realidade. Observa-se que o livro digital está sendo inserido com muita intensidade nas bibliotecas americanas que perceberam o que os usuários querem e estão oferecendo esses serviços. No Brasil esta inserção também está acontecendo, mas em menor escala.

Em 2012, uma pesquisa mostrou que 3/4 das bibliotecas estadunidenses oferecem *e-books* para empréstimo (ZICKUHR *et al.*, 2012). Outras bibliotecas estrangeiras oferecem também o aparelho leitor com os livros digitais escolhidos pelo usuário (SILVA, 2011). No Brasil, as 54 universidades públicas brasileiras oferecem bases de dados com coleções de *e-books* (MAGALHÃES; CERÁVOLO, 2012). Este é um panorama muito otimista, pois mostra que o Brasil está efetivamente incorporando os livros digitais.

Observa-se que a competência informacional do bibliotecário é fundamental para a qualificação e desenvolvimento de coleções de livros digitais na biblioteca. Benício e Silva (2005, p. 6) destacam que o bibliotecário

[...] precisa empenhar-se em agregar valor à informação e não apenas em organizar para preservá-la, mas organizar para facilitar seu acesso e uso, disseminando-a. Nesse sentido, o papel do bibliotecário na SI será o de *gateway* (guia) ou *gatekeeper* (orientador) do usuário, uma vez que será o interprete dos meios e das formas de acesso à informação e aos portais do conhecimento, organizando, refinando, pesquisando a informação desejada através dos novos recursos tecnológicos e tornando-se o elo entre informação-usuário-tecnologia.

No Brasil existe oferta de curso *on-line* sobre livros digitais para bibliotecários, um deles é o curso “E-books para bibliotecas: uma introdução ao universo dos livros”, da ExtraLibris. O curso é EAD e contém carga-horária de 30 horas, sendo realizado pela primeira vez entre maio e junho de 2013 (EXTRALIBRIS, 2013). Capacitações como essa são fundamentais para a competência informacional do bibliotecário que deve estar sempre atualizado, pois possibilitam que os profissionais tenham uma visão básica sobre o livro digital, suas funções, formatos, formas de aquisição e empréstimo.

As bibliotecas têm o desafio de avaliar a incorporação do livro digital em seus acervos, visto que, não incorporá-lo significa oposição ao avanço tecnológico e para atrair mais leitores é necessário se aliar a tecnologia e não afastar-se. Neste contexto, o desenvolvimento de coleções terá um papel fundamental para nortear as ações dos bibliotecários no que diz respeito a seleção, aquisição, avaliação e descarte desses materiais.

6.4.1 Desenvolvimento de Coleções do Livro Digital

O desenvolvimento de coleções de *e-books* no Brasil ainda é um tema pouco discutido, observa-se isso, principalmente, pela falta de material bibliográfico em português sobre o assunto. Considera-se que, inicialmente, a biblioteca precisa criar a Política de Desenvolvimento de Coleções incluindo os livros digitais e, para isso, é fundamental que o bibliotecário conheça esse suporte e suas peculiaridades, bem como os modelos de negócios utilizados por editoras e fornecedores.

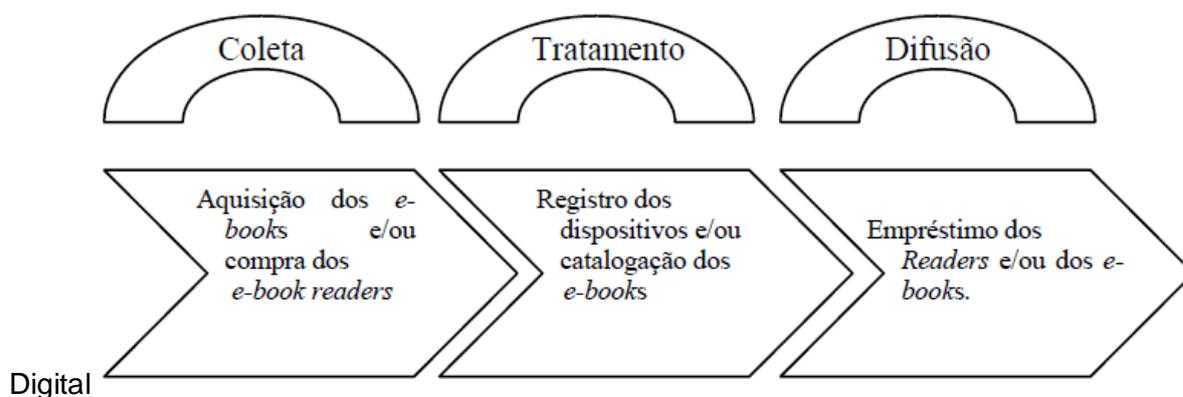
Tammaro e Salarelli (2008, p. 76) pontuam que:

A gestão e a organização das coleções são uma atividade fundamental na biblioteca digital, bem como a ideia de uma biblioteca sem paredes não é facilmente aplicável a realidade digital que necessita de um lugar físico para realizar as tradicionais atividades de mediação catalográfica e conservação do patrimônio bibliográfico.

Portanto, “A biblioteca digital, como a biblioteca tradicional, é um conjunto organizado de livros.” (TAMMARO; SALARELLI, 2008, p. 76), ou seja, as informações contidas no livro digital devem passar pelo processamento técnico, assim como ocorre com os demais itens, a fim de possibilitar sua recuperação.

Neste contexto, o desenvolvimento de coleções dos livros digitais, a seleção, aquisição, descarte e o empréstimo precisam ser regulamentados pela biblioteca. Silva (2011) propõe um esquema para organização do ciclo documentário no contexto do livro digital (Figura 23).

Figura 23: Ciclo Documentário do Livro



Fonte: Silva (2011, p. 97).

A figura mostra que as atividades da biblioteca são similares tanto no livro digital e quanto no livro impresso, já que os dois tipos de formatos precisam das etapas de coleta, tratamento e difusão. A seleção e aquisição de livros digitais, bem como sua organização, gerenciamento, catalogação, disseminação e promoção são atividades que devem ser realizadas periodicamente a fim de garantir a consistência e coerência do acervo digital.

A biblioteca deve observar as necessidades informacionais do usuário, os recursos financeiros disponíveis para aquisição de *e-books*, as formas de preservação desses materiais, a interoperabilidade dos registros e arquivos e a capacitação da equipe. Para isso é necessário planejamento das atividades que englobarão este processo. Portanto, a inclusão de livros digitais no acervo da biblioteca não pode ser uma decisão tomada impulsivamente, pelo contrário, deve ser analisada minuciosamente para evitar a oferta e depois sua exclusão, pois, dessa forma, a biblioteca pode perder credibilidade perante os usuários.

6.4.1.1 Seleção

A seleção de livros digitais deve seguir a Política de Desenvolvimento de Coleções elaborada pela biblioteca que deve conter a Política de Seleção de materiais bibliográficos. Esse documento é fundamental no discernimento dos itens que são úteis a biblioteca e seu público-alvo. Para a criação da Política de Seleção é recomendável que a biblioteca tenha uma equipe, comissão ou conselho composta por um bibliotecário, um representante da instituição e um especialista na área, que pode ser um usuário da biblioteca.

Vergueiro (2010, p. 17) aponta que “A política de seleção procura garantir que todo material seja incorporado ao acervo segundo razões objetivas predeterminadas e não segundo idiosincrasias ou preferências pessoais.”. Cunha e Cavalcanti (2008, p. 330) destacam a importância da seleção de materiais bibliográficos, que consiste na

[...] operação que leva à decisão sobre a aquisição de documentos por compra, permuta ou doação, mediante consulta a bibliografias, catálogos e prospectos de editores, ou consulta a documentos que incluem bibliografias. É feita com vista ao crescimento e atualização equilibrados [...].

A seleção de livros digitais é um processo muito importante no desenvolvimento de coleções digitais, pois o bibliotecário no afã de incluir estes materiais no catálogo pode acabar selecionando títulos que não são do interesse dos usuários. Por isso, além de averiguar os títulos também é necessário conhecer o público a que se destinam e verificar sua adequação através de estudo de usuários.

Os mesmos critérios de seleção para o livro impresso podem ser utilizados para o livro digital, observadas as características da biblioteca e o público-alvo. Seguindo as recomendações de Vergueiro (2010) para seleção de materiais bibliográficos, pode-se considerar como critérios de seleção o assunto, usuário, documento e preço. Em relação ao conteúdo dos documentos: autoridade, precisão, imparcialidade, atualidade, cobertura/tratamento; e, em relação à adequação ao usuário: conveniência, idioma, relevância/interesse e estilo.

Os requisitos para seleção e avaliação de *e-books* devem ir além dos critérios avaliados normalmente em um livro tradicional. Deve-se considerar o formato,

interface, acessibilidade, compatibilidade, facilidade de pesquisa, licenças de uso, formas de aquisição, empréstimo, acesso, suporte e treinamento de pessoal e é importante observar se existe possibilidade de importação dos registros MARC para o catálogo da biblioteca. Todos os itens do contrato devem ser observados, pois uma possível quebra de contrato pode gerar altos custos a biblioteca impedindo-a de oferecer o serviço novamente.

Ao decidir pela aquisição de livros digitais, a biblioteca precisa selecionar também as editoras, agregadores e/ou fornecedores que irão realizar esta intermediação. Essa é uma parceria que precisa ser avaliada previamente. O bibliotecário deve pesquisar sobre a empresa, conhecer sua reputação e autoridade, até mesmo entrando em contato com outras bibliotecas que já fornecem *e-books* e/ou bibliotecários com experiência neste tipo de aquisição.

A política de seleção de *e-books* poderá evitar compras desnecessárias ou que não são de interesse dos usuários ou da instituição. O estabelecimento de critérios de seleção de editoras, fornecedores, distribuidores e agregadores poderá garantir a biblioteca que os serviços prestados por essas empresas serão os mesmos que foram adquiridos, pois tudo terá sido verificado previamente, além de ser recomendável constar no contrato firmado entre a biblioteca e empresa todos os detalhes que envolvem esta negociação.

6.4.1.2 Aquisição

Ainda não existe um modelo padrão para aquisição de livros digitais por bibliotecas, mas existem alguns modelos que estão sendo mais utilizados como aquisição perpétua, por assinatura, empréstimo a curto prazo ou pay-per-view, por demanda e por quantidade de acessos simultâneos. Essa ausência de um modelo padrão ocorre devido às peculiaridades de cada biblioteca em relação ao seu público-alvo, limitações financeiras, recursos disponíveis, objetivos e prioridades que são muito distintos. Por isso, cada biblioteca deve avaliar a melhor forma de aquisição de acordo com suas características e realidade.

A aquisição de livros digitais mantém as características tradicionais, pois o bibliotecário terá que avaliar, planejar, organizar, negociar e decidir sobre o modelo de negócios mais adequado a sua biblioteca, da mesma forma que o faz em relação

aos livros impressos. Sobre isso Tammaro e Salarelli (2008, p. 76) entendem que “As bibliotecas digitais, mesmo ‘novas’ e ‘diferentes’, desenvolvem-se em torno de atividades e, sobretudo, funções que amadureceram ao longo de séculos de história e que, com certeza, não podem ser canceladas ou modificadas *sic et simpliciter*.”.

No processo de aquisição de *e-books* o bibliotecário precisa avaliar as vantagens e desvantagens da incorporação no acervo da unidade de informação e, para isso, é importante realizar reuniões com fornecedores para apresentação de produtos de acordo com as necessidades da biblioteca. É preciso sanar todas as dúvidas a respeito dos serviços e produtos oferecidos a fim de evitar aquisições desnecessárias ou errôneas. O bibliotecário precisa conhecer os tipos de aquisição, formatos, compatibilidade, interface, valores, licenças de uso e formas de acesso. Os termos do contrato devem ser claros a fim de minimizar os riscos de problemas futuros.

É importante destacar que na negociação de livros eletrônicos para bibliotecas, a biblioteca, geralmente, compra o acesso e não o livro para *download*. O acesso pode ser a um número ilimitado ou limitado de usuários concomitantemente, multiusuário ou monousuário. Algumas editoras, livrarias e fornecedores restringem o número de acessos simultâneos e definem o valor para cada quantidade de acessos. Nesse caso, a biblioteca terá que avaliar o uso dos títulos para definir o tipo de acesso. Destacam-se algumas formas de aquisição do livro digital para bibliotecas:

- a) **Aquisição Perpétua:** O livro eletrônico passa a pertencer a biblioteca da mesma forma que o exemplar impresso (SERRA, 2012). O acesso é feito através do *site* da biblioteca sem limitação de acessos simultâneos. O livro fica no repositório da biblioteca e cabe a ela a imposição de limites de empréstimo;
- b) **Assinatura:** A biblioteca contrata uma editora ou agregadora que fornece a coleção de *e-books* organizada por assunto por um período de tempo, geralmente por um ano. Em alguns casos a biblioteca não tem autonomia para escolher os títulos, escolhe apenas o assunto geral do pacote (SERRA, 2012);
- c) **Empréstimo em curto prazo ou Pay-per-view:** O usuário navega pela plataforma do fornecedor e ao visualizar os títulos que não estão na coleção da biblioteca, pode solicitar o empréstimo. A biblioteca irá pagar uma taxa para

acesso temporário do usuário ao título. Este modelo é similar ao empréstimo entre bibliotecas (GRIGSON, 2011). Outra maneira é a biblioteca adquirir créditos pré ou pós pagos que serão abatidos conforme os usuários realizarem *download* dos livros. Posteriormente, a biblioteca pode optar por este modelo ou utilizar outros (SERRA, 2012).

- d) **Aquisição por demanda:** O usuário que navega pelo *site* da editora, agregador ou distribuidor verifica um título de seu interesse que a biblioteca não assina. Então, ele consegue utilizar o livro, devido a forma de contrato da biblioteca com a empresa e, posteriormente, o sistema emite um pedido de compra de acordo com o número de acessos realizados pelos usuários. Automaticamente o livro é adquirido e depois incorporado a coleção da biblioteca (GRIGSON, 2011).
- e) **Aquisição por quantidade de acessos simultâneos:** Define-se, no momento da aquisição, a quantidade de acessos simultâneos por título que serão permitidos à instituição que, posteriormente, transmitirá aos usuários. Quando a quantidade máxima de acessos esgotarem a obra ficará indisponível e a biblioteca terá que reavaliar a aquisição do título (SERRA, 2012).

Quanto à aquisição individual de *e-books* vale destacar que, geralmente, os fornecedores oferecem um pacote com diversos títulos agrupados por assunto e dificilmente vendem um único título (GRIGSON, 2011). O preço do livro individual pode ser de 20 a 100% mais caro (SERRA, 2012). O agravante deste modelo de negócios para a biblioteca é que podem ser comprados títulos que não serão utilizados, mas que estarão no pacote.

Algumas empresas estão desenvolvendo projetos pilotos para negociação com bibliotecas e novos modelos de negócios, pois acreditam que a incorporação de livros digitais em bibliotecas aumenta visibilidade da editora e, conseqüentemente, a comercialização (CRUTCHER, 2013). Este é um período de muita experimentação tanto para bibliotecas quanto para indústria editorial e, por isso, os bibliotecários devem estar atentos aos acontecimentos que envolvem o livro digital.

6.4.1.3 Descarte

Esta é uma atividade muito comum nos acervos das bibliotecas tradicionais, contudo nos acervos digitais observa-se que esta tarefa não é tão necessária quanto nos acervos impressos. A necessidade de descartar materiais bibliográficos impressos se dá pela falta de espaço nas estantes, desatualização das obras e má conservação devido a influência de fatores de deterioração (ações externas: poluentes, clima iluminação, mau acondicionamento; ações internas: materiais orgânicos; ações humanas: armazenamento, manuseio e acondicionamento).

Em relação ao armazenamento a utilização do *e-book* proporciona grande vantagem, pois não é necessário manter estoques com exemplares impressos e duplicatas que, por vezes, ficam obsoletos e precisam ser descartados pela biblioteca que precisa constantemente de espaço nas estantes. Também não é necessário preocupação em relação a deterioração do material, visto que, o material digital não sofre influência de fatores ambientais, externos e internos.

A desatualização das obras pode ser considerada como o único motivo para descarte, pois a cada nova edição atualizada a biblioteca terá que avaliar a necessidade de manter a versão antiga, descartá-la e adquirir a edição atual ou manter todas as edições. Outra possibilidade de descarte seria na alteração de modalidade de aquisição ou na troca de coleções de *e-books*, visto que a biblioteca pode perceber que determinados títulos não são de interesse dos usuários ou da instituição e substituí-los por outros.

Portanto, observa-se que o descarte de livros digitais não é necessário, entretanto, se for realizado deve seguir critérios rigorosos de avaliação de títulos visando evitar o descarte de obras de interesse dos usuários ou da instituição. Além disso, é recomendável acrescentar na Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca as orientações sobre o descarte das obras digitais e definições sobre cancelamento de assinaturas de bases de *e-books*.

6.4.2 Empréstimo de *e-books*

O empréstimo de livros digitais ainda é incipiente no Brasil sendo ofertado, na maioria das vezes por bibliotecas universitárias. Uma pesquisa do Instituto Pró-Livro mostrou que 6% dos entrevistados não utilizam biblioteca por não existir nenhuma

por perto (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2012). Dessa forma, pode-se perceber que a inclusão do serviço de empréstimo de livros digitais poderia incentivar o uso/frequência da biblioteca por indivíduos que alegam não frequentá-la devido sua inexistência, já que, poderiam utilizá-la à distância.

Silva (2011, p. 15) aponta que com o empréstimo de livros digitais “[...] cumpre-se assim o objetivo da biblioteca de difundir a informação – que já não está mais somente no livro, além de servir de vitrine para outros produtos e serviços oferecidos.”. O autor destaca que “As decisões do bibliotecário de adotar o empréstimo de e-books depende de um entendimento das necessidades atuais dos usuários, não é uma questão de gosto pessoal.” (SILVA, 2011, p. 96).

O empréstimo do livro digital pode ser realizado através da plataforma do fornecedor/editora ou através de empréstimo de aparelhos leitores da biblioteca contendo a seleção de livros do usuário. No primeiro caso o acesso ao catálogo/plataforma ocorre via IP por períodos pré-definidos pela biblioteca e pode ser através de *download* (expira no término do empréstimo) ou acesso nas nuvens com visualização na tela (disponível somente no período de empréstimo). Para visualizar o catálogo de *e-books* o usuário cadastrado acessa a página da biblioteca que remete a plataforma da editora, agregadora (agrega diversas bases de *e-books*) ou distribuidora. Em alguns casos o próprio catálogo da biblioteca contém os registros dos livros digitais.

No empréstimo de aparelhos leitores, a biblioteca fornece o *tablet* ou *e-reader* ao usuário que pode utilizá-lo no ambiente da biblioteca ou fazer empréstimo domiciliar por um período pré-determinado com os títulos de seu interesse. Geralmente, os critérios para o período de empréstimo são os mesmos utilizados para os livros impressos.

A mediação do balcão de atendimento é necessária apenas para orientação sobre os procedimentos de empréstimo e cadastro do usuário, pois a Biblioteca precisa autorizar/autenticar o usuário para uso da plataforma. Nas bibliotecas o empréstimo de livros digitais é realizado através do IP da instituição e controlado pelo DRM que delimita número de páginas que podem ser impressas, período de empréstimo, renovação e acessos simultâneos.

Novas formas de empréstimo estão sendo discutidas. O 3º Congresso Internacional do Livro Digital, realizado em 2012, pela Câmara Brasileira do Livro,

mostrou que existem muitas dúvidas no que diz respeito a melhor forma de empréstimo aos usuários e novas possibilidades continuam surgindo. Um dos levantamentos diz respeito a possibilidade de pagamento por acesso pela biblioteca, neste caso, a biblioteca pagaria um valor determinado conforme o uso do livro e, caso não fosse utilizado não haveria pagamento (PIZARRO, 2012).

Para o usuário, a experiência de retirar um *e-book* emprestado de uma biblioteca não difere muito de comprar o mesmo título. Ao invés de ir a uma livraria *on-line* e baixar o livro, ele irá ao *site* onde a biblioteca de *e-books* está hospedada e irá baixar o arquivo que expirará automaticamente em alguns dias (GRIGSON, 2011). E, para as bibliotecas, o sistema se assemelha muito as assinaturas de periódicos eletrônicos e bases de dados, que as bibliotecas já estão acostumadas.

7 METODOLOGIA

A metodologia busca atingir os objetivos propostos, por isso se constitui em um instrumento de fundamental importância na construção da pesquisa. Neste tópico são apresentadas as ações que foram seguidas na aplicação da pesquisa, entre elas: a definição do instrumento de coleta de dados, os sujeitos da pesquisa, a forma de análise e crítica dos dados e os limitadores da pesquisa.

A pesquisa caracteriza-se como exploratória quanto aos objetivos, pois pretendeu investigar e analisar a relação entre *e-books* e as bibliotecas jurídicas gaúchas, tema ainda pouco explorado. A pesquisa exploratória busca investigar um fato novo sobre o qual ainda se tem pouca informação e pretende proporcionar uma visão geral sobre determinado fato (BOENTE; BRAGA, 2004; GIL, 1994). O método de procedimento utilizado foi o levantamento, pois envolve a interrogação direta das pessoas cujo trabalho e atividades se deseja conhecer (GIL, 1994).

Quanto à natureza, a pesquisa é básica, visto que gerou conhecimentos novos relacionados ao tema sem ter aplicação prática. A forma da pesquisa é qualitativa, pois traduziu opiniões e características em números, abordando a influência do mundo nas decisões dos sujeitos. O método de análise estatística é o descritivo, pois apresenta os dados resumidamente (BOENTE; BRAGA, 2004).

7.1 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos desta investigação são 32 bibliotecários coordenadores e/ou responsáveis por bibliotecas jurídicas governamentais e universitárias (particulares e públicas) do Estado do Rio Grande do Sul. Os critérios de seleção foram: a) bibliotecas jurídicas vinculadas à esfera pública (federal, estadual e municipal especificamente da cidade de Porto Alegre); b) bibliotecas jurídicas vinculadas a Instituições de Ensino Superior (IES); c) localizadas no Rio Grande do Sul. No caso das bibliotecas jurídicas das IES que não possuíam biblioteca jurídica específica focou-se na coleção jurídica e no atendimento aos alunos do curso de Direito. O Quadro 4 apresenta as bibliotecas selecionadas.

Quadro 4 – Bibliotecas jurídicas governamentais e jurídicas de IES

Bibliotecas Jurídicas	Bibliotecas Jurídicas de IES
Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALRS)	AJURIS - Escola Superior da Magistratura
Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA)	Centro Universitário La Salle (Unilasalle)
Casa Civil do Gabinete do Governador (CC)	Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter)
Justiça Federal de 1º grau no Estado do Rio Grande do Sul (JFRS)	Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul (FMP)
Ordem dos advogados do Brasil no Rio Grande do Sul (OAB)	Fundação Universidade de Rio Grande (FURG)
Procuradoria da República no Rio Grande do Sul (PRRS)	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
Procuradoria Regional da República da 4ª Região (PRR4)	Universidade de Caxias do Sul (UCS)
Procuradoria Regional da União da 4ª Região (PRU4)	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)
Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região (PRT4)	Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)
Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ)	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Procuradoria-Geral do Estado (PGE)	Universidade Federal do Pampa (Unipampa)
Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGMPOA)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE)	Universidade Luterana do Brasil (Ulbra)
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS)	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí)
Tribunal de Justiça Militar do Estado do RS (TJM)	
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4)	
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE)	
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4)	

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

7.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados foi um questionário (APÊNDICE B) *on-line* contendo perguntas abertas (resposta livre) e fechadas (alternativas estruturadas de múltipla escolha). Uma carta de apresentação (APÊNDICE A) foi enviada por *email* às 32 bibliotecas selecionadas, solicitando a participação e enfatizando sua relevância, juntamente com o *link* para o questionário. Para envio da carta de

apresentação utilizou-se o endereço de *email* encontrado nos *sites* das bibliotecas. Retornaram 15 questionários respondidos, sendo que dois bibliotecários responderam, por *email*, informando que a biblioteca não possuía *e-books* no acervo e, portanto, não respondendo o questionário enviado.

O questionário *on-line* facilitou a coleta dos dados, pois viabilizou a obtenção de respostas em tempo real, sem necessidade de deslocamento do pesquisador até os participantes e estes puderam responder no momento mais apropriado. O instrumento foi testado através de um estudo-piloto aplicado a três bibliotecários (de escritório jurídico, biblioteca universitária não jurídica e um que trabalha em editora) que sugeriram mudanças para aprimorá-lo.

O *software* escolhido para elaboração do questionário foi o Lime Survey por apresentar *layout* amigável, idioma português, monitoramento dos resultados e mensuração de dados, além de possibilitar o cruzamento de respostas permitindo uma análise mais apurada dos dados.

A fim de atingir os objetivos da pesquisa, o questionário abordou questões que fossem ao encontro dos objetivos propostos (Quadro 5).

Quadro 5 – Objetivos específicos e questões relacionadas

Objetivos específicos	Questões
a) identificar as bibliotecas jurídicas que possuam <i>e-books</i> como parte de seu acervo;	5, 21
b) investigar a relação existente entre essas bibliotecas e as editoras que fornecem os <i>e-books</i> ;	10, 11, 12, 13, 14, 15, 22
c) averiguar como acontece a aquisição deste tipo de material;	21, 34, 36, 37
d) levantar as formas e os regulamentos de disponibilização deste material que viabilizem o empréstimo/acesso aos usuários;	39, 40, 41, 42, 43, 46, 47
e) compreender como o bibliotecário gestor posiciona-se frente à tecnologia do <i>e-book</i> como fonte complementar de informação na biblioteca.	6, 7, 8, 9, 12, 21, 22, 23, 26, 28, 29, 30, 31, 34, 41, 46, 47, 49

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

A construção das perguntas, a partir da análise dos objetivos específicos, possibilitou atingir o objetivo geral proposto pela pesquisa, de maneira satisfatória.

7.3 ANÁLISE E CRÍTICA DOS DADOS

A análise e a crítica dos dados foram realizadas com o auxílio do *software* Lime Survey, que auxiliou na compilação, estatística e análise dos resultados, cruzamento e apresentação dos dados em forma de gráfico. Os resultados obtidos foram examinados à luz do referencial teórico e são apresentados no Capítulo 8 deste trabalho.

7.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

As limitações encontradas no decorrer da pesquisa dizem respeito às questões financeiras e ao pouco tempo disponível para realizá-la, pois o estudo foi realizado visando não gerar custos, o que levou à escolha de um instrumento de coleta de dados gratuito, que pudesse ser encaminhado e respondido de forma *on-line*. Além disso, o número baixo de respostas e a demora no retorno dos participantes em responder o questionário dentro do prazo estabelecido inicialmente provocou a ampliação do prazo em sete dias, a fim de obter um número maior de respostas. Dentro do prazo inicial, nove questionários foram respondidos. Não houve reenvio do questionário aos participantes, optando-se por aguardar o término do 2º prazo, quando outros seis questionários foram recebidos.

A pesquisa contou com a participação de 46,87% do público alvo, percentual considerado acima do satisfatório pela literatura. Entretanto, vale destacar que as instituições selecionadas pertencem a um grupo seletivo que deveriam ser referência, portanto, o esperado seria que todas as bibliotecas tivessem colaborado com a pesquisa. Diante dos fatos, surgem as seguintes indagações: se essas bibliotecas não deram retorno sobre o convite de participação na pesquisa será que retornam os questionamentos feitos pelos usuários por *email*? Visto que a divulgação do *email* institucional representa um compromisso da biblioteca em oferecer mais esse canal de comunicação com o público, espera-se que todo *email* seja respondido, mesmo que para recusar um convite.

Neste estudo contou-se com a colaboração dos profissionais que trabalham nas bibliotecas, pois eles estão vivenciando as dificuldades de incorporação do *e-book*. Quando se depende da participação de outros para a realização e conclusão

de um trabalho espera-se a boa vontade e a disposição dos participantes, contudo, sabe-se que nem sempre os respondentes de uma pesquisa dispõem de tempo para participar em estudos como o aqui realizado.

8 ANÁLISE E CRÍTICA DOS DADOS

A partir do preenchimento e da devolução do questionário *on-line* pelos bibliotecários participantes foi possível compilar e analisar, de forma crítica, as respostas de cada uma das questões apresentadas, com base na fundamentação dada pelo referencial teórico. O instrumento de coleta de dados foi aplicado no período de 22/07/2013 a 02/08/2013, tendo seu prazo estendido até 09/08/2013 para possibilitar o retorno de um maior número de questionários respondidos, totalizando 17 dias. Visando mais clareza e ordem na apresentação dos resultados e sua posterior análise aponta-se os resultados conforme a ordem de questões.

Do universo da pesquisa, ou seja, das 32 bibliotecas selecionadas e convidadas a participar da pesquisa 17 manifestaram-se a respeito do convite feito, sendo que 15 preencheram o questionário e duas comunicaram por *email* não possuírem *e-books* em seu acervo. Na apresentação dos resultados optou-se por considerar que 53,12% dos participantes responderam a pergunta principal sobre a existência ou não de *e-books* no acervo, ou seja, 17 participantes. Os dois participantes que responderam por *email* foram considerados como respondentes apenas da questão 21 do questionário (A biblioteca conta com *e-books* em seu acervo?), visto que houve participação parcial na pesquisa.

As demais questões analisadas contemplam as respostas dadas pelas 15 bibliotecas que responderam o questionário e correspondem a 46,87% do universo da pesquisa. Quanto às 15 bibliotecas que não responderam o *email* de convite à participação no questionário se considera que foi recebido, baseado no fato de que nenhum *email* retornou acusando erro. Pode-se supor, também, que o conteúdo do *email* enviado com *link* para o questionário *on-line* (APÊNDICE A) tenha sido considerado *spam* pelo servidor da instituição e, por isto, não gerou a resposta. Outras explicações possíveis seriam ter ocorrido inexistência de verificação diária do *email* da biblioteca, esquecimento ou falta de tempo dos profissionais, impossibilitando a participação na pesquisa.

Os resultados são apresentados com os percentuais e, entre parênteses, o número correspondente de participantes. Algumas questões analisadas são apresentadas em gráficos e quadros a fim de permitir uma visualização mais clara dos resultados. Em alguns casos as questões foram cruzadas para relacionar os

resultados e, em outros, apenas mencionam-se os dados obtidos. Nas transcrições das respostas dos participantes optou-se por numerá-las e listá-las entre aspas.

A pesquisa contou com 15 bibliotecas participantes, das quais 73% (11) são jurídicas governamentais e 27% (4) são bibliotecas de instituições de ensino superior. Observa-se que houve adesão significativamente maior das bibliotecas jurídicas governamentais, visto que das 18 bibliotecas convidadas 61,1% (11) responderam o questionário. Por outro lado, apenas 28,6% (4) das 14 bibliotecas de IES colaboraram com o estudo.

Dos bibliotecários participantes da pesquisa 47% (7) tem idade entre 30 a 39 anos, 13% (2) tem entre 40 e 49 anos, 33% (5) entre 50 e 59 anos e 7% (1) 60 anos ou mais. Nenhum respondente marcou a opção até 29 anos. Quanto ao gênero 33% (5) são homens e 67% (10) mulheres. Em relação ao tempo de serviço como bibliotecário 13% (2) apontaram ter experiência de até 4 anos e 11 meses, 13% (2) entre 5 anos e 9 anos e 11 meses, 27% entre 10 anos e 19 anos e 11 meses, e 47% (7) 20 anos ou mais.

No que diz respeito à qualificação profissional dos bibliotecários, 47% (7) possui apenas graduação em Biblioteconomia, mesmo percentual dos que possuem também especialização nas áreas de Bibliotecas Universitárias, Gerenciamento de Projetos, Administração de Sistemas de Bibliotecas, Direito da Tecnologia da Informação, Gestão Pública, Gestão de Bibliotecas Públicas e 7% (1) possui mestrado em Educação. Em se tratando de educação continuada, Silva e Arruda (1998, documento eletrônico não paginado) comentam que

[...] a capacitação profissional é fator fundamental para uma boa colocação no mercado de trabalho, gerando profissionais cada vez mais preocupados com a qualidade das informações e em como obtê-las e com isto, buscando na educação formal mecanismos de qualificação profissional, capazes de mantê-los no mercado de trabalho.

Concernente à qualificação profissional, a questão nº 6 perguntava se o bibliotecário ou alguém da equipe possuía curso de qualificação/capacitação relacionado a *e-books*. Os resultados mostraram que 80% (12) bibliotecários responderam que 'Não' e 20% (3) responderam 'Sim'. Entre os que responderam que possuem curso de qualificação, dois trabalham em bibliotecas jurídicas governamentais e um em biblioteca de Instituição de Ensino Superior e os cursos

realizados dizem respeito a bibliotecas digitais, catalogação de livros digitais e sua disponibilização ao usuário, sendo que um bibliotecário apontou que a Instituição financiou o curso, um apontou que foi a Instituição e o próprio servidor e o outro participante não destacou quem financiou o curso.

Os bibliotecários que responderam não possuem curso de qualificação profissional relacionado a *e-books* apontaram que os seguintes motivos (Quadro 6):

Quadro 6 – Questão 7

Dessinteresse	0%
Não encontrou oferta de curso sobre o assunto	61,54% (8)
Cursos com alto custo	7,69% (1)
Falta de incentivo da Instituição em que trabalha	15,38% (2)
Outros: "Não foi detectada a necessidade"	7,69% (1)

Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação à falta de oferta de cursos sobre *e-books*, apontada por 61,54% dos participantes, destaca-se a menção feita na contextualização teórica, de que no Brasil existe apenas uma instituição oferecendo curso à distância exclusivamente para qualificação de bibliotecários na área de livros digitais no momento deste estudo (EXTRALIBRIS, 2013). Obviamente a demanda de bibliotecários é muito maior que a oferta atual de cursos específicos, contudo espera-se que nos próximos anos esta oferta aumente, mudando esta realidade. Vale destacar que os bibliotecários podem e devem se inteirar de novos assuntos por iniciativa própria e não esperar pelo surgimento de cursos, tendo em vista que os profissionais da informação são os que mais têm qualificação acadêmica para buscar informações.

A falta de incentivo da Instituição para realização de cursos foi apontada por 15,38% dos participantes. O incentivo pode ser tanto a ajuda financeira quanto a liberação para o servidor realizar o curso no horário de trabalho. De fato, receber incentivo da instituição motiva o trabalhador que se sente valorizado e não receber pode desmotivá-lo a realização de cursos com seus próprios recursos financeiros ou em horário de lazer e descanso e isto costuma ocorrer, especialmente, em casos nos quais o profissional não entende como importante preocupar-se com a educação continuada.

É importante que o bibliotecário participe de cursos sobre tecnologias digitais, pois é uma área de rápida evolução e esse profissional pode não conseguir

acompanhar todas as transformações da área apenas de forma autodidata. Sobre este aspecto, Blattmann, Fachin e Rados ponderam:

Alguns requisitos são necessários para atender esse perfil do bibliotecário, entre eles está a interação com os recursos existentes na *Internet*, como melhor acessar a informação e a utilização de critérios para avaliação dos recursos. Conhecer a importância da integração da tecnologia nos serviços, na qualidade, no acesso, no armazenamento, na recuperação, na disseminação e principalmente na cooperação entre os pares são novos limites a serem desbravados pelos profissionais da informação. (2000, documento eletrônico não paginado).

Também o perfil exigido pelo mercado de trabalho e pela sociedade mudou, forçando os profissionais da informação a se manterem atualizados e aprendendo sempre. Sobre isto Silva e Cunha (2002, p. 77) comentam: “Na perspectiva do trabalho na sociedade do conhecimento, a criatividade e a disposição para capacitação permanente serão requeridas e valorizadas.”. Neste contexto, a educação continuada, ou seja, o aprimoramento constante através de cursos de capacitação e aperfeiçoamento e cursos de qualificação (pós-graduação) desenvolvem competências específicas nos profissionais para realização satisfatória de seu trabalho.

Bressane e Cunha (2011, p. 332-333) consideram que “Mais do que novos conhecimentos ou habilidades demandadas pela sociedade e relacionadas ao bibliotecário, o que se espera do bibliotecário é a adoção de novas posturas frente às mudanças que vêm ocorrendo em seu domínio de atuação.”. Rozados (2007, p. 2) assente que “A sociedade da informação trouxe a necessidade de o investimento com a formação humana e profissional ir além do ensino formal básico, secundário ou mesmo universitário.”.

Moreno e colaboradores (2007, p. 56) destacam que “[...] o profissional bibliotecário deve ter o cuidado de buscar em sua área específica de atuação, um ambiente de atualização adequado (seja eventos, cursos de curta duração ou em cursos de especialização) [...]”. Portanto, o bibliotecário precisa estar à frente das mudanças e ter visão para entender os novos desafios que surgem com a Era Digital e competência para oferecer novos serviços aos usuários.

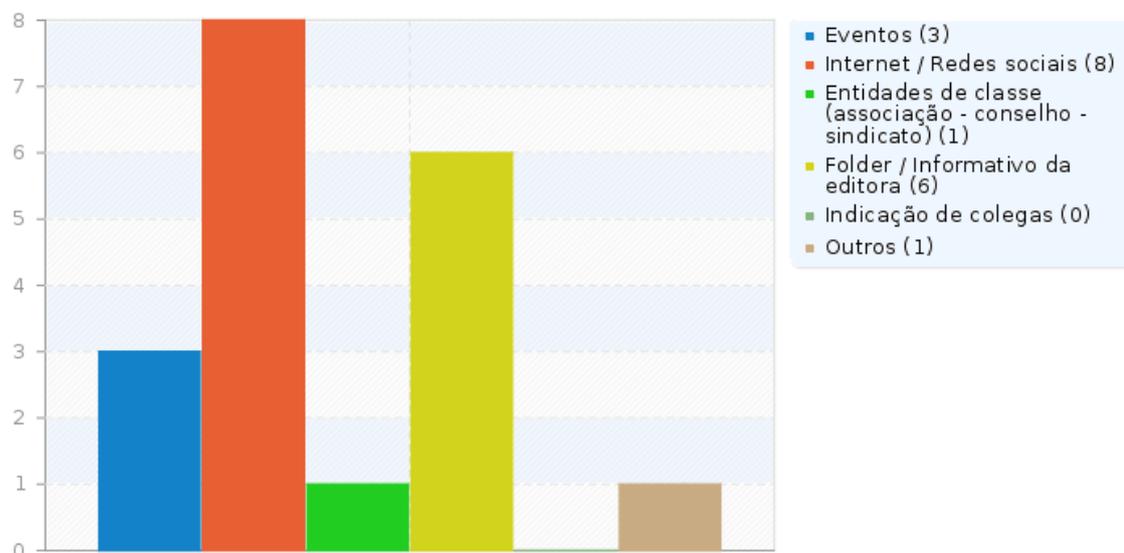
Na questão nº 10 (Você tem conhecimento das editoras que fornecem e-books?) 67% ou seja, 10 bibliotecários, responderam ‘Sim’ e cinco responderam

‘Não’ correspondendo a 33%. Serra (2013a, documento eletrônico não paginado) destaca que

A prática demonstra que as bibliotecas sempre representaram bons clientes aos livreiros e editores exatamente por realizarem compras em larga escala com frequência, além do fato de ser um local de descoberta de publicações, ao permitir o conhecimento e contato das obras pertencentes aos acervos, o que favorece o aumento nas vendas.

Os participantes que responderam conhecer as editoras também foram questionados sobre a forma que tiveram conhecimento (Questão 11). A pergunta mostrava seis opções com possibilidade de marcar mais de uma alternativa. O Gráfico 1 apresenta as respostas dadas pelos participantes.

Gráfico 1: Questão 6



Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

Chama a atenção que a opção ‘Internet e Redes Sociais’ foi marcada oito vezes comprovando a influência da sociedade da informação na atuação profissional dos bibliotecários, que buscam se informar através desses canais de informação. Conforme pontua Silva (2013, p. 2), “Há algum tempo os bibliotecários têm a necessidade de lidar com novos conceitos relativos aos conteúdos informacionais em formato digital.”. Complementando, Blattmann, Fachin e Rados destacam:

A *Internet* pode ser considerada uma excelente ferramenta oriunda da tecnologia da informação para facilitar a comunicação de pessoas, empresas e instituições. A facilidade de utilizar esse meio de comunicação possibilita expor produtos e serviços para clientelas específicas. (2000, documento eletrônico não paginado).

Através da exploração desses meios de comunicação o bibliotecário contribui para a mudança do perfil profissional ao se adequar ao que a sociedade da informação necessita. De acordo com Coelho (2010, p. 7) “[...] o atual perfil do profissional bibliotecário não é mais o mesmo, pois este tem acompanhado a evolução da sociedade, modificando o seu papel de acordo com as necessidades desta.”.

Outro dado interessante é que não foi selecionada a opção ‘Indicação de Colegas’, sendo possível supor a inexistência de diálogo sobre esse assunto entre as bibliotecas. A conversa entre os bibliotecários de instituições diferentes sobre os bons fornecedores é muito importante para evitar que os colegas passem pelas mesmas situações e possam buscar atingir o sucesso na negociação com as editoras, seguindo os bons exemplos e as boas práticas.

Os 10 participantes que responderam ‘Sim’ na questão nº 10 foram questionados na Questão nº 12 sobre a existência de contato com alguma editora. 6 bibliotecários responderam que entraram em contato e quatro não buscaram contato com as editoras. Então, aos que responderam ter feito contato com alguma editora foi solicitado (Questão 13) que informassem quais editoras foram contatadas. As editoras contatadas foram as seguintes: Consórcio Minha Biblioteca (Atlas, Grupo A, Grupo Gen, Saraiva), Biblioteca Virtual Universitária (Pearson); EBSCO, LTr, Forense, Hs, Revista dos Tribunais, Thomson Reuters, Saraiva, Pearson, Elsevier, Cengage e editoras internacionais.

A questão 14 solicitava que os seis participantes que buscaram contato com as editoras que fornecem *e-books* comentassem a respeito. A seguir apresentamos as respostas dadas:

- 1) “Representantes das editoras entraram em contato para oferecer o produto.”
- 2) “A própria biblioteca os procurou para pesquisar preços.”
- 3) “Por mail, telefone e pessoalmente.”
- 4) “Pessoalmente nos stands, através da visita dos representantes ou então por mail.”
- 5) “Por telefone. Visita de um representante na instituição e em eventos.”
- 6) “Telefone, e-mail e posteriormente encontros.”

Observa-se, pelas respostas dos participantes, que as editoras que trabalham com livros digitais possuem o hábito de entrar em contato com as bibliotecas para oferecer seus serviços, seja por *email*, contato telefônico ou encontros pessoais. Essa conversa entre bibliotecas e editoras ocorre a partir da iniciativa de bibliotecários e representantes das editoras.

Os quatro participantes que responderam não terem feito contato com as editoras foram questionados sobre o motivo e as respostas foram as seguintes:

- 1) “Falta de previsão e disponibilização orçamentária para aquisições.”
- 2) “Porque ainda não introduzimos os *e-books* na Instituição.”
- 3) “No momento, não há interesse da Instituição neste tipo de aquisição, nem capacitação por parte dos colegas de trabalho.”
- 4) “Falta de tempo.”

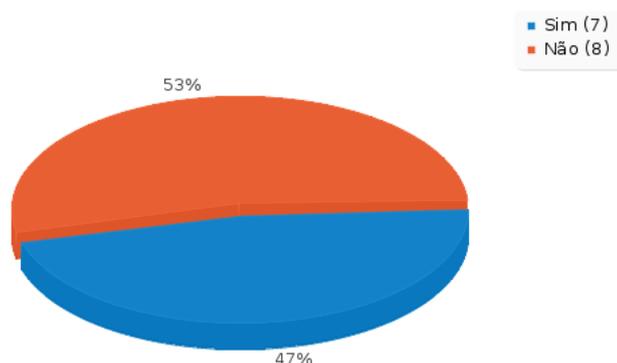
A iniciativa de contactar as editoras que fornecem livros digitais é o primeiro passo a sua incorporação. Essa comunicação é fundamental para que os bibliotecários tenham conhecimento dos modelos de aquisição oferecidos, vantagens e desvantagens para bibliotecas e, até mesmo, para o estabelecimento de projetos que justifiquem a incorporação de *e-books*.

Aranalde (2005, p. 253-254) manifesta sua percepção a respeito do papel do bibliotecário.

O profissional bibliotecário cumpre um papel social inserido em instituições diversas e numa contínua interação com usuários em busca de informações relevantes. Dessa forma, sua responsabilidade social se traduz principalmente como o dever de gerir informações da melhor maneira possível, oferecendo-as aos usuários com o máximo de qualidade. A postura ética requerida de um profissional da informação, como no caso de um bibliotecário, inclui a busca pelas melhores alternativas para organização, recuperação e disseminação das informações, tendo em vista as necessidades dos usuários com os quais interage e das instituições em que está inserido.

O profissional, por falta de conhecimento ou pelo seu desinteresse, não pode deixar de oferecer *e-books* a seus usuários, pois dessa forma, cerceia os benefícios das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

A questão 16 perguntava se os participantes tiveram alguma experiência com *e-book*. O Gráfico 2 apresenta os resultados sinalizados.

Gráfico 2: Questão 16

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

Os resultados mostram que 47%, ou seja, sete bibliotecários já tiveram alguma experiência com *e-book*. Quando questionados sobre como foi essa experiência (Questão 17) todos marcaram a opção 'Foi positiva'. Questionados novamente (Questão 18) sobre o porquê de a experiência ter sido positiva, as respostas dadas foram as seguintes:

- 1) "Possibilidade de armazenar diversos títulos num e-reader, eliminando problema de espaço para guardar ou transportar os livros."
- 2) "Compro e-books para uso pessoal e gosto muito, economizo espaço, são de mais baixo custo e se tem acesso ao produto imediatamente."
- 3) "Porque tratou não só da disponibilização de e-books para os usuários da instituição como também de sua confecção através das ferramentas disponíveis no mercado."
- 4) "Porque me possibilitou uma leitura satisfatória do texto."
- 5) "Leitura facilitada pelas letras e não precisa de espaço para guardar."
- 6) "Acho muito interessante o acesso ao material de forma online. E em muitas bases as pesquisas e consultas contam com varias facilidades."
- 7) "Ao assinarmos a primeira base de livros digitais em português despertou um grande interesse da Comunidade Acadêmica e fomos atrás de outras editoras nacionais, porém encontramos um ambiente, até hostil em relação aos preços, pois estavam com preços fora da realidade nacional. O valor de algumas assinaturas beirava o ridículo."

A resposta 1, 2 e 5 vem ao encontro do que pondera Serra (2013a, documento eletrônico não paginado) quando afirma que os *e-books* "[...] permitem outras formas de ocupação do espaço antes destinado a guarda de volumes impressos [...]"; enquanto que a resposta 5 corresponde ao que Silva (2013, p. 6) destaca a respeito das vantagens do livro digital: "[...] modificação de formatação (aumento de fontes para leitura) [...]". O respondente 7 optou por responder a respeito da instituição e não sobre sua experiência pessoal.

Nenhum participante respondeu a questão 19, pois conforme relato todos consideraram suas experiências positivas em relação ao *e-book*.

Aos oito participantes, que correspondem a 53% dos respondentes da pesquisa, que disseram não terem experiência com *e-book*, perguntou-se o motivo, sendo oferecidas alternativas de múltipla escolha e a opção 'Outros'. As respostas selecionadas foram as seguintes (Gráfico 3):

Gráfico 3: Questão 20



Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

A opção 'Desinteresse' foi marcada duas vezes, 'Alto custo do livro digital' uma vez, 'Dificuldade em utilizar leitores de *e-books*' não foi apontada por nenhum participante e a 'Preferência pelo livro em papel' foi marcada quatro vezes. A opção 'Outros' possibilitava escrever livremente e foi marcada por dois participantes que disseram: "Pouco conhecimento ainda." e "Porque nossa Instituição não tem verba para tal finalidade".

As respostas selecionadas pelos bibliotecários na Questão 20 vão ao encontro da realidade brasileira no que diz respeito ao alto custo do livro digital e a preferência pela versão em papel. Quanto ao alto custo do livro digital, vale mencionar a pesquisa do Blog Revolução Ebooks (2012) que mostra que as diferenças de valores entre os livros impressos e digitais são pequenas e não há demanda para os *e-books*. Além disto, o preço da produção é diluído em poucas cópias vendidas, fazendo com que ele se torne caro no Brasil. No que diz respeito à preferência pela versão impressa, a pesquisa Retratos da Leitura do Brasil, do

Instituto Pró-Livro (2012, p. 75), mostrou que apenas 4% dos entrevistados preferem a versão digital do livro, ou seja, pode-se supor que esse baixo percentual indica a preferência pelo livro tradicional.

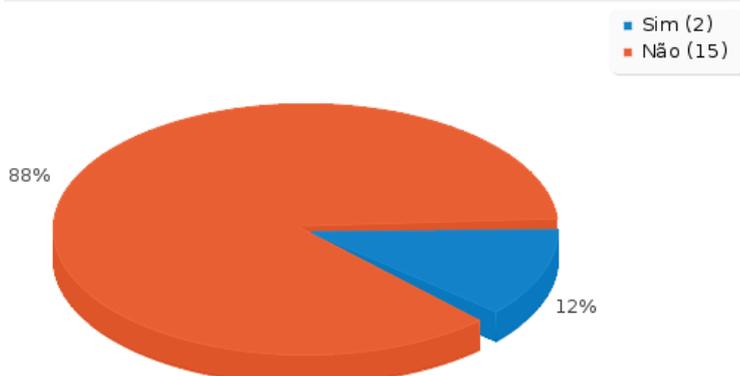
As respostas dadas pelos profissionais mostraram que existe preferência pelo livro impresso, alguns não tem interesse neste tipo de formato do livro e acham seu custo alto. Esses apontamentos são normais e coerentes no que diz respeito ao uso individual do livro digital, mas será que as escolhas pessoais destes profissionais podem influenciar na aquisição deste suporte pela biblioteca? Ou os bibliotecários defendem a incorporação dos *e-books* em suas instituições mesmo quando eles mesmos não têm interesse em conhecer este suporte?

A questão 21 diz respeito à oferta de *e-books* no acervo da biblioteca. Dos bibliotecários respondentes apenas 11,76% (2) apontaram que possuem livros digitais. Vale destacar que o baixo número de bibliotecas que oferecem *e-books* é bem diferente da realidade de países estrangeiros. Nos Estados Unidos, por exemplo, mais de 5.400 bibliotecas públicas oferecem livros eletrônicos (ALONSO ARÉVALO; CORDÓN GARCÍA, 2010). Na Espanha os *e-books* também são oferecidos em bibliotecas públicas (GOMÉZ GOMÉZ, 2012).

Conforme menção anterior, na questão 21 considerou-se 17 participantes, sendo que 15 marcaram a opção 'Não' e dois participantes responderam, por *email*, não possuir *e-books* no acervo da biblioteca (Gráfico 4).

Gráfico 4: Questão 21

A biblioteca conta com e-books em seu acervo?			
Resposta		Contagem	Porcentagem
	Sim (A1)	2	11.76%
	Não (A2)	15	88.24%
	Sem resposta	0	0.00%



Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

Os dois participantes que apontaram oferecer livros digitais trabalham em bibliotecas de IES. Este resultado evidencia o esforço e o interesse das universidades e das instituições de ensino superior no avanço da pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, pois bibliotecas com acervos ricos e completos representam a qualidade do ensino superior no país.

Ao cruzar as respostas foi possível observar que um dos bibliotecários que trabalha em uma biblioteca que oferece *e-book* também possui curso de capacitação relacionado e os dois bibliotecários possuem especialização e mestrado, respectivamente. Silva e Cunha (2002, p. 80) comentam que:

A realidade em que vivemos, dentro de um contexto globalizado, exige dos profissionais de todas as áreas melhor desempenho e mais eficiência. Dentro deste contexto, os bibliotecários devem estar preparados de forma a responder às novas exigências da sociedade do conhecimento.

O conhecimento acadêmico disponível através de cursos de pós-graduação pode contribuir muito para a capacitação profissional do bibliotecário. Obviamente ter conhecimento sobre o que a biblioteca pode oferecer aos seus usuários e estar atento as novidades tecnológicas é um grande diferencial no momento da decisão sobre a incorporação dos livros digitais.

No cruzamento de respostas dadas pelos dois bibliotecários que ofertam livros digitais em suas bibliotecas foi possível ainda analisar que eles tiveram a iniciativa de entrar em contato com as editoras, já tiveram experiência com *e-books* anteriormente e a consideraram positiva. Essa experiência particular dos bibliotecários pode ter motivado a incorporação do produto e serviço na biblioteca.

Os dois bibliotecários que responderam oferecer *e-books* no acervo da biblioteca foram direcionados a responderem as seguintes questões: 23, 24, 25, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44 e 45 que serão apresentadas a seguir.

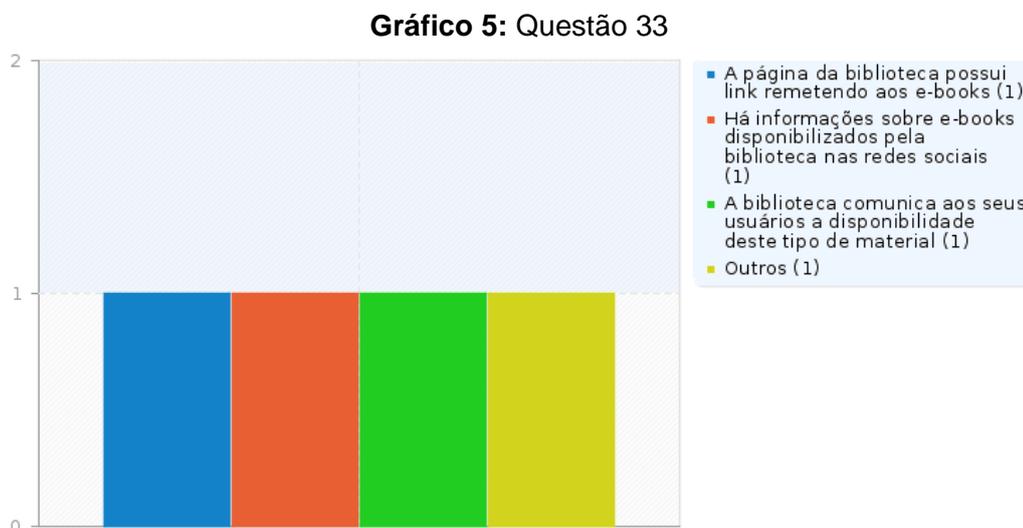
A questão 23 instigava os participantes a revelarem os motivos que levaram a decisão pela incorporação de *e-books* no acervo da biblioteca. Os dois participantes selecionaram a opção 'Outros' e redigiram as seguintes respostas:

- 1) "Os *ebooks* disponíveis atualmente são através do Portal de Periódicos da Capes."
- 2) "Misto entre o interesse da Biblioteca e da Reitoria da Instituição em oferecer este suporte informacional, que facilita e muito o acesso de toda a comunidade acadêmica."

Vale destacar que essas duas bibliotecas são vinculadas a instituições de ensino superior, nas quais os avanços da pesquisa, ciência e tecnologia são incentivados de maneira mais forte do que em outras instituições. Esse fato é demonstrado na resposta do Participante 1 que mencionou que os *e-books* ofertados são os que estão disponíveis no Portal de Periódicos da Capes. O Participante 2 deixa evidente a contribuição da Biblioteca em mostrar o interesse na incorporação de livros digitais.

A questão 24 perguntava sobre a verificação estatística dos livros digitais, que é fundamental na argumentação da necessidade de manutenção do acervo digital. Os dois participantes responderam que realizam a verificação estatística dos *e-books*, sendo assim, a questão 25 não foi respondida por nenhum participante.

Sobre existência de divulgação dos livros digitais (Questão 32) os dois participantes responderam 'Sim', existe divulgação. A questão 33 perguntava a forma de divulgação e as respostas foram as seguintes (Gráfico 5):



Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

A questão 33 era de múltipla escolha, sendo possível selecionar mais de uma resposta. Observa-se que de acordo com os respondentes os livros digitais são divulgados através da página da biblioteca, redes sociais e comunicação da biblioteca com os usuários. Além dessas alternativas um participante selecionou também a opção 'Outros' ressaltando que: "As obras estão sendo catalogadas, a Biblioteca possui intensa participação nas redes sociais e canais de divulgação de seus serviços."

Quanto aos critérios utilizados pelo bibliotecário gestor para definir a aquisição de *e-books* (Questão 36), as respostas foram as seguintes:

- 1) “Estamos em fase de análise de quais bases ou títulos iremos adquirir em formato de ebooks, e de quais cursos iremos atender. Atualmente estamos recebendo varios representantes de editoras para exposição do seu material.”
- 2) “Espaço físico, custo, coeficiente de exemplares para atender as demandas das avaliações do MEC.”

Pode-se identificar, pelas respostas dadas, que critérios como espaço físico, custos e o coeficiente do MEC são os que hoje estão conduzindo os bibliotecários em suas escolhas.

A questão 37 questionava o tipo de aquisição adotado pela biblioteca e sugeria alguns modelos de aquisição. Os dois participantes selecionaram o modelo de Assinatura, que se assemelha muito ao modelo de aquisição de periódicos, os quais as bibliotecas já estão acostumadas. Nesse modelo, conforme aponta Silva (2013, p. 8) “[...] o distribuidor oferece acesso a uma base de dados por um determinado período de tempo [...]”, o autor destaca ainda que “Há algum tempo a assinatura de bases de dados de e-books vem sendo feita em bibliotecas universitárias (acadêmicas) e especializadas.” (SILVA, 2013, p. 9).

Quanto ao acesso pelos usuários (Questão 38), os participantes responderam que é ilimitado e multiusuário. Sobre o acesso concomitante de usuários, um participante acrescentou: “30.000 usuários, praticamente todos os alunos podem acessar a mesma obra no mesmo instante. Atualmente cerca de 15% da Comunidade Acadêmica tem realizado acesso aos e-books, mensalmente.”. Para Serra (2013a) o tipo de acesso individual ou múltiplo (multiusuário) e com ou sem simultaneidade (ilimitado) impactua nos valores estabelecidos pelos contratos entre bibliotecas e editoras.

Quanto à existência de regulamento específico para o empréstimo de livros digitais (Questão 39), os dois participantes responderam ‘Não’. Contudo, vale destacar que o regulamento ou regimento de empréstimo é importante para estabelecer as regras a serem seguidas no momento do empréstimo. Esse documento irá definir se será possível ou não renovar as obras, fazer *download*, imprimir partes ou toda obra etc. Cunha e Cavalcanti (2008, p. 316) definem o regulamento de empréstimo como “[...] conjunto de regras relativas ao empréstimo

de documentos pertencentes ao acervo da biblioteca; regras da biblioteca.". A existência do regulamento de empréstimo evitará divergências e confusões no momento do empréstimo indicando os direitos e deveres dos usuários relativos ao livro digital.

A questão 40 questionava a forma de acesso aos livros digitais pelos usuários. Um participante selecionou a opção 'Via login e senha' e outro a opção 'Outros' redigindo o seguinte: "Via ambiente virtual da Instituição, desta forma somente membros ativos conseguem realizar o acesso. O aluno que não se matricular naquele semestre, perde o acesso, automaticamente."

Observa-se que nenhum participante selecionou o *download* como forma de acesso. Serra (2013a, documento eletrônico não paginado) destaca que existe "[...] temor que as bibliotecas permitam o *download* indiscriminado dos arquivos e estes, uma vez em poder dos usuários, possam ser distribuídos livremente, caracterizando a pirataria.". Esse temor por parte das editoras justifica a ausência de permissão de *download* aos usuários, visto que as duas instituições oferecem formas acesso que possibilitam maior controle pela UI.

Quanto às permissões concedidas aos usuários (Questão 43) os bibliotecários marcaram apenas as opções 'Impressão parcial' e 'Impressão total', contudo era possível marcar uma ou mais opções. Quanto aos formatos de *e-books* disponibilizados (Questão 44) os participantes responderam 'PDF e Epub', formatos que são mais usuais.

Finalizando as perguntas direcionadas exclusivamente às bibliotecas que possuem *e-books*, a questão 45 questionava quais usuários tem permissão de acesso a esses materiais. Os participantes selecionaram as opções: Funcionários, Estudantes e Professores. Tendo em vista que os participantes trabalham em bibliotecas de instituições de ensino superior é totalmente condizente que estes usuários tenham acesso aos livros digitais ofertados pelas instituições.

É importante destacar que no momento deste estudo nenhuma biblioteca jurídica governamental oferecia *e-books*. Os 13 participantes que responderam não oferecer livros digitais no acervo da biblioteca foram direcionados a responderem as questões: 22, 28, 29, 30 e 31. Na Questão 22 perguntou-se quais seriam os motivos ou empecilhos para não ofertar *e-books*. As opções apresentadas aos participantes

eram de múltipla escolha, sendo assim, era possível marcar mais de uma opção e acrescentar comentários selecionando a opção 'Outros' (Gráfico 6).

Gráfico 6: Questão 22

Você considera que os motivos/empecilhos para não oferecer e-books seriam:	
Resposta	Contagem
Dificuldade de aquisição (SQ001)	7
Falta de material na área de conhecimento da biblioteca (SQ002)	2
Dificuldade de fornecer ou do usuário ter acesso ao equipamento leitor (SQ003)	7
Entendimento que o usuário não teria interesse ao acesso a livros em formato digital (SQ004)	2
Conhecimento do baixo nível de alfabetização digital do público-alvo (SQ005)	1
Outros	2
'Other' Responses	
Falta de verbas para aquisição	
Equipe não domina a tecnologia para orientar usuários	

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

A dificuldade de aquisição foi apontada por sete participantes e se pode observar que existem diversos modelos de negócios para aquisição de livros digitais por bibliotecas, mas não existe um modelo padrão. Os modelos de aquisição mais utilizados são: aquisição perpétua, por assinatura, empréstimo a curto prazo ou pay-per-view, por demanda e por quantidade de acessos simultâneos.

Conforme apontamento realizado pela Associação de Bibliotecas da América as limitações de acesso aos *e-books* ocorrem devido às restrições impostas pelas editoras (BBC BRASIL, 2013). Além disso, o relatório elaborado pela ALA destaca que algumas editoras estão se recusando a fornecer livros digitais para bibliotecas e/ou aumentando os preços para bibliotecas (BBC BRASIL, 2013).

Serra (2013b, documento eletrônico não paginado) comenta que

[...] nos deparamos com grande diversidade de modelos de negócios para a inclusão dos ebooks nas bibliotecas, com os fornecedores experimentando possibilidades comerciais, empregando tecnologia e plataformas proprietárias, ofertando obras e serviços de acordo com seus interesses, sua tradição ou força no mercado. Estas questões estão alterando profundamente a gestão das unidades de informação, uma vez que elas precisam se sujeitar ao que é ofertado, com pouca ou nenhuma possibilidade de negociação.

As bibliotecas encontram-se diretamente ligadas e influenciadas por todas essas mudanças provocadas pela revolução do livro digital e, neste momento, o bibliotecário deve encarar o desafio e dirigir a biblioteca rumo ao futuro da leitura digital.

Saber a intenção das bibliotecas que não possuem *e-books* em incorporá-los futuramente ao acervo é indispensável para compreender como os bibliotecários gestores se portam em relação às novas tecnologias e serviços que a biblioteca pode oferecer. Para tanto, a questão 28 perguntava: “A biblioteca pretende oferecer acesso a *e-books*?” Dos 13 participantes questionados, 10 responderam ‘Sim’ e 3 responderam ‘Não’.

Os 10 participantes que pretendem oferecer acesso aos *e-books* foram novamente questionados sobre o porquê desta intenção (Questão 29), oito bibliotecários responderam e dois deixaram a questão em branco. As respostas dadas foram as seguintes:

- 1) “Porque é a tendência na área da informação.”
- 2) “O e-book seria uma boa alternativa para atender os usuários que se encontram lotados em outras cidades e não podem comparecer à Biblioteca para retirar livros.”
- 3) “Tecnologias para informação são sempre bem vindas.”
- 4) “Quando se tornarem mais baratos que a edição em papel, a relação custo benefício será positiva.”
- 5) “Por achar que é mais um meio de disponibilização da informação, um formato diferente, que atenderia a uma outra parcela de usuários, ávidos por novidades, ou familiarizados com o meio digital.”
- 6) “O futuro deve ser de uso comum de ebooks e em papel. Utilizar as inovações tecnológicas para difusão do conhecimento; oferecer pela biblioteca recursos que já estão popularizadas e que já fazem parte da vida de muitos dos usuários.”
- 7) “Existe uma pretensão neste sentido, pois os e-books podem se oferecer como alternativa para facilitar o acesso à informação. Alguns usuários já perguntam. A demanda é alta.”
- 8) “Por julgar interessante oferecer e books, principalmente de títulos que já existem de forma impressa e são muito consultados.”

As respostas dos participantes 1, 3, 5, 6, 7 confirmam o que Rodrigues e Crespo (2013, documento eletrônico não paginado) esclarecem “[...] os *e-books* já são um caminho sem volta, pois a demanda atual por informação gera o aumento crescente deste tipo de documento.”. Vale mencionar que “O bibliotecário trabalha com a informação, independente do suporte, e o meio digital é mais um suporte.” (SILVA, 2013, p. 3). Portanto, os bibliotecários devem trabalhar pelo

desenvolvimento de coleções digitais incentivando a incorporação de livros digitais nas bibliotecas, visto que “[...] os e-books podem mudar o papel da biblioteca aproximando-a mais dos usuários.” (SILVA, 2013, p. 6).

Os três participantes que responderam que não pretendem oferecer acesso a *e-books* foram questionados sobre o porquê e as respostas foram as seguintes:

- 1) “No momento existem várias outras prioridades.”
- 2) “O perfil do nosso usuário é muito tradicional. Eles realmente preferem tudo em papel.”
- 3) “Não existe verba disponível para aquisição.”

A pesquisa do Instituto Pró-Livro, relatada anteriormente, aponta para a preferência dos leitores pelo livro impresso, entretanto, é importante que o bibliotecário gestor realize um estudo de usuários para saber qual é a preferência do usuário em relação ao suporte do livro, seja ele impresso ou digital.

A questão 31 perguntava: “A biblioteca está fazendo algum planejamento/tratativa no sentido de oferecer acesso a *e-books*?” Dos 13 respondentes que não oferecem livros digitais no acervo da biblioteca, 5 participantes responderam ‘Sim’, ou seja, planejam ou estão tratando da incorporação de livros digitais, 6 responderam ‘Não’ e 2 deixaram em branco. É importante destacar que

Ao pensar a incorporação de *e-books* ao ecossistema das bibliotecas deve-se pesar suas vantagens e desvantagens. A possibilidade de atender às demandas sem as barreiras de tempo e espaço, permitindo a democratização do acesso ao conhecimento, é certamente a grande vantagem desses materiais. (SILVA, 2013, p. 13).

Serra (2013a, documento eletrônico não paginado) avalia que

Os livros eletrônicos estão mudando radicalmente a realidade das bibliotecas e sua inclusão nos acervos deve ser pensada na forma de somar forças com o mercado editorial, garantindo a permanência dos negócios e cumprindo com sua função original de preservação de publicações e acesso ao público.

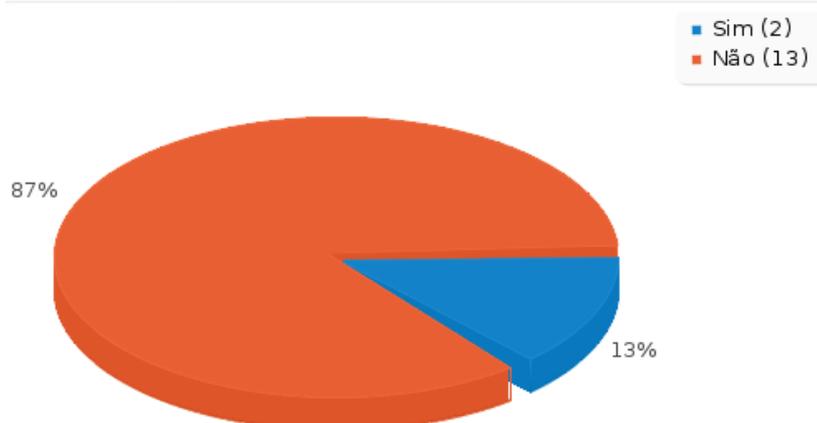
Avaliar o cenário atual e buscar informações a respeito da incorporação de livros digitais com outras bibliotecas, que já vivenciaram o processo de pesquisa e

seleção de editoras, pode contribuir para a tomada de decisões, além de nortear os passos a serem seguidos até a implementação dos *e-books* na instituição.

As questões 26, 27, 34, 35, 41, 42, 46, 47, 48 e 49 foram direcionadas a todos participantes. A questão 26 questionava a disponibilização de acesso a livros digitais que não fazem parte do acervo da biblioteca e as respostas estão destacadas no Gráfico 7.

Gráfico 7: Questão 26

A biblioteca fornece acesso a e-books que não fazem parte de seu acervo?		
Resposta	Contagem	Porcentagem
Sim (A1)	2	13.33%
Não (A2)	13	86.67%
Sem resposta	0	0.00%



Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

A intenção dessa questão foi saber se a biblioteca direcionava seus usuários a outros *sites* contendo *e-books*. Os resultados apontam que apenas duas bibliotecas realizam este direcionamento, portanto as outras 13 bibliotecas não oferecem este serviço. Este resultado é bastante intrigante, visto que existem muitos *sites* que disponibilizam livros digitais em domínio público, como o Portal Domínio Público, Google Books, Livro Aberto do Ibict, Scielo Livros, Fundação Biblioteca Nacional, entre outros. É possível supor que a ausência deste serviço pode ser motivada até mesmo pela falta de interesse dos próprios bibliotecários.

Em relação à questão aberta nº 27 que perguntava sobre a forma de acesso aos *e-books* que não fazem parte do acervo da biblioteca os participantes manifestaram-se com as colocações relacionadas a seguir:

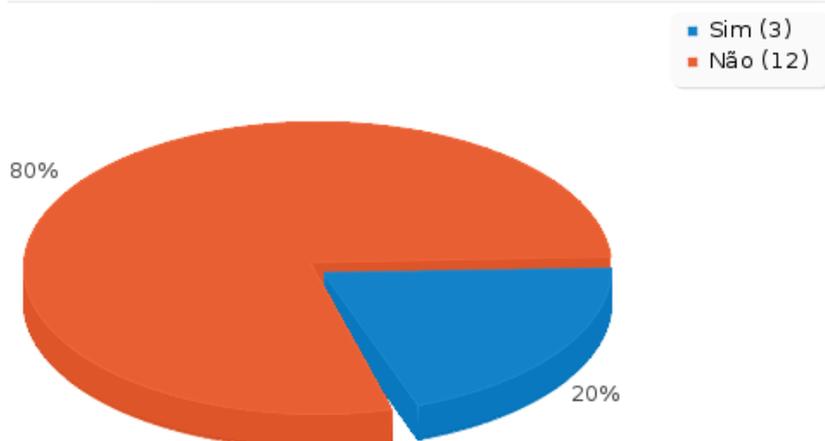
- 1) “A Biblioteca lista em seu site links de páginas (Domínio Público, Projeto Gutenberg, etc) nas quais é possível acessar *e-books* gratuitamente.”
- 2) “Portal CAPES, Portal Scielo, Portal Domínio Público.”

Além dos portais e páginas da web citados pelos bibliotecários existem outros em domínio público que a biblioteca pode ofertar aos usuários e que pode se tornar um diferencial para a instituição.

Quanto à existência de Política de Desenvolvimento de Coleções aplicada ao livro digital (Questão 34), apenas três bibliotecas já incluíram *e-books* na Política de Desenvolvimento de Coleções da instituição (Gráfico 8), sendo que duas delas são as bibliotecas que já oferecem livros digitais aos usuários.

Gráfico 8: Questão 34

Existe política de desenvolvimento de coleções aplicada ao livro digital?		
Resposta	Contagem	Porcentagem
Sim (A1)	3	20.00%
Não (A2)	12	80.00%
Sem resposta	0	0.00%



Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

É interessante saber o porquê da biblioteca ainda não ter incluído os livros digitais em sua política de desenvolvimento de coleções, para isso questionou-se (Questão 35) os 12 bibliotecários que responderam ‘Não’ a questão 34. As respostas foram diversas e estão listadas a seguir:

- 1) “Porque não existe nenhuma política de aquisição.”
- 2) “Não sei responder.”
- 3) “Por falta de conhecimento e pela Biblioteca não possuir *e-books*.”

- 4) “Não foi pensado ainda.”
- 5) “Porque ainda não adquirimos esse tipo de material.”
- 6) “Não existe uma política formalizada ainda, mas estão sendo feitos esforços no sentido de se colocar os critérios de seleção, aquisição e processamento de e-books na política vigente.”
- 7) “Não pensamos a respeito.”
- 8) “Está fase de elaboração uma política de desenvolvimento de acervos que inclui o livro digital.”
- 9) “Basicamente pelas restrições atualmente impostas pelas editoras, que praticamente eliminam as vantagens do texto digital. Além disso, a comercialização é priorizada para pessoas físicas, dificultando a aquisição por uma biblioteca do setor público.”
- 10) “Porque não há interesse dos usuários e por consequência, da instituição.”
- 11) “Não pensamos a respeito, mas é uma boa ideia.”
- 12) “Não existe verba disponível para aquisição.”

Silva (2013, p. 15) menciona: “[...] é pela perspectiva dos usuários que as bibliotecas devem definir sua política a respeito do desenvolvimento de coleções digitais”. Nesse sentido, essa é uma oportunidade de ampliar as coleções da biblioteca e os serviços oferecidos e deve começar pela inclusão dos livros digitais na Política de Desenvolvimento de Coleções.

As seguintes respostas: “Não pensamos a respeito”, “Não existe verba disponível para aquisição”, “Não há interesse dos usuários e por consequência, da instituição” são antagônicas no que tange a competência profissional do bibliotecário, visto que, esses profissionais têm qualificação profissional para justificar a incorporação de livros digitais e, até mesmo, para criar a demanda nos usuários, caso ainda não exista. Contudo, de fato a incorporação de livros digitais é um desafio aos bibliotecários e “O desenvolvimento de coleções digitais, especialmente a aquisição de *e-books* comerciais, é um desafio que se impõe aos bibliotecários, uma vez que estes materiais têm mais restrições em seus modelos de negócio que os livros impressos.” (SILVA, 2013, p. 3).

Quanto à oferta de aparelhos leitores para empréstimo (Questão 41 e 42), algo muito recorrente em bibliotecas do exterior (KROSKI, 2013), nenhum participante desta pesquisa apontou estar realizando ou ter pretensão de oferecer aos usuários.

Na questão 46 (A biblioteca oferece instrumentos/ferramentas para alfabetizar o usuário no uso de equipamentos e acesso à leitura digital?) apenas duas bibliotecas apontaram ofertar serviço de alfabetização digital aos usuários. Caregnato (2000, p. 49) discorre a respeito dos termos utilizados na literatura para

indicar o que atualmente denomina-se de alfabetização informacional, que surgiu a partir de uma mudança terminológica da área.

Expressões como treinamento de usuários, instrução de usuários, instrução bibliográfica, educação de usuários e desenvolvimento de habilidades informacionais são usados na literatura especializada e na prática profissional de uma forma quase indiscriminada.

Pontes Junior (2009, p. 21) comenta que

[...] o usuário primeiro necessita ser alfabetizado digitalmente (aprendendo comandos básicos, noções sobre softwares, acesso à Internet) podendo o processo de inclusão ocorrer posteriormente, desde que o sujeito tenha as condições mínimas para utilização de um computador dentro e fora de telecentros, e possa colocar em prática seu aprendizado na vida diária, profissional e nos estudos.

Em relação aos instrumentos utilizados por essas bibliotecas para alfabetizar os usuários (Questão 47) as respostas foram as seguintes (Gráfico 9):



Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

Nessa questão um dos respondentes acrescentou na opção 'Outros': "Tutoriais na forma de vídeos, com um canal exclusivo no YouTube.". Observa-se o uso inteligente das mídias digitais realizado por essa biblioteca e que deve ser seguido como modelo por outras instituições, pois poupa tempo do usuário em

deslocamento para treinamentos e ainda centraliza todas as informações gratuitamente num mesmo local na Internet, poupando também o tempo do bibliotecário.

Os 13 participantes que responderam 'Não', ou seja, não oferecem nenhum tipo de treinamento aos usuários no que diz respeito às tecnologias informacionais foram questionados sobre o motivo (Questão 48). Dos 13 participantes, dois deixaram a questão em branco e 11 responderam o que segue:

- 1) "Por falta dos instrumentos necessários."
- 2) "Não podemos oferecer esse tipo de serviço, já que não temos e-books. O que vamos tentar é introduzir, aos poucos (através de notícias e artigos interessantes), a questão do livro digital."
- 3) "Falta de material."
- 4) "Por que ainda não oferecemos nenhum serviço que exija essa competência."
- 5) "Esta é uma biblioteca de uma Corte de Justiça, os usuários, no geral, são bem atualizados nos meio virtuais. Por exemplo, se assinam bibliotecas digitais e os usuários usam sem problemas."
- 6) "A equipe precisa aprender a mexer primeiro."
- 7) "Porque ainda não oferece este material."
- 8) "Porque não temos e-books no nosso acervo. Existem orientações para acesso a artigos digitais em periódicos eletrônicos, estes sim assinados pela biblioteca."
- 9) "Porque não interesse por parte do usuário e da instituição."
- 10) "Precisamos nos capacitar primeiro."
- 11) "Não existe verba disponível para aquisição."

Bernardi e Barros (2008, documento eletrônico não paginado) apontam que:

Há décadas atrás, falava-se em educação do usuário, pela qual o profissional da informação – o educador – seria a pessoa mais indicada para, no recinto da biblioteca, do arquivo ou do museu, orientar esse usuário a usufruir melhor do que lá era oferecido/disponibilizado em termos de suportes, formas e conteúdos de leitura, com ênfase em textos gráficos.

Atualmente, o treinamento de usuários ou alfabetização informacional nas novas tecnologias como *tablets* e *e-readers* precisa ser implementado pelas bibliotecas que oferecem esse produto. Porém, aquelas que não oferecem o produto também podem oferecer treinamento virtual, visto que pode ser um diferencial para a biblioteca. Caregnato aponta que já no ano 2000 "Várias bibliotecas, particularmente as acadêmicas, estão oferecendo novas oportunidades de aprendizado de habilidades informacionais através da Internet." (2000, p. 52). Portanto, uma

alternativa seria a biblioteca oferecer treinamento pela *internet* remetendo a *sites* com tutoriais que ensinem a utilização dos aparelhos leitores.

A instituição biblioteca assim como seus colaboradores não deve supor que os usuários não precisam de determinados serviços, muito pelo contrário, o papel da biblioteca é investigar as demandas informacionais de seus usuários e prestar serviços de qualidade para que esses utilizem os produtos da biblioteca com satisfação máxima. Para tanto a competência informacional da equipe da biblioteca é fundamental, para que a biblioteca atinja excelência em seus serviços.

Finalizando o questionário, a última questão dava a oportunidade aos participantes de responderem livremente, comentarem algo sobre o tema ou sobre o questionário aplicado. Dos 15 participantes da pesquisa, nove teceram comentários, que estão relacionados a seguir:

- 1) “Parabéns pela temática escolhida. Interessante, pouco explorada e extremamente útil.”
- 2) “A Biblioteca pretende assinar em breve algum consórcio ou biblioteca virtual que disponibilize e-books.”
- 3) “Me parece que não ficou bem claro se o interesse são e-books em formato e-Pub ou pdf, ou livros digitais que podem ser acessados e consultados no ambiente digital do Tribunal. Não fica claro se e-book e livro digital são a mesma coisa ou não.”
- 4) “Esta biblioteca atua na área do direito eleitoral, onde ainda não há uma produção significativa de obras doutrinárias no formato de e-books e os periódicos, a maioria são de acesso gratuito e em formato de arquivos eletrônicos disponibilizados na internet. Por esta razão o investimento em equipamento e treinamento nesta área ainda é inadequada, mas a biblioteca está preparando-se para trabalhar, na medida do possível, em razão do mercado, com este tipo de material.”
- 5) “Segue abaixo algumas dificuldades já enfrentadas para aquisição e disponibilização de e-books nesta Biblioteca: - acesso restrito a um ou poucos equipamentos, limitando os acessos simultâneos que o texto digital permite. Isso também faz com que o e-book tenha desvantagem em relação ao livro de papel na questão dos empréstimos. - questão da propriedade: nº limitado de downloads, possibilitando que a partir de determinado momento se perca o acesso ao livro adquirido, ao passo que o livro em papel é propriedade da instituição. - perfil de comercialização voltado para pessoas físicas. - dificuldade na aquisição, pois algumas editoras/livrarias só possibilitam pagamento por cartão de crédito.”
- 6) “Acredito que o livro digital ainda tem muito caminho a percorrer. Há uma cultura voltada ao papel que é difícil de quebrar. Mesmo para artigos de periódicos há essa dificuldade. Pelo menos é que vivenciamos na nossa biblioteca. Quem sabe a próxima geração de leitores seja mais aberta com relação à este suporte?!”
- 7) “Pesquisa muito pertinente. Nos motivou a avançar na oferta dos ebooks.”
- 8) “Juliani, Te desejo boa sorte na sua pesquisa e que consigas otimizar seu trabalho acadêmico através desta. Sei que não consegui te ajudar, mas estou à disposição para qualquer outro tipo de pesquisa, desde de tenha conhecimento e pertinência no assunto.”
- 9) “As editoras nacionais ainda não sabem como será o futuro e estão colocando inúmeros entraves na questão do livro digital. Há mercado para ambos, tanto o livro

físico como o digital. Há editoras quando disponibilizam o livro digital, há tanto entrave que realmente fica difícil querer assinar os e-books destas editoras, o que acaba nos afugentando das mesmas, em busca de outras editoras. Não há mais volta, iremos conviver com estes 2 suportes, Chartier em uma das suas obras, informa que a revolução e-book é maior proporcionada nos livros desde a invenção de Gutenberg.”

Concluindo esta análise e crítica dos dados, entende-se importante comentar que na elaboração das questões do instrumento de coleta buscou-se exaustivamente a clareza das perguntas e das alternativas de respostas, além da clareza do idioma. Diversos respondentes destacaram a importância e a relevância desta pesquisa devido a sua inovação e atualidade, manifestando, inclusive, o desejo de incorporar livros digitais ao acervo, após a participação na mesma. Alguns participantes aproveitaram para expandir temas pouco explorados no questionário ou que não foram aprofundados, além de justificar a inexistência de oferta de livros digitais na instituição. As dificuldades de aquisição, a questão da posse do livro e as negociações com as editoras também foram pontos levantados, de modo que se pode compreender como uma preocupação dos bibliotecários gestores.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tecnologias de informação estão alterando a rotina da sociedade e, conseqüentemente, o cotidiano das bibliotecas que precisam estar atualizadas e preparadas para receber os usuários que tem necessidades informacionais e demandas diferentes das existentes há 10 ou 15 anos atrás. A biblioteca precisa estar atenta a essas mudanças e os bibliotecários devem estar preparados para perceber as novas exigências dos usuários.

Como motivação deste estudo teve-se a curiosidade de investigar se as bibliotecas estão incorporando livros digitais em seus acervos e/ou se estão caminhando para que isto ocorra, além de entender a postura dos bibliotecários gestores das bibliotecas jurídicas governamentais e de IES do Rio Grande do Sul e sua relação com as editoras que comercializam este tipo de livro. Através do levantamento de literatura e da pesquisa em *sites* foi possível compreender a história do livro digital dentro do contexto da sociedade da informação e seus novos serviços. Além disso, o referencial teórico possibilitou observar a usabilidade e a interoperabilidade dos *e-readers* e formatos existentes, vantagens e desvantagens do livro digital, incluindo as tecnologias recentes, e neste ambiente buscar contextualizar o leitor.

A pesquisa realizada em *sites* de editoras e notícias relacionadas ao mercado editorial permitiu a observação da realidade de países de primeiro mundo em comparação com a brasileira. O Brasil segue os passos dos países desenvolvidos no que diz respeito aos *e-books*, mas esses passos são lentos e por vezes cambaleantes, visto que as editoras brasileiras apresentam-se receosas neste novo mercado. O preço do livro digital não se mostra vantajoso aos usuários individuais que permanecem preferindo o livro tradicional. Para as bibliotecas existem alguns modelos de negócios estabelecidos pelas editoras, agregadores e fornecedores.

As questões relacionadas ao direito autoral são polêmicas. A posse do livro deixa de existir para dar lugar a licenças de uso que ainda são estranhas tanto para leitores quanto para bibliotecários. O medo do aumento descontrolado da pirataria em meio virtual causa o crescimento de medidas de proteção e restrição de uso por parte das editoras que, em alguns casos, preferem não negociar com bibliotecas.

Neste interim, estão as bibliotecas que precisam adaptar-se as tecnologias emergentes de forma a atrair a atenção do leitor com serviços e produtos de seu interesse. Para que isso ocorra de forma satisfatória e sem prejuízos para a instituição, os bibliotecários devem inteirar-se dos modelos de negócios existentes para a prestação desse serviço pela biblioteca. O diagnóstico da instituição e o planejamento são ferramentas fundamentais neste processo, pois o diagnóstico mostrará se a biblioteca e a instituição possuem recursos necessários para a incorporação do livro digital e o planejamento irá nortear todos os processos até a implementação do serviço.

Para descobrir se o livro digital esta sendo incorporado nas bibliotecas jurídicas gaúchas optou-se por realizar esta investigação. A pesquisa mostrou que o empréstimo de livros digitais é uma prática pouco utilizada nas bibliotecas pesquisadas, mas existe, pois as bibliotecas estão incorporando livros digitais aos acervos. As bibliotecas que, hoje, oferecem *e-books* estão vinculadas a instituições de ensino superior e realizam a aquisição através de assinatura – forma similar a aquisição de periódicos – e os empréstimos são viabilizados através de portais das editoras, agregadores ou fornecedores.

Os resultados do estudo mostrou que as bibliotecas estão incorporando livros digitais de forma lenta e gradual. Percebe-se que as dificuldades de sua incorporação ocorrem pelo desconhecimento dos profissionais e a ausência de experiências pessoais com esse suporte, pela falta de recursos financeiros e de pessoal capacitado, pelas dificuldades de aquisição devido aos inúmeros modelos de negócios existentes e as restrições impostas por editoras às bibliotecas.

Por outro lado, o desenvolvimento de coleções voltado ao livro digital ainda se mostra pouco explorado pelos bibliotecários, apesar de ser uma ferramenta muito útil para nortear os processos de seleção, aquisição e descarte de *e-books* na biblioteca.

A competência informacional dos bibliotecários é outro aspecto do qual os bibliotecários precisam estar atentos e preparados, pois se o profissional tiver conhecimento dos serviços e produtos que pode oferecer aos usuários conseguirá tornar a biblioteca um local mais atraente ao público.

Ao final desse estudo considera-se que se atingiu o objetivo geral - Investigar o panorama de bibliotecas jurídicas no estado do Rio Grande do Sul, no que diz

respeito à aquisição, ao empréstimo e à disseminação de *e-books*, bem como a relação destas bibliotecas com as editoras que fornecem estes *e-books* - através do atingimento dos demais objetivos específicos.

Diante do exposto, observa-se que, para que algumas mudanças aconteçam, serão necessárias atitudes conjuntas de autoridades e governos, empresas e editoras e também de leitores. Dessa forma, será possível acreditar que, no futuro, existirá acesso a essas tecnologias e que existirão políticas que subsidiarão o acesso indiscriminado à informação.

Como sugestões para futuros trabalhos e complementação desta investigação relatam-se as seguintes:

a) a ampliação de pesquisa sobre a incorporação do livro digital nas bibliotecas públicas, escolares, universitárias em diferentes áreas do conhecimento e especializadas, de todo o País, a fim de se obter um panorama da realidade brasileira no que diz respeito à oferta de livros eletrônicos nas bibliotecas;

b) que os bibliotecários desenvolvam projetos de captação de recursos a fim de conseguir verbas para incorporação de *e-books* em sua unidade de informação, com o objetivo de buscar recursos financeiros para aquisição de livros digitais;

c) que seja incorporado o livro digital à Política de Desenvolvimento de Coleções, visto que ele é um documento indispensável em qualquer biblioteca, independente do tipo de instituição e seus fins;

d) que os profissionais bibliotecários busquem informações e se aprofundem no tema em questão, tornando-se aptos aos novos desafios da Era Digital.

REFERÊNCIAS

- ALONSO ARÉVALO, J.; CORDÓN GARCÍA, J. J. El Libro Electrónico en el Ecosistema de Información. *Ciencias de la Información*, v. 41, n. 2, p. 58-68, 2010. Disponível em: <<http://cinfo.idict.cu/cinfo/article/view/33/32>>. Acesso em: 24 set. 2013.
- AMORIM NETO, M. R.; MENEZES, L. M. G. F. C. O Livro Eletrônico nas Práticas Biblioteconômicas: experiência na Biblioteca Central da UNIRIO. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. *Anais ...* Maceió: FEBAB, 2011. 1 CD-ROM.
- ANDERSON, C. *A Cauda Longa: do mercado de massa para o mercado de nicho*. Rio de Janeiro: Campus, 2006.
- ARANALDE, M. M. A Questão Ética na Atuação do Profissional Bibliotecário. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 337-368, jul./dez. 2005. Disponível em: <seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/124/82>. Acesso em: 24 set. 2013.
- AREAS, P. O. Propriedade Intelectual e Computação em Nuvens (Cloud Computing): aspectos do contrato de licença de uso do software como serviço (software as a servisse – SAAS). In: WACHOWICZ, M. (Org.). *Propriedade Intelectual e Internet: volume II*. Curitiba: Juruá, 2011. p. 267-286.
- ASSIS E SAMGREGUIO, M. *Ebooks e Grids Adaptativas*. [S.l.: s.n.], 2011. Disponível em: <http://www.slideshare.net/mariliassis01/ebooks-8176644?src=related_normal&rel=6554214>. Acesso em: 19 out. 2012.
- AULETE, F. J. C.; VALENTE, A. L. S. *Aulete Digital: dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexicon, [20--?].
- BATISTA, T. C.; AVELAR, H. A Informação Jurídica e seus Desdobramentos: a experiência de implantação de uma biblioteca especializada em um escritório de advocacia. In: ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO - REGIÃO SUL, 14., 2012, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: EREBD, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/gYOWs>>. Acesso em: 24 maio 2013.
- BBC BRASIL. *Empréstimo de Livros Digitais opõe Bibliotecas e Editoras*. São Paulo: BBC Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/01/130122_bibliotecas_3_ebooks_pai.shtml>. Acesso em: 22 maio 2013.
- BEIGUELMAN, G. *O Livro depois do Livro*. São Paulo: Peirópolis, 2003.
- BENÍCIO, C. D.; SILVA, A. K. A. Do Livro Impresso ao E-book: o paradigma do suporte na Biblioteca Eletrônica. *Biblioline*, v. 1, n. 2, 2005.
- BERNARDI, M.; BARROS, M. H. T. C. *Alfabetização Informacional*. [S.l.]: OFAJ, 2008. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=402>. Acesso em: 26 set. 2013.

BLATTMANN, U.; FACHIN, G. R. B.; RADOS, G. J. V. Bibliotecário na Posição do Arquiteto da Informação em Ambiente web. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2000, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: CED, 2000. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/~ursula/papers/arquinfo.html>>. Acesso em: 20 set. 2013.

BLOG GUIA DAS TECNOLOGIAS: novidades do mundo das tecnologias. Samsung Galaxy Tab: (GT-P1000): Android 2.2, ecrã táctil de 7' e processador a 1 GHz. [S.l.: s.n.], 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/hzcyZH>>. Acesso em: 03 nov. 2012.

BLOG REVOLUÇÃO EBOOK. *Estamos de olho: o preço dos e-books no Brasil*. [S.l.]: Blog Revolução eBook, 2012. Disponível em: <<http://revolucaoebook.com.br/preco-ebooks-brasil/>>. Acesso em: 22 set. 2012.

BLOG VIDA DIGITAL. *Biblioteca Digital do Google sofre derrota na Justiça: magistrado rejeita acordo que mantinha no ar milhões de obras*. São Paulo: Grupo Abril, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/b1a189>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

BLUE, E. *Personal Memex*. [S.l.]: Eric Blues' Blog, 2012. Disponível em: <<http://eric-blue.com/my-projects/personal-memex/>>. Acesso em: 19 out. 2012.

BOENTE, A.; BRAGA, G. Metodologia Científica Contemporânea: para universitários e pesquisadores. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.

BRANCO, S. *O Domínio Público no Direito Autoral Brasileiro: uma obra em domínio público*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

BRASIL. *Constituição Federal (1988)*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 fev. 2012.

BRASIL. *Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998*. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9610.htm>. Acesso em: 14 dez. 2012.

BRESSANE, J. M.; CUNHA, M. V. A Profissão de Bibliotecário: competências demandadas por um mercado em transformação. *Rev. Interam. Bibliot. Medellín*, Colombia, v. 34, n. 3, p. 329-333, 2011. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/17062/1/10848.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2013.

BUSH, V. As We May Think. *Atlantic Monthly*, v. 176, n. 1, p. 101-108, jul. 1945. Disponível em: <<http://www.uff.br/ppgci/editais/bushmaythink.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2012.

BUSTILLO, M. Texas será Pioneiro em Biblioteca Pública sem Livros. *The Wall Street Journal*, fev. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/ok21ak>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

CABRAL, P. *A Lei de Direitos Autorais: comentários*. 5. ed. São Paulo: Riddel, 2009.

CALDAS, C. Livro Digital tenta conquistar Mercado no Brasil. *Zero Hora*, Porto Alegre, jan. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/XGNWIF>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

CARDOSO, C. *Leitor de Ebooks de R\$26,00?: eu quero!* [S.l.]: Meio Bit, 2013. Disponível em: <<http://meiobit.com/114151/leitor-de-ebooks-de-r2600-eu-queiro/>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

CAREGNATO, S. E. O Desenvolvimento de Habilidades Informacionais: o papael das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. *Revista de Biblioteconomia & Comunicação*, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, jan./dez. 2000. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/11663/1/artigoRBC.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2013.

CARRIÈRE, J. C.; ECO, U. *Não Contem com o Fim do Livro*. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2010.

CASTRO, F. F.; SANTOS, P. L. V. A. C. Bibliotecas Digitais: aspectos no âmbito da representação e padronização de recursos informacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 10., 2009, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: Ideia, 2009. p. 436-456.

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO. *TIC domicílios e usuários 2011: total Brasil: uso da internet*. [S.l.]: CETIC.BR, 2012. Disponível em: <<http://www.cetic.br/usuarios/tic/2011-total-brasil/rel-int-02.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2012.

CHARTIER, R. *A Aventura do Livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Ed. Unesp; Imprensa Oficial, 1998.

CHARTIER, R. *Hábito de Ler está Além dos Livros, diz um dos Maiores Especialistas em Leitura do Mundo*. São Paulo: Estadão, 2012. Entrevista concedida a Agência Brasil. Disponível em: <<http://goo.gl/vKR8pz>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

CIOTTI, F.; RONCAGLIA, G. *Il Mondo Digitale: introduzione ai nuovi media*. Roma-Bari: Laterza, 2002.

COELHO, C. D. O Novo Perfil do Profissional Bibliotecário diante das Transformações Sociais e Tecnologias. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO, E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 33., 2010, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: ENEBD, 2010. Disponível em: <<http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/article/viewFile/52/63>>. Acesso em: 21 set. 2013.

CONDE, M. G.; MESQUITA, I. C. A. A Evolução Gráfica do Livro e o Surgimento dos E-books. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 10., 2008, São Luis. *Anais...* São Luis: INTERCOM, 2008. Disponível

em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0645-1.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

COZER, R. Catálogo Digital das Editoras mais que Dobrou em 2012. *Folha de São Paulo*, São Paulo, dez. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1206351-catalogo-digital-de-editoras-mais-que-dobrou-em-2012.shtml>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

CREATIVE COMMONS BRASIL. *As Licenças*. [S.l.]: CC, [201-?]. Disponível em: <<http://creativecommons.org.br/as-licencas/>>. Acesso em: 29 jan. 2013.

CRUTCHER, P. *BEA 2013: e-book-lending ist gut für autoren?* [S.l.]: PW, 2013. Disponível em: <<http://www.publishersweekly.com/pw/by-topic/industry-news/bea/article/57603-bea-2013-is-e-book-lending-good-for-authors.html>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília, DF: Brique de Lemos, 2008.

DALAKOV, G. The Dynabook of Alan Kay. In: _____. *Históy of Computers: hardware, software, internet*. [S.l.: s.n.], 2012. Disponível em: <<http://history-computer.com/ModernComputer/Personal/Dynabook.html>>. Acesso em: 28 out. 2012.

DATABASE PUBLISHING CONSULTANTS. *E-books: how far have we come?* New York: DPCI, 2011. Disponível em: <<http://www.databasepublish.com/blog/e-books-how-far-have-we-come>>. Acesso em: 26 out. 2012.

DIGITAL LIBRARY FEDERATION. *A Working Definition of Digital Library*. [S.l.]: DLF, 1998.

DZIEKANIAK, G. V. *et al.* Considerações sobre o E-book: do hipertexto à preservação digital. *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, v. 24, n. 2, p. 83-99, 2010.

EKNIHY: úvodní informace. [Praga: s.n.], 2011. Disponível em: <<http://www.bokka.cz/?m=200111>>. Acesso em: 29 out. 2012.

ESTADÃO. *E-book: dezembro digital*. São Paulo: Estadão, 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/artelazer,babel,980666,0.htm>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

EXTRALIBRIS. *E-boos para Bibliotecas: uma introdução ao universo dos livros eletrônicos*. [S.l.]: ExtraLibris, 2013. Disponível em: <<http://extralibris.org/course/e-books-para-bibliotecas-uma-introducao-ao-universo-dos-livros-eletronicos/>>. Acesso em: 08 jun. 2013.

FERREIRA, C. *O que é DRM e por que isso te Interessa?* [S.l.]: Vida sem Papel, 2013. Disponível em: <<http://www.vidasempapel.com.br/drm/>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. Kindle Começa a ser Vendido On-line: lojas venderão a partir de quinta-feira. *Folha de São Paulo*, São Paulo, dez. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/tec/1203306-kindle-comeca-a-ser-vendido-on-line-lojas-venderao-a-partir-de-quinta.shtml>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

FRAGOSO, J. H. R. *Direito de Autor e Copyright: fundamentos históricos e sociológicos*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

FREITAS, E. *Vender eBooks sem DRM funciona, afinal*. [S.l.]: Blog Revolução eBook, 2013. Disponível em: <<http://revolucaoebook.com.br/vender-ebooks-sem-drm-funciona-mas-dentro-contexto/>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

FROZIN, R. A. M.; MEDEIROS, H. G.; WACHOWICZ, M. Abandonware, Domínio Público e Patrimônio Cultural Digital de Jogos Eletrônicos. In: WACHOWICZ, M. (Org.). *Propriedade intelectual e internet: volume II*. Curitiba: Juruá, 2011. p.137-160.

GAMA RAMÍREZ, M. *El Libro Electrónico em Universidade: testimonios y reflexiones*. México: Colégio Nacional de Bibliotecários; Buenos Aires: Alfagrama, 2006.

GANDELMAN, H. *De Gutenberg à Internet: direitos autorais na era digital*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GONÇALVES, M. R.; SANTOS, V. S. A Biblioteca Jurídica como Fonte de Conhecimento Decisório. *CRB-8 Digital*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 4-11, set. 2009. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/2/2>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

GONZÁLES BARAHONA, J. M. *et al. Copyleft: manual de uso*. [S.l.]: Blog Software Livre na Educação, 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/soft-livre-edu/arquivos/copyleft-manual-de-uso-pt-br.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

GRIGSON, A. An Introduction to E-book Business Models and Suppliers. In: PRICE, K.; HAVERGAL, V. *E-books in libraries*. London: Facet, 2011. p. 19-36.

HADDAD, F. *Missão*. Brasília, DF: Portal Domínio Público, [200-?]. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/Missao/Missao.jsp>>. Acesso em: 22 maio 2013.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Retratos da Leitura do Brasil*. 3. ed. São Paulo: IPL, 2012. Disponível em: <http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834_10.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2013.

JORENTE, M. J. V.; SANTOS, P. L. V. A. C. Mídias de Pós-vanguarda, Direito de Autor, Cultura Livre e Produtos de Criação Contemporânea. In: GUIMARÃES, J. A. C.; FERNANDES MOLINA, J. C. (Org.) *Aspectos jurídicos e éticos da informação digital*. Marília: Fundepe; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 112-131.

KUNZE, B. *Chegou a Hora dos iPods de Livros?* [S.l.]: Blog Garota Sem Fio, 2009. Disponível em: <<http://www.garotasemfio.com.br/blog/2009/10/28/chegou-a-hora-dos-ipods-de-livros/#more-2615>>. Acesso em: 03 nov. 2012.

KRETSCHMANN, A. O Acesso à Cultura e o Monopólio de Obras Intelectuais: onde está o bem público?: e para onde vai o direito autoral? In: WACHOWICZ, M. (Org.). *Propriedade intelectual e internet: volume II*. Curitiba: Juruá, 2011. p. 223-246.

KROSKI, E. *As 6 Bibliotecas sem Livros dos EUA*. [S.l.]: Monitoria Científica FaBCI-FESPSP, 2013. Disponível em: <<http://monitoriafabci.blogspot.com.br/2013/04/bibliotecas-sem-livros-avancamos.html>>. Acesso em: 25 set. 2013.

LEMOS, R. *Licenças Públicas Gerais: Creative Commons*. [S.l.: s.n.], 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/T2x5eK>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

LISBOA, R. S. *Contratos Difusos e Coletivos: a função do contrato social*. São Paulo: Saraiva, 2012.

LIVRARIA SARAIVA. *Publique-se*. [S.l.]: Livraria Saraiva, 2013. Disponível em: <<http://www.livrariasaraiva.com.br/publique-se/>>. Acesso em: 28 maio 2013.

MACHADO, A. I. *Atualização de Conteúdos de Livros Eletrônicos no Brasil: atitudes do mercado editorial brasileiro*. 2013. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/RPYohC>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

MAGALHÃES, C. S. S.; CERÁVOLO, S. M. Coleções de Livros Eletrônicos e as Bibliotecas das Universidades Públicas no Brasil. In: CONFERENCIA INTERNACIONAL ACCESO ABIERTO, COMUNICACIÓN CIENTÍFICA Y PRESERVACIÓN DIGITAL, 2012. *Anais...* Barranquilla: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://eventos.uninorte.edu.co/index.php/biredial/biredial2012/paper/viewFile/348/2>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

MELLO JUNIOR, J. *Do Códex ao E-book: metamorfoses do livro na era da informação*. 2006. 424 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação)- Programa de Pós de Graduação em Comunicação, Universidade Paulista, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp011215.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2012.

MELO, E. *Livraria Saraiva estreia Serviço de Auto-publicação de Ebooks*. [S.l.]: Blog Revolução eBook, 2013. Disponível em: <<http://revolucaoebook.com.br/livraria-saraiva-estreia-servico-auto-publicacao-ebooks-publique/>>. Acesso em: 28 maio 2013.

MEYER, C. F.; PÍMENTA, E. S. A Obra Intelectual e a Internet. In: WACHOWICZ, M. (Org.). *Propriedade Intelectual e Internet: volume II*. Curitiba: Juruá, 2011. p. 161-174.

MOBILITY & EMAIL BLOG. *Sony Reader for Ebooks*. [S.l.]: Softcom Inc., 2006. Disponível em: <<http://mail2web.com/blog/2006/09/sony-reader-for-ebooks/>>. Acesso em: 01 nov. 2012.

MOREIRA, E. H. *Indexação nas Bibliotecas Jurídicas de Florianópolis: participantes do grupo de informação e documentação jurídica de Santa Catarina*

(GIDJ/SC). 2012. 55 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia)- Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/mdhbiC>>. Acesso em: 24 maio 2013.

MORENO, E. A. et al. A Formação Continuada dos Profissionais Bibliotecários: análise do conteúdo dos sites das entidades de classe. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/494/638>>. Acesso em: 24 set. 2013.

PADRINI, M. *Apple Comunica Oficialmente o Lançamento do iPad no Brasil*. [S.l.]: Blog Music Apps, 2010. Disponível em: <<http://musicapps.com.br/2010/11/apple-comunica-oficialmente-o-lancamento-do-ipad-no-brasil/>>. Acesso em: 03 nov. 2012.

PAIVA, A. P. M. *A Aventura do Livro Experimental*. São Paulo: EDUSP, 2010.

PASSOS, E.; BARROS, L. V. *Fontes de Informação para Pesquisa em Direito*. Brasília, DF: Brique de Lemos, 2009.

PINHEIRO, C. *Aplicações para Ebooks*. [S.l.]: Ler Ebooks, [201-?]. Disponível em: <<http://lerebooks.wordpress.com/aplicacoes-para-ebooks/>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

_____. *Dicionário do E-book*. [S.l.]: Ler Ebooks, 2011. Disponível em: <<http://lerebooks.files.wordpress.com/2011/12/diccionc3a1rio-do-ebook.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2012.

_____. *Hachette Aumenta os Preços dos E-books para Bibliotecas*. [S.l.]: Ler Ebooks, 2012. Disponível em: <<http://lerebooks.wordpress.com/2012/09/14/hachette-aumenta-os-precos-dos-ebooks-para-bibliotecas/>>. Acesso em: 22 maio 2013.

PIRES, A. *E-readers à Base de Energia Solar*. [S.l.]: Blog Revolução eBook, 2012. Disponível em: <<http://revolucaoebook.com.br/ereaders-base-energia-solar/>>. Acesso em: 03 nov. 2012.

PIZARRO, L. *As Bibliotecas Diante dos Ebooks: muitas perguntas*. [S.l.]: Blog Revolução eBook, 2012. Disponível em: <<http://revolucaoebook.com.br/bibliotecas-diante-dos-ebooks-muitas-perguntas/>>. Acesso em: 22 maio 2013.

PONTES JUNIOR, J. *Alfabetização Digital: proposição de parâmetros metodológicos para capacitação em competência informacional*. 2008. 151f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/2/TDE-2009-07-15T064359Z-1518/Publico/Joao%20de%20Pontes%20Junior.pdf>. Acesso em: 25 set. 2013.

PROCÓPIO, E. *O Direito Autoral na Era do Livro Digital*. [S.l.]: Blog Revolução eBook, 2013. Disponível em: <<http://revolucaoebook.com.br/direito-autoral-era-livro-digital/>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

_____. *O Livro na Era Digital: o mercado editorial e as mídias digitais*. São Paulo: Giz Editorial, 2010.

PRODHAN, G. *Google quer Digitalizar 250 mil Livros da British Library*. São Paulo: Exame, 2011. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/google-quer-digitalizar-250-mil-livros-da-british-library>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

PROJETO GUTENBERG. *Site*. [S.l.: s.n.], 2012. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/wiki/PT_Principal>. Acesso em: 25 out. 2012.

PUBLIC LIBRARY ONLINE. *Get Started*. [S.l.]: Public Library Online, [200-?]. Disponível em: <<http://publiclibraryonline.wordpress.com/>>. Acesso em: 22 maio 2013.

RAMOS JUNIOR, D. *O que é DRM?: conheça a polêmica tecnologia criada para proteger os direitos autorais, mas engessou os arquivos nos computadores*. Tecmundo, 2009. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/3023-o-que-e-drm-.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

RANGANATHAN, S. R. *As Cinco Leis da Biblioteconomia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

REBÊLO, P. *Entenda a Tecnologia e a Polêmica sobre DRM, a Proteção Anticópias*. [S.l.]: Uol Tecnologia, 2007. Disponível em: <<http://tecnologia.uol.com.br/ultnot/2007/04/03/ult4213u59.jhtm>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

REDE DA MEMÓRIA VIRTUAL BRASILEIRA. *O Projeto Rede da Memória Virtual Brasileira*. Rio de Janeiro: FBN, [20--?]. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/projetos/redememoria/projeto.html>>. Acesso em: 23 maio 2013.

REVOLUÇÃO EBOOK. *Exclusivo: Brasil ultrapassou marca de 25 mil ebooks em português*. [S.l.]: Revolução eBook, 2013. Disponível em: <http://revolucaoebook.com.br/brasil-ultrapassou-marca-25-mil-ebooks-portugues/?fb_ref=recommendations-bar>. Acesso em: 17 jun. 2013.

RIBEIRO, A. B. *Bibliotecas Públicas do Brasil: passado, presente e futuro*. 2008. 212 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia)- Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/I0BY3j>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

ROZADOS, H. B. F. O Bibliotecário Brasileiro e a Formação Continuada: a ação do Conselho Federal de Biblioteconomia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECOLOGIA, 2., 2007, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires: [s.n.], 2007. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/320/1/Congreso_Bibliotecologia.pdf>. Acesso em: 21 set. 2013.

RYDLEWSKI, C. *O Brasil na Rota do Kindle*. São Paulo: Blog Livro Acessível, 2009. Disponível em: <<http://www.livroacessivel.org/brasil-na-rota-do-kindle.php>>. Acesso em: 03 nov. 2012.

SANTOS, M. *Direito Autoral na Era Digital: impactos, controvérsias e possíveis soluções*. São Paulo: Saraiva, 2009.

SARTI, N. *Nova Tecnologia permite Interação entre Autor e Leitor dentro do Ebook*. [S.l.]: Blog Revolução eBook, 2012. Disponível em: <http://revolucaoebook.com.br/nova-tecnologia-permite-interacao-entre-autor-leitor-dentro-ebook/>. Acesso em: 03 nov. 2012.

SERRA, L. G. Empréstimo Digital: como atender editores, bibliotecas e usuários: estudo sobre novos modelos de negócios. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado. *Anais...* Gramado: SNBU, 2013.

_____. *Inclusão de E-books em Bibliotecas: uma discussão necessária*. [S.l.]: Blog Revolução eBook, 2013a. Disponível em: <http://revolucaoebook.com.br/inclusao-ebooks-bibliotecas/>. Acesso em: 23 set. 2013.

_____. *Modelos de Negócios para Bibliotecas: aquisição perpétua & ebooks*. [S.l.]: Blog Revolução eBook, 2013b. Disponível em: <http://revolucaoebook.com.br/modelos-negocios-para-bibliotecas-aquisicao-perpetua-ebooks/>. Acesso em: 23 set. 2013.

SILVA, A. G.; ROLIM, M. L. B. Organização das Fontes de Informação Jurídica na Perspectiva do GIDJ/SP. *CRB-8 Digital*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 27-33, set. 2009. Disponível em: <http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/4/4>. Acesso em: 24 maio 2013.

SILVA, C. M. T. S. C.; ARRUDA, G. M. A Formação do Profissional de Biblioteconomia frente às novas tendências do Mercado Globalizado. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 3, n. 6, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/27/60>. Acesso em: 24 set. 2013.

SILVA, E. L.; CUNHA, M. V. A Formação Profissional no Século XXI: desafio e dilemas. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 31, n. 3, p. 77-82, set./dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n3/a08v31n3.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.

SILVA, R. A. E-books em Bibliotecas: novos desafios para os bibliotecários. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <http://portal.febab.org.br/anais/article/viewFile/1398/1399>. Acesso em: 20 set. 2013.

SILVA, V. F. *O Papel do E-book Reader no Presente e no Futuro das Bibliotecas*. 2011. 120 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia)- Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

TAGIAROLI, G. *Saiba como ler E-books mesmo sem ter um equipamento como o Kindle*. [S.l.]: Uol Tecnologia, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/r9zswZ>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

TAMMARO, A. M.; SALARELLI, A. *A Biblioteca Digital*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

TONNAC, J. P. Prefácio. In: CARRIÈRE, J. C.; ECO, U. *Não Contem com o Fim do Livro*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2010. p. 7-14.

VENTURA, F. *Novo E-paper é como Folha de Papel, mas pode ser reutilizado até 260 vezes*. [S.l.]: Gizmodo, 2011. Disponível em: <<http://www.gizmodo.com.br/novo-e-paper-e-como-folha-de-papel-mas-pode-ser-reutilizado-ate-260-vezes/>>. Acesso em: 03 nov. 2012.

VERGUEIRO, W. *Seleção de Materiais de Informação: princípios e técnicas*. 3. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2010.

VIEGAS, M. S. *Ebook e a Biblioteca Pública: um desafio a favor do usuário*. 2012. 77 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia)- Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000855802&loc=2012&l=037af862c7303915>>. Acesso em: 03 jan. 2013.

VIEIRA, A. *Ebooks*. Santo André: Blog Livros digitais: tecnologia no mundo da leitura, 2011. Disponível em: <<http://sobrelivrosdigitais.wordpress.com/ebook/>>. Acesso em: 29 out. 2012.

WERTHEIN, J. A Sociedade da Informação e seus Desafios. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

ZERO HORA. E-reader de Livraria Brasileira começa a ser vendido nesta terça-feira. *Zero Hora*, Porto Alegre, nov. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/j93xwP>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

ZICKUHR, K. *et al.* Libraries, Patrons and E-books. [S.l.]: Pew Internet, 2012. Disponível em: <<http://libraries.pewinternet.org/2012/06/22/libraries-patrons-and-e-books/>>. Acesso em: 22 maio 2013.

APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA CONVITE À PESQUISA

Prezado (a) Bibliotecário (a),

Sou estudante do curso de Graduação em Biblioteconomia pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e estou desenvolvendo uma pesquisa intitulada “*E-books*, bibliotecas e editoras: um diálogo possível” que visa descobrir de que forma os *e-books* estão sendo incorporados aos acervos das bibliotecas jurídicas governamentais e de instituições de ensino superior no Estado do Rio Grande do Sul e como se dá a relação entre essas bibliotecas e as editoras que fornecem os *e-books*. A pesquisa é orientada pela professora Dra. Helen Beatriz Frota Rozados.

No momento a pesquisa se encontra em fase de coleta de dados e sua colaboração respondendo ao questionário da pesquisa é de extrema importância para o sucesso da mesma. Ressaltamos que essa fase da pesquisa é fundamental para a consecução dos objetivos, que certamente contribuirá com os profissionais da informação no delineamento de diretrizes para a aquisição de *e-books*.

Agradecemos sua disponibilidade em contribuir com nosso estudo. Em agradecimento a sua disponibilidade nos comprometemos a remeter, posteriormente, os resultados obtidos. Salientamos que as informações fornecidas no questionário serão consideradas estritamente confidenciais e os dados coletados serão reservados para uso exclusivo da pesquisa.

Solicitamos que o questionário seja respondido até o dia 02/08/2013 para que possamos dar continuidade a pesquisa. Segue link para o questionário <http://goo.gl/ZU0Mw>.

Atenciosamente,

Juliani Menezes dos Reis

Graduanda em Biblioteconomia

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA

1 Idade:

- até 29 anos
- 30 - 39 anos
- 40 - 49 anos
- 50 - 59 anos
- 60 anos ou mais

2 Sexo:

- Masculino
- Feminino

3 Tempo de serviço como bibliotecário(a):

- até 4 anos e 11 meses
- entre 5 anos e 9 anos e 11 meses
- entre 10 anos e 19 anos e 11 meses
- 20 anos ou mais

4 Assinale sua qualificação profissional mais alta.

- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-doutorado

Comente aqui a área de concentração:

Exemplos: Graduação (Biblioteconomia), Mestrado (Ciências da Informação)

5 Tipo de biblioteca em que atua:

- Jurídica (órgãos públicos)
- Instituição de Ensino Superior

6 Há bibliotecário(s) no setor (biblioteca) que possui(em) curso de qualificação/capacitação relacionado a e-books?

- Sim
- Não

7 Por quê?

Pergunta condicionada a resposta “Não” na questão 6.

- Desinteresse
 - Não encontrou oferta de curso sobre o assunto
 - Cursos com alto custo
 - Falta de incentivo da Instituição em que trabalha
 - Outros
-

8 Qual/quais o(s) curso(s) que o(s) bibliotecário(s) possui(em) que é/são relacionado(s) a e-books?

Pergunta condicionada a resposta “Sim” na questão 6.

9 Quem promoveu (financiou) o curso?

Pergunta condicionada a resposta “Sim” na questão 6.

- Instituição
 - Iniciativa própria
 - Outros
-

10 Você tem conhecimento das editoras que fornecem e-books?

- Sim
- Não

11 Como você teve conhecimento das editoras que fornecem e-books?

Pergunta condicionada a resposta “Sim” na questão 10.

- Eventos
 - Internet / Redes sociais
 - Entidades de classe (associação - conselho - sindicato)
 - Folder / Informativo da editora
 - Indicação de colegas
 - Outros:
-

12 Fez/buscou contato(s) com alguma(s) destas editoras?

Pergunta condicionada a resposta “Sim” na questão 10.

- Sim
- Não

13 Qual/quais a(s) editora(s) você entrou em contato?

Pergunta condicionada a resposta “Sim” na questão 12.

14 Como foi/foram o(s) contato(s)?

Pergunta condicionada a resposta “Sim” na questão 12.

15 Por que não fez contato com a(s) editora(s)?

Pergunta condicionada a resposta “Não” na questão 12.

16 Teve alguma experiência com e-book?

- Sim
 Não

17 Como foi esta experiência?

Pergunta condicionada a resposta “Sim” na questão 16.

- Foi positiva
 Foi negativa

18 Por que foi positiva?

Pergunta condicionada a resposta “Foi positiva” na questão 17.

19 Por que foi negativa?

Pergunta condicionada a resposta “Foi negativa” na questão 17.

20 Por quê?

Pergunta condicionada a resposta “Não” na questão 16.

- Desinteresse
 Alto custo do livro digital
 Dificuldade em utilizar leitores de e-books
 Preferência pelo livro em papel
 Outros:
-

21 A biblioteca conta com e-books em seu acervo?

- Sim
 Não

22 Você considera que os motivos/empecilhos para não oferecer e-books seriam:

Pergunta condicionada a resposta “Não” na questão 21.

- Dificuldade de aquisição
 Falta de material na área de conhecimento da biblioteca
 Dificuldade de fornecer ou do usuário ter acesso ao equipamento leitor
 Entendimento que o usuário não teria interesse ao acesso a livros em formato digital

- Conhecimento do baixo nível de alfabetização digital do público-alvo
 Outros: _____
-

23 O que levou a decisão pela incorporação dos e-books ao acervo?

Pergunta condicionada a resposta “Sim” na questão 21.

- Motivação proporcionada por notícias sobre o crescimento desta indústria
 Através de estudo de usuários
 Solicitação encaminhada pelos níveis superiores da instituição
 Solicitação dos técnicos /docentes
 Solicitação dos alunos / usuários
 Outros: _____
-

24 A biblioteca verifica estatisticamente o uso desses materiais pelos usuários?

Pergunta condicionada a resposta “Sim” na questão 21.

- Sim
 Não

25 Por quê?

Pergunta condicionada a resposta “Não” na questão 24.

- Não considera necessário
 Não sabe acessar relatórios
 As editoras/agregadores/fornecedores não permitem acesso
 Outros: _____
-

26 A biblioteca fornece acesso a e-books que não fazem parte de seu acervo?

- Sim
 Não

27 De que forma a biblioteca dá acesso a e-books que não fazem parte de seu acervo?

Pergunta condicionada a resposta “Sim” na questão 26.

Exemplifique: Portal CAPES, Portal Scielo, Portal Domínio Público, etc.

28 A biblioteca pretende oferecer acesso a e-books?

Pergunta condicionada a resposta “Não” na questão 21.

- Sim
 Não

29 Por que a biblioteca pretende oferecer acesso a e-books?

Pergunta condicionada a resposta “Sim” na questão 21.

30 Por que a biblioteca não pretende oferecer acesso a e-books?

Pergunta condicionada a resposta “Não” na questão 21.

31 A biblioteca está fazendo algum planejamento/tratativa no sentido de oferecer acesso a e-books?

Pergunta condicionada a resposta “Não” na questão 21.

- Sim
 Não

32 Há divulgação deste tipo de material pela biblioteca?

Pergunta condicionada a resposta “Sim” na questão 21.

- Sim
 Não

33 Como é feita a divulgação?

Pergunta condicionada a resposta “Sim” na questão 32.

- A página da biblioteca possui link remetendo aos e-books
 Há informações sobre e-books disponibilizados pela biblioteca nas redes sociais
 A biblioteca comunica aos seus usuários a disponibilidade deste tipo de material
 Outros: _____

34 Existe política de desenvolvimento de coleções aplicada ao livro digital?

- Sim
 Não

35 Por que não existe política de desenvolvimento de coleções aplicada ao livro digital?

Pergunta condicionada a resposta “Não” na questão 34.

36 Quais os critérios utilizados pelo bibliotecário gestor para definir a aquisição de e-books?

Pergunta condicionada a resposta “Sim” na questão 21.

Exemplo: Espaço físico, custo, solicitação dos usuários, etc.

37 Qual o tipo de aquisição é/são adotada(s)?

Pergunta condicionada a resposta “Sim” na questão 21.

Informe um ou mais modelos exemplificados a seguir:

- a. **Aquisição Perpétua:** o livro eletrônico passa a pertencer a biblioteca da mesma forma que um exemplar impresso;
- b. **Assinatura:** a biblioteca contrata uma editora ou agregadora que fornece a coleção de *e-books* em seu site por período pré determinado.

- c. **Empréstimo a curto prazo:** O usuário navega pela plataforma do fornecedor e ao visualizar os títulos que não estão na coleção da biblioteca, pode solicitar um empréstimo. A biblioteca irá pagar uma taxa para acesso temporário do usuário ao título.
- d. **Aquisição por demanda:** O sistema emite um pedido de compra conforme o número de acessos ao livro é realizado pelos usuários. Automaticamente o livro é adquirido e depois incorporado a coleção da biblioteca.

38 Como é o acesso pelos usuários?

Pergunta condicionada a resposta “Sim” na questão 21.

- Acesso ilimitado
- Acesso limitado
- Monousuário
- Multiusuário

Comente aqui sua escolha: _____
Quantos usuários acessam concomitantemente? _____

39 Há regulamento específico para o empréstimo deste material?

Pergunta condicionada a resposta “Sim” na questão 21.

- Sim
- Não

40 De que forma é dado acesso/disponibilização a este tipo de material?

Pergunta condicionada a resposta “Sim” na questão 21.

- Via login e senha
- Download
- Outros _____

41 A biblioteca disponibiliza algum equipamento para empréstimo?

- Sim
- Não

42 Qual/ quais equipamento(s) é/são emprestado(s)?

Pergunta condicionada a resposta “Sim” na questão 41.

Dê exemplos: Tablet, leitores digitais, etc.

43 Que permissões são concedidas ao(s) usuário(s)?

Pergunta condicionada a resposta “Sim” na questão 21.

- Renovar
- Reservar
- Impressão parcial
- Impressão total

Fazer download

Outros: _____

44 Cite os formatos de e-books que são disponibilizados?

Pergunta condicionada a resposta “Sim” na questão 21.

Exemplo: PDF, AZW, MOBI, EPUB, etc.

45 O acesso é permitido a quais usuários?

Pergunta condicionada a resposta “Sim” na questão 21.

Funcionários

Funcionários terceirizados

Estagiários / bolsistas

Promotores / Desembargadores / Juízes / Advogados

Assessores

Advogados externos

Estudantes

Professores

Outros:

46 A biblioteca oferece instrumentos/ferramentas para alfabetizar o usuário no uso de equipamentos e acesso à leitura digital?

Sim

Não

47 Quais são estes instrumentos?

Pergunta condicionada a resposta “Sim” na questão 46.

Palestras / Cursos

Treinamentos individuais

Manuais / Tutoriais

Informativo / Site da Biblioteca

Outros:

48 Por quê?

Pergunta condicionada a resposta “Não” na questão 46.

49 Há algum comentário a respeito do tema ou deste questionário que deseja fazer?

50 Você gostaria de receber informações sobre o resultado desta pesquisa?

Sim

Não